

**Universidade Federal de São Carlos  
Programa de Pós-Graduação em Educação**

**O ASSENTAMENTO DEZESSETE DE ABRIL E SEU  
PROJETO DE ESCOLA INTEGRAL PARA O CAMPO**

**Samila Bernardi do Vale**

**Fevereiro/ 2011**

**Universidade Federal de São Carlos  
Programa de Pós-Graduação em Educação**

**O ASSENTAMENTO DEZESSETE DE ABRIL E SEU  
PROJETO DE ESCOLA INTEGRAL PARA O CAMPO**

**Samila Bernardi do Vale**

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Educação da Universidade  
Federal de  
São Carlos, para obtenção do título  
de Mestre em Educação.

**Orientador: Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto**

**Fevereiro/ 2011**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

V149ad

Vale, Samila Bernardi do.

O assentamento Dezesete de Abril e seu projeto de escola integral para o campo / Samila Bernardi do Vale. -- São Carlos : UFSCar, 2011.

156 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Educação. 2. Meio rural. 3. Movimentos sociais. 4. Educação rural. I. Título.

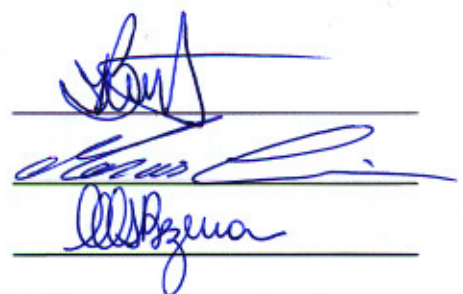
CDD: 370 (20<sup>a</sup>)

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto

Prof. Dr. Marcos Cassin

Profª Drª Maria Cristina dos Santos Bezerra



The image shows three handwritten signatures in blue ink, each written over a horizontal line. The first signature is the most stylized, the second is more legible, and the third appears to be 'Bezerra'.

## **Agradecimentos**

O espaço dedicado a esses agradecimentos e as palavras aqui usadas não são suficientes para expressar a imensa satisfação que tive ao realizar esta pesquisa. Considero que o esforço despendido neste trabalho com certeza contribuiu na minha formação acadêmica e mais do que isso, possibilitou que a minha compreensão acerca de questões mais gerais da sociedade fosse ampliada, a partir do maior contato com as problemáticas que envolvem a Questão Agrária brasileira, os assentamentos e a educação oferecida a esta população.

Para mim tem sido uma felicidade muito grande ter a oportunidade de há alguns anos poder conviver e aprender com os companheiros do MLST, gostaria de agradecer, em especial, a Alvarina e o Gean, que me acolheram em suas casas no período de realização das entrevistas, e que sempre tiveram dispostos a transmitir suas ricas experiências de luta, os companheiros do assentamento Santo Dias e do assentamento Dezessete de Abril que sempre me acolheram de forma carinhosa e que me ensinaram muito sobre a vida.

Quero agradecer também aos profissionais da EMEIF Leonnor Mendes de Barros, pela disposição em me oferecer todas as informações para a efetivação desta pesquisa e por terem me recebido de braços abertos.

Meus sinceros agradecimentos também aos companheiros do Instituto Cultural Lindolpho Silva que me possibilitaram grande aprendizado e foram essenciais na concretização deste trabalho.

Não poderia deixar de mencionar a contribuição dos companheiros do grupo GEPEC, da Ufscar no aprofundamento de questões essenciais durante a pesquisa.

Agradeço imensamente ao meu orientador o Prof.Dr. Luiz Bezerra Neto, por ter desde o início confiado no meu trabalho e pelas orientações e contribuições que foram essenciais ao longo da pesquisa.

Gostaria de agradecer também a Prof<sup>a</sup> Maria Cristina Bezerra pela atenciosa leitura do texto, pelas importantes questões levantadas no exame de qualificação e por ter sido sempre tão solícita, indicando materiais importantes para a pesquisa.

Ao meu amigo Rodolfo agradeço pelo companheirismo de todas as horas e pelas importantes colaborações teóricas, que me ensinaram tanto.

Não tenho nem palavras para agradecer todo o apoio que tive do professor e amigo Marcos Cassin ao longo de toda a minha trajetória acadêmica. Suas contribuições tem sido essenciais para a minha formação acadêmica e mais do que isso foram importantes para a formação da minha compreensão de mundo.

Quero aproveitar este espaço para agradecer a minha amiga Mirian, pelo seu empenho na leitura do texto e pela sua sensibilidade em entender e discutir a pesquisa. À minha querida amiga Isabel pelo grande incentivo e pelas palavras de conforto. Às amigas Monica e Lila pela leitura atenciosa e pelas sugestões.

Em especial, quero agradecer e dedicar este trabalho ao meu pai Ademir, a Minha mãe Cecília, pessoas que eu admiro e que são especiais na minha vida. Toda a minha formação eu devo a eles, que sempre com muito amor e carinho estiveram sempre ao meu lado. Aos meus irmãos Rodolfo e Arthur, pela amizade e apoio. E ao meu companheiro Emerson, que tanto se dedicou a compreender questões sobre a pesquisa e esteve sempre disposto a discutir e dar sua opinião, suas contribuições foram essências para a realização desta pesquisa. Obrigada pela sua compreensão e apoio incondicionais.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a implantação do projeto de escola de tempo integral, no cotidiano escolar da EMEIF Leonnor Mendes de Barros. Portanto, esta pesquisa se propõe a acompanhar o desenvolvimento deste projeto e verificar que tipo de educação tem sido oferecida para os alunos que a frequentam, quais ou qual a concepção de educação está por trás desse projeto e por fim, verificar se essa educação tem contribuído na formação desses alunos. Devido ao fato da escola localizar-se no meio rural, buscamos discutir a necessidade ou não de uma educação específica para a população do campo, a partir do debate do “novo rural brasileiro”, das formulações que os movimentos sociais e intelectuais ligados aos mesmos realizaram sobre uma proposta de Educação do Campo e da concepção de educação marxista. Embasados por essas formulações acerca da realidade do meio rural e da educação oferecida a essa população buscamos fazer uma análise do projeto de educação de tempo integral da EMEIF Leonnor Mendes de Barros, de como as crianças que estudam nessa escola podem ser beneficiadas, ou não, pelo projeto.

**Palavras chave:** Meio Rural. Movimento Social. Educação no Campo.

## ABSTRACT

The present work has how I aim to investigate the implementation of the project of school of full time, in the school daily life of the EMEIF Leonnor Mendes from Clays. So, this one investigates if it proposes accompanying the development of this project and checking which type of education has been offered for the pupils who frequent it, which or which the conception of education is behind this project and finally, to check if this education has been contributing in the formation of these pupils. Due to the fact of the school to be located in the rural environment we look to discuss the necessity or not of an education special for the population of the field, from the discussion the “ rural Brazilian again ”, of the formulations that the social and intellectual movements tied to same carried out on a proposal of Education of the Field and of the conception of Marxist education. Embasados for these formulations about the reality of the rural way and of the education offered to this population looks to do an analysis of the project of education of full time of the EMEIF Leonnor Mendes from Clays, of like the children who study in this school they can be benefited, or not, by the project.

**Key words:** Rural way. Social Movement. Education of the Field.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>06</b>
<b>1 O MEIO RURAL BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO</b>	<b>09</b>
1.1 Relação entre campo e cidade	09
1.2 Algumas concepções de Educação do campo	20
1.3 Crítica a especificidade da Educação do campo	26
<b>2 MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA (MLST)</b>	<b>36</b>
2.1 Contexto Histórico do MLST	36
2.2 A Origem do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST)	45
2.3 Objetivos e Formulações teóricas do MLST	55
<b>3 ESCOLA MUNICIPAL LEONNOR MENDES DE BARROS E O SEU PROJETO DE TEMPO INTEGRAL</b>	<b>65</b>
3.1 A construção do Projeto de Assentamento “17 de Abril” na Fazenda Boa Sorte e a preocupação com a Educação	65
3.2 Fundação da Escola Municipal Leonnor Mendes de Barros no assentamento “17 de Abril”	71
3.3 Projeto de escola tempo integral da EMEIF Leonnor Mendes de Barros	83
3.4 Avaliação do projeto de escola de tempo integral e considerações finais	96
<b>Referências</b>	<b>108</b>
	<b>112</b>
Apêndice1	
Apêndice2	114



## Introdução

Parte das informações tratadas nesse trabalho e a motivação que levaram à escolha do objeto de pesquisa dessa dissertação são resultantes de experiências no período de graduação no curso de pedagogia, na Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto. No ano de ingresso na Universidade, em 2005, houve o primeiro contato com a realidade agrária através de um projeto de extensão. O projeto realizado com apoio institucional tinha o objetivo de colaborar na formação dos trabalhadores sem-terra do assentamento “Santo Dias” organizado pelo Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), também na cidade de Ribeirão Preto. A partir dessa primeira experiência enquanto bolsista desse projeto de extensão, surgiu o interesse em estudar mais a fundo a questão agrária brasileira, mais especificamente a realidade dos projetos de assentamentos rurais, enquanto fenômenos novos no contexto do meio rural brasileiro.

Através do projeto de iniciação científica, realizado de 2006 a 2008, foi possível intensificarmos os estudos e as discussões acerca da relação entre Trabalho Rural e Educação, e para isso tínhamos como objeto de investigação a educação oferecida aos filhos dos trabalhadores assentados, pela Escola Municipal constituída no próprio assentamento, na fazenda Bela Vista do Chibarro, localizada na cidade de Araraquara. Ao concluir a graduação e também a pesquisa realizada no assentamento Bela Vista do Chibarro, a necessidade de maior aprofundamento sobre a questão agrária, atrelada a realidade dos assentamentos, ao trabalho rural e a sua relação com a educação continuou.

Devido à proximidade com o MLST, adquirida a partir do trabalho de extensão, tomamos conhecimento sobre o projeto de escola de tempo integral implantado na EMEIF Leonnor Mendes de Barros, localizada no assentamento Dezesete de Abril, na Fazenda Boa Sorte, no município de Restinga. O fato desta EMEIF estar localizada no interior de um assentamento, onde o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se organizaram há treze anos e principalmente pelo fato desta escola ter implantado um projeto que representa a luta dos assentados em benefício da educação de seus filhos, nos despertou um grande interesse.

Portanto, no presente trabalho de pesquisa nossa intenção é investigar a história, as formulações teóricas, estratégias e táticas do MLST, abrangendo sua trajetória desde a criação na década de 1990. Contudo, o objetivo principal desta pesquisa é investigar como tem se dado o projeto de tempo integral, no cotidiano escolar da EMEIF Leonnor Mendes de Barros.

O presente trabalho de pesquisa está estruturado da seguinte forma. No primeiro capítulo foram apresentadas contribuições de autores sobre o meio rural, explicitando as discussões em torno da especificidade ou não do campo na atualidade e a sua relação com o meio urbano, com o intuito de trabalhar na perspectiva de totalidade e principalmente com o objetivo de uma maior apropriação da realidade do campo. Para tal discussão foram usadas referências de autores como, Milton Santos, Ricardo Abramovay, José Graziano da Silva, Maria Nazareth, Priscila Bagli, Henri Lefebvre e Angela Kageyama. Ainda no primeiro capítulo realizamos uma breve apresentação em torno dos principais pontos referentes à concepção de educação do campo, defendida por movimentos sociais e intelectuais ligados aos mesmos. O objetivo dessa discussão foi também acumular elementos que possam nos subsidiar na compreensão do objeto a ser investigado, que nesse caso, é o projeto de tempo integral da EMEIF Leonnor Mendes de Barros. Utilizamos para isso referenciais como Roseli Caldart, Miguel Arroyo, Leila Floresta e Luiz Bezerra Neto. No final deste capítulo embasado pela discussão feita sobre o rural brasileiro e sobre a proposta de educação do campo dos movimentos sociais, buscamos discutir a necessidade ou não de uma educação específica para a população do campo e as principais referências foram Karl Marx, Friedrich Engels, Antonio Gramsci, Mario Alighiero Manacorda, Paolo Nosella, Luiz Berra Neto, Marcos Cassin e Marco Antonio de Oliveira.

No segundo capítulo procuramos fazer uma contextualização histórica sobre o período de surgimento do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e em seguida foram apresentadas as formulações, táticas e estratégias do movimento. Para esse resgate histórico são usadas referências como, Leonilde Servolo de Medeiros, Boris Fausto, Roseli Caldart, Marco Antonio Mitidiero e também entrevistas com atuais membros da coordenação do movimento. O objetivo deste capítulo foi de um esforço pela apropriação da história e das concepções desse movimento como forma de compreender a totalidade a qual o objeto de pesquisa está inserido.

Por último, o terceiro capítulo apresenta a história do assentamento Dezesete de Abril na fazenda Boa Sorte, no município de Restinga, no qual a EMEIF Leonnor

Mendes de Barros está localizada. O objetivo desta parte do capítulo é entender como se deu o processo de ocupação desta fazenda, por parte do MST, as divisões que levaram a criação do MLST, o processo de assentamento e principalmente como se deu a construção da escola municipal dentro deste assentamento. Com relação ao objeto de análise desta pesquisa, o projeto de tempo integral desta EMEIF, através de entrevistas, com a diretora, ex-coordenadora, professora responsável pela escola, professores, alunos e pais foi possível neste capítulo iniciar a discussão acerca do projeto.

É importante destacarmos a dificuldade encontrada durante a realização da pesquisa, devido a escassez de materiais sobre o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e principalmente a inexistência de formulação do projeto de escola de tempo integral e de documentos sobre a escola e o assentamento. Durante a pesquisa foi possível notarmos, que pelo fato da EMEIF Leonnor Mendes de Barros ser uma extensão da EMEIF Lázaro Cassimiro de Lima, localizada no município de Restinga a preocupação com a construção do projeto político pedagógico, assim como, documentos que descrevem o mobiliário da escola, que apresente as características e o número de alunos atendidos e explicita a grade horária oferecida pela escola, não existiu até o momento. De acordo com a fala da diretora da escola, “É como se esta escola não existisse”.

Portanto, esta pesquisa se propõe a acompanhar a implantação do projeto de tempo integral, verificar que tipo de educação tem sido oferecida para esses alunos, quais ou qual a concepção de educação está por trás desse projeto e por fim, verificar se essa educação tem contribuído na formação desses alunos.

Devido à escassez de documentos e principalmente pela questão de valorizar os dados levantados nas entrevistas, pela riqueza de detalhes encontrados, e também devido à preocupação em sistematizá-los, com o objetivo de mantê-los enquanto registro histórico julgamos necessário apresentarmos ao longo do texto as diversas falas dos sujeitos envolvidos nessa pesquisa. Por esses motivos serão encontradas muitas citações e boa parte delas serão longas.

Todos os entrevistados expostos no presente texto estão com nomes fictícios, como forma de preservar a identidade dos participantes.

# 1 O meio rural brasileiro e a educação

## 1.1 Relação entre campo e cidade

Muitos pesquisadores tem formulado e pensado o campo na atualidade, porém definir e entender essa realidade não tem sido tarefa fácil devido a grande complexidade que se apresenta, caracterizada por um meio rural onde ao mesmo tempo temos o espaço rural como produto de consumo da população urbana; os espaços rurais onde predominam as grandes culturas que esvaziam o campo e provocam a perda da sua vitalidade social, representado pelos latifúndios; os espaços rurais onde a agricultura familiar está no centro de uma vida social intensa; os espaços rurais onde a agricultura familiar sofre os efeitos devastadores do êxodo rural; a construção do espaço nas áreas de fronteira agrícola: a vida social nas agrovilas; os acampamentos e assentamentos de reforma agrária que se constituem enquanto um fenômeno novo a ser investigado (WANDERLEY, 2008, p.4).

A fim de alcançarmos uma maior compreensão sobre o campo brasileiro nos dias de hoje entendemos que o referencial marxista se constitui como principal instrumento que nos permite uma maior aproximação dessa realidade. Portanto, embasada pelo método materialista histórico dialético, a presente pesquisa busca nesse primeiro capítulo abarcar diferentes abordagens e concepções sobre o rural brasileiro, com o intuito de conhecer e acumular elementos que nos permita um maior aprofundamento desse contexto. Portanto partimos da idéia de que,

O conhecimento dialético da realidade não deixa intactos os conceitos no ulterior caminho do conhecer; não é uma sistematização dos conceitos que procede por soma, sistematização essa fundada sobre uma base imutável e encontrada uma vez por todas: é um processo em espiral de *mútua compenetração e elucidação* dos conceitos, no qual a abstratividade (unilateralidade e isolamento) dos aspectos é superada em uma correlação dialética, quantitativo-qualitativa, regressivo-progressiva. A compreensão da dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das

partes, visto que o todo *se cria a si mesmo* na interação das partes (KOSIK, 1976, p. 42).

No processo de investigação do objeto de pesquisa é importante considerarmos que a forma como a realidade objetiva se apresenta num primeiro momento caracteriza-se pela sua superficialidade, contendo apenas a sua aparência. Essa etapa de conhecimento sobre o objeto de investigação, em que nos apropriamos do que podemos chamar de fenômeno, tem sua importância e faz parte do processo de apreensão do objeto. Porém a busca por uma visão mais ampla e completa do objeto deve procurar pela essência do mesmo, pois o fenômeno nada mais é que uma forma de manifestação da essência e a sua apreensão isolada pode nos levar a interpretações equivocadas da realidade. Contudo, devemos nos atentar para a perspectiva de que,

... A construção do conhecimento demanda então, a apreensão do *conteúdo* do fenômeno, prenhe de mediações histórias concretas que só podem ser reconhecidas à luz das abstrações do pensamento, isto é, do pensamento teórico. Não se trata de descartar a *forma* pela qual o dado se manifesta, pelo contrário, trata-se de sabê-la como dimensão parcial, superficial e periférica do mesmo. Portanto, o conhecimento calcado na superação da aparência em direção à essência requer a descoberta das tensões imanentes na intervinculação e interdependência entre *forma* e *conteúdo* (MARTINS, 2010, P.10).

Nesse sentido entendemos que o primeiro ponto fundamental que nos auxiliará na compreensão do campo é a categoria totalidade, representada neste caso pela relação entre campo e cidade. Parte-se da concepção de que o particular, ou seja, o micro deve ser entendido dentro de um universo geral, também chamado de macro e que essa relação deve estar na dimensão histórica e dialética. “Para a epistemologia materialista histórico dialética, a compreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade encontra respaldo apenas na dialética entre singularidade, particularidade e universalidade” (MARTINS, 2010, p. 11).

No que diz respeito ao campo, cidade, rural e urbano, a discussão realizada nesse capítulo tomou como base alguns estudos de pesquisadores que têm desenvolvido trabalhos, no sentido de tentar decifrar o campo, e em alguns casos, defini-lo. Em meio a essas formulações foram encontrados trabalhos de autores que partem das perspectivas de territorialidade, espaço, social e econômica e que trazem suas respectivas contribuições, na tentativa de entender o campo dentro de um movimento mais geral da

sociedade, o que compreende a sua relação com a cidade e a sua subordinação ao capital.

Com relação a essa importante categoria, o geógrafo Milton Santos em sua obra “Da totalidade ao lugar” traz em linhas gerais uma grande contribuição para essa questão da universalidade. Para Santos (2008, p. 120),

Com a globalização do mundo, as possibilidades de um enfoque interdisciplinar tornam-se maiores e mais eficazes, na medida em que à análise fragmentadora das disciplinas particulares pode mais facilmente suceder um processo de reintegração ou reconstrução do todo. Nesse processo de conhecimento, o espaço tem um papel privilegiado, na medida em que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam. Desde que um enfoque particular se proponha com uma visão contextual, deve ser possível, através da soma de estudos setoriais recuperar a totalidade.

No mesmo sentido de compreensão da realidade entendida dentro de um âmbito geral e que deve ir além de apreensões meramente quantitativas ou no âmbito de uma única ciência, Henri Lefebvre (1999, p. 54) explicita a idéia de que, a compreensão da realidade exige um esforço de aproximação da totalidade que não pode ser esgotado na definição de parâmetros estatísticos, nem no foco de uma disciplina ou ciência particular

Ainda no que diz respeito à categoria abordada o economista José Graziano da Silva (2002, p. 98) vai um pouco mais além ao tratar o rural enquanto “expressão local” determinado pela organização da sociedade brasileira como um todo, na qual quem dita às regras é o capitalismo. Em uma de suas análises o autor afirma que,

**... o mundo rural não pode ser explicado apenas por essa dinâmica interna, sendo necessário compreendê-lo igualmente como a expressão local, de determinações mais gerais da sociedade capitalista (do capitalismo brasileiro).** Tanto no plano nacional, quanto no plano global, as dinâmicas internas são a consequência da distribuição desigual no espaço da riqueza de uma sociedade. É a junção das duas dimensões internas e externas que atribui sentido à concepção do desenvolvimento territorial. O enfoque territorial tem como pressuposto o reconhecimento político da necessidade de integração aos processos gerais do desenvolvimento nacional e macrorregional dos espaços e das populações marginalizadas ou excluídas. Integração que acontece por meio da valorização dos recursos ambientais, sociais e culturais de cada território, sejam eles associados ou não às atividades agrícolas (Grifo nosso).

Principalmente nos dias de hoje em que são hegemônicas as pesquisas que partem da cotidianidade e permanecem na sua especificidade, podemos enfatizar a partir das citações acima a relevância da categoria totalidade como mecanismo que nos possibilita ultrapassar as barreiras do particular e chegar ao entendimento da sociedade e na forma como ela está organizada. Ou seja, daqui em diante para estudarmos o campo se faz necessário partirmos da sua relação com a cidade e analisarmos de que forma ambos espaços tem se organizado para atender as exigências do capital.

Milton Santos e Henri Lefebvre compartilham da mesma concepção sobre o surgimento da distinção campo e cidade. Ambos os autores afirmam que a divisão inicial entre campo e cidade se deu a partir da divisão do trabalho. Para Santos (2008, p. 127).

A cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola. Porque ela é obrigada a se afeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais imediatas. Como o campo se torna extremamente diferenciado pela multiplicidade de objetos geográficos têm, conforme já vimos, um conteúdo informacional cada vez mais distinto (o que se impõe porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência), tudo isso faz com que as cidades locais deixem de ser a cidade no campo e se transformem na cidade do campo.

Conhecido historicamente como o lugar do isolamento, da dispersão e principalmente sinônimo de atraso, Lefebvre (1999) afirma que essas características vinculadas ao campo são resultantes da divisão do trabalho. Acrescenta ainda que a diferença entre campo e cidade se modifica historicamente, ou seja, a determinação de um sobre o outro se altera de acordo com diferentes conjunturas. Para ele, nessa distinção entre cidade e campo, gerada pela divisão do trabalho, cabe a cidade o papel de comando e administração. A superação dessa dicotomia se dará através do desenvolvimento das forças produtivas e de novas relações de produção.

Ainda sobre a relação entre campo e cidade Ricardo Abramovay (2000, p.2), a partir do estudo de dados internacionais, apresenta a idéia de que ambos são complementares. Ou seja, nas tentativas mais recentes da Divisão de Desenvolvimento Rural da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura [ver FAO/SDA (1998)] para a América Latina: o rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades. Acrescenta que a definição de rural de forma universal é difícil de ser realizada, principalmente se nos basearmos nos dados em que o meio rural

inclui o que no Brasil chamamos de “cidades” — em proporções que variam segundo as diferentes definições, abrindo caminho para que se enxergue a existência daquilo que, entre nós, é considerado uma contradição nos termos: *cidades rurais*.

Junto ao grupo de pesquisa “Rurbano”, da Faculdade de Economia da Unicamp, José Graziano da Silva (2002, p.90) , faz uma discussão interessante ao afirmar que campo, rural, cidade e urbano possuem diferenças. Para o autor campo e cidade representam espaços, enquanto rural e urbano correspondem a relações, hábitos, costumes e diferentes expressões de cultura. Para ele o campo está se urbanizando e tende a perder suas características rurais. Para a defesa dessa tese ele apresenta uma série de dados importantes, por exemplo, com relação ao trabalho produtivo no campo. Demonstra-se que a maior parte da renda adquirida pela população do campo advém de trabalhos não agrícolas, como artesanato, turismo e etc. Acrescenta ainda que um novo ator social já desponta nesse novo rural: as famílias pluriativas que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas na ocupação de seus membros. “Nesse sentido, o desenvolvimento rural, além de multissetorial, deve ser também multifuncional” (KAGEYAMA, 2006, p.6).

Segundo Silva (2002, p.ix), essa nova realidade no campo brasileiro apresenta-se como novo rural composto basicamente de quatro grandes subconjuntos, a saber:

- a) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamada de *agribusiness* brasileiro;
- b) um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, os “**sem-sem**” como já os chamamos em outras oportunidades, que foram excluídos pelo mesmo processo de modernização que gerou o nosso *agribusiness*;
- c) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
- d) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados. O termo “novas” foi colocado entre aspas porque muitas dessas atividades, na verdade, são seculares no país, mas não tinham, até recentemente, importância econômica. Eram atividades de “fundo de quintal”, *hobbies* pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.), que



foram-se transformado em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Essas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agroindustriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicações e embalagens. Tal valorização também ocorre com as atividades rurais não-agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços) e com as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente.

Em concordância com as informações expostas acima autores como Maria Nazareth Wanderley afirmam que a definição de rural e urbano deve ser realizada a partir do conceito de territorialidade e não setorial. Ou seja, na atualidade a cidade não pode ser definida por lugar que possui indústrias e muito menos o campo pode ser caracterizado pela agricultura. Contudo tal pesquisadora se contrapõe a visão de que o urbano está se sobrepondo ao rural e que este está fadado a desaparecer. Para ela,

Vale a pena examinar a definição recente da FAO/SDA (1998): “Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas. A implicação é que em vez de uma definição setorial de áreas rurais, é necessário uma definição espacial. Portanto, a unidade de análise não são os sistemas agrários nem os sistemas alimentares, mas as economias regionais e, mais especificamente, aquelas onde as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o restante do país. Em outras palavras, desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele (WANDERLEY, 2008, p. 6).

Ainda no mesmo sentido da autora citada acima, Ricardo Abramovay (1992) levanta uma tese interessante ao afirmar que campo e cidade representam um “continuum”. Para o autor campo e cidade fazem parte de um todo. Dentro deste todo

estão intercaladas relações rurais e urbanas e por isso acredita que não há separação entre rural e urbano, mas uma íntima relação entre ambos, que podem sobrepor relações um sobre o outro de acordo com a conjuntura histórica. Wanderley (2008, p. 2) ao compartilhar sobre a idéia de continuum acrescenta.

Existem duas maneiras fundamentais de compreender o continuum rural-urbano. O continuum supõe a existência de dois pólos: um pólo rural e um urbano, que se articulam de alguma maneira. Numa primeira visão, essa articulação é assimétrica. As relações são estabelecidas em mão única, num processo de difusão, do pólo dominante, que gera o poder, a cultura, a ciência, para o pólo dominado, que recebe o poder, a cultura, a ciência. Para muitos, um pólo tenderia a zero e outro tenderia ao infinito, essa é uma visão do continuum. Mas, há uma outra visão. **Se estou falando de dois pólos que se articulam, significa que os dois pólos são reiterados, reafirmados através de relações múltiplas e complexas, em mão dupla, que não destroem os dois pólos, os redefinem constantemente como pólos interdependentes** (Grifos nossos).

Importante destacarmos que também em contraposição a essa idéia de incorporação do urbano sobre o rural, diversos autores defendem a concepção de que o meio rural hoje apesar da sua maior proximidade com o ritmo de vida do meio urbano, é caracterizado e marcado por suas especificidades. Um exemplo disso se refere ao tempo. Segundo Priscila Bagli (2006, p.83) as mudanças que ocorrem no campo são determinadas pela lógica territorial, pela natureza. São mudanças que são sentidas e vistas menos frequentemente comparadas a cidade, mas também acontecem. Os tempos e os horários na maioria das vezes são outros. São horários determinados por outras rotinas e normas como, do plantio, da colheita, da poda e da entressafra, por exemplo. Mas isso não quer dizer que este espaço não seja determinado pela lógica capitalista. Ao contrário disso o desenvolvimento tecnológico dos meios de produção permite uma maior interferência sobre a natureza, possibilitando o controle da velocidade da produção de matérias-primas, até mesmo de alimentos e um maior aproveitamento da terra. Ou seja, elas estão lá, embora nem tão perceptíveis Transformações que atacam a essência, mas que não se revelam aparentemente com tanta transitoriedade quanto no urbano.

Porém, mesmo com a utilização de tecnologias não é possível uma emancipação total, pois mesmo com mecanismos que permitem o controle de pragas, irrigação e qualidade de produção, as condições naturais são essenciais para o desenvolvimento das culturas. A tecnologia contribui, mas não promove o domínio completo da natureza,

principalmente no que diz respeito à produção agrícola (BAGLI, 2006, p. 86). Entretanto, não é interessante criar a ilusão de que o trabalhador rural é mais livre por estar mais ligado à lógica territorial mais próxima da natureza. Muitos se aproveitam dos períodos sem serviço (entressafra) em sua propriedade para se empregarem como trabalhadores temporários em outras propriedades ou na cidade (BAGLI, 2006, p.91). Essa tem sido uma forma recorrente de conseguir renda extra.

Já a cidade passa por mudanças constantes em seu processo de produção e reprodução. Por exemplo, nas casas e prédios construídos e destruídos, nas ruas e avenidas traçadas e alargadas, no fluxo das pessoas e dos automóveis, nas vitrines das lojas, nas mercadorias vendidas, enfim, na infinidade de coisas que surgem ininterruptamente. No meio urbano a terra é vista como chão sobre o qual estão construídas as formas que representam as funções próprias do urbano e dela nada se retira tendo como fim a sobrevivência ou rendimentos (BAGLI, 2006, p. 83).

Portanto uma das diferenças colocadas diz respeito a relação com a terra. Em cada um desses espaços existe uma lógica e sentidos próprios e até mesmo relações distintas. Contudo, a distinção não fundamenta oposição entre rural e urbano, tornando-se pólos antagônicos. Ao contrário, se concretiza pela complementaridade.

Lefebvre (1999, p. 69) também apresenta uma contribuição essencial para essa discussão à medida que também se contrapõe a visão de desaparecimento do rural, mas acredita na superação da divisão entre campo e cidade.

A superação da divisão entre cidade e campo não deve ser confundida com a visão – um tanto apocalíptica - de desaparecimento do campo e das atividades agrícolas e da urbanização (no sentido estrito) total do planeta. Essa superação está ligada às relações de produção. Assim, ela não consiste num processo em que o campo se perde no seio da cidade, nem a cidade absorvendo o campo se perde nele; “superação da oposição não pode ser concebida como uma neutralização recíproca.

A partir dessa concepção afirma-se também o caráter positivo do meio rural que se diferencia da visão de atraso e de total isolamento. A ruralidade nesse caso não é algo a ser superado pela urbanização, busca-se nesse sentido a valorização de suas características. Entende-se que sua qualidade está associada à importância da natureza no espaço rural e às formas de vida social nele predominantes, fundadas nos laços de proximidade e na sua capacidade de integração (WANDERLEY, 2008, p.6).

Essa concepção nos leva a compreender o meio rural não apenas como lugar da produção agrícola. Também no Brasil, outras funções são atribuídas ao espaço rural: um espaço residencial, de consumo para as populações urbanas, especialmente através das residências secundárias e dos programas de turismo rural e agroecológico, e um espaço de valorização patrimonial, patrimônio ambiental e cultural. Naturalmente, não se trata de um mundo isolado. Ele sempre é referido ao conjunto da sociedade (WANDERLEY, 2008, p.7).

Outro apontamento essencial para nossa discussão é com relação ao uso de aparatos tecnológicos que tem aumentado diariamente no meio rural, como no meio urbano, por exemplo, na realização de atividades domésticas. Entretanto esse fato tem levantado a questão se esses hábitos podem ser caracterizados como urbanização do campo.

Consideramos imprescindível a discussão que Bagli (2006, p. 93) coloca ao se posicionar contra a questão acima explicitada. Para a autora a relação entre tecnologia e urbanização é falsa. É como se o uso de tecnologias fosse um apanágio dos espaços urbanos. Como se os espaços rurais estivessem destinados ao permanente atraso para se manterem como tais.

Sérios equívocos têm sido cometidos sobre essa questão. Um deles diz respeito à incorporação de infra-estrutura (telefonia, energia elétrica, pavimentação, entre outras). O uso de tais infra-estruturas facilita a vida de qualquer pessoa e é comum que todos procurem formas de ter acesso a ela. Porém, a expansão de tais benefícios às áreas rurais tem sido analisada como processo de urbanização do campo (BAGLI, 2006, p.95).

Portanto, a concepção da autora é contrária à idéia de que o rural para se manter enquanto rural não poderia se apropriar da tecnologia produzida para facilitar e dar mais conforto a vida das pessoas. Ou seja, rural seria sinônimo de rústico. Por essa ótica, algumas áreas localizadas no interior das cidades, como por exemplo, as favelas desprovidas de água, esgoto, luz elétrica e telefonia, não seriam consideradas urbanas. E o uso de mercadorias produzidas nos espaços urbanos, como eletrodomésticos poderia ser caracterizado como hábito urbano? Por exemplo, aquele camponês que utilizasse um multiprocessador para ralar ou triturar seus alimentos deixaria de sê-lo por estar se urbanizando (BAGLI, 2006, p.96). A condição de camponês seria dada caso ele continuasse a ralar seus alimentos no ralador de pregos, este construído manualmente por ele.

De fato o processo de urbanização está se expandindo de forma muito rápida, incorporando e subjugando áreas rurais. Fato também é que a produção rural está subjugada em partes às necessidades do meio urbano, mas principalmente às do capital. Contudo, a urbanização não se expande de forma homogênea e também não está isenta dos múltiplos desdobramentos oriundos das contradições desse processo de expansão do capital que constrói e destrói realidades de acordo com suas demandas.

Sobre a discussão apresentada até então, sobre o meio rural brasileiro na atualidade, muitos apontamentos são fundamentais para nos ajudar a conhecer e entender o campo e principalmente refletir sobre a educação, em especial a que tem sido oferecida a essa população.

Uma primeira questão levantada e que consideramos muito relevante é com relação ao que define as relações no campo ou na cidade, ou melhor, o que determina o que é campo e o que é cidade. Na nossa concepção não é a definição de um patamar demográfico, também não tem relação com a densidade demográfica, que analisa o urbano e o rural a partir do número de habitantes por quilômetro quadrado e muito menos a ocupação econômica da população. O que determina as relações entre os espaços rural e urbano é o capital.

Ao analisarmos as informações apresentadas ao longo do texto podemos concluir sobre essa primeira discussão que os estudos do grupo de pesquisa “Rurbano” trazem grande contribuição no sentido de pensarmos na distinção campo, rural, cidade e urbano. Campo e cidade correspondem espaços, enquanto rural e urbano representam muito mais relações, hábitos, costumes. Nesse sentido é interessante nos apropriarmos da idéia de que as relações no campo hoje mudaram, ou seja, o campo possui novas relações rurais. Porém, diferente do que esse grupo tem defendido, compartilhamos da interessante concepção dos geógrafos, Wanderley, Abramovay e Bagli que trazem a idéia do continuum e afirmam que o campo não se urbanizou, ou seja, o campo não deixou de ser campo, ele continua tendo características rurais e suas características específicas, como por exemplo, a sua relação com a natureza, em especial com a terra e apesar de um maior isolamento com relação a cidade, a população do campo possui uma característica importante que são as formas de vida social predominantes, estabelecidas pelos laços de proximidade e na sua capacidade de integração.

Acreditamos também que a condição de ser rural ou urbano não está definida pela presença ou ausência de infra-estrutura. Existem outros aspectos que devem ser levados em consideração e a aparência dos fatos deve ser ultrapassada pela real essência.

Entendemos que o rural não deve ser superado, nem ao menos ser urbanizado para estar dentro da lógica do modo de produção capitalista. A forma como o capital se organiza permite que espaços diferenciados sejam incorporados e ajustados às determinações impostas. Ou seja, compreendemos que a total urbanização da sociedade seria a homogeneização dos espaços. Estes não se homogeneízam, mas se complementam a partir de suas peculiaridades, que se relacionam e formam uma totalidade.

Frente a essa nova realidade no meio rural brasileiro organizado a partir da lógica e necessidades do capital e ainda mais considerando que a partir da reestruturação produtiva de meados da década de 1990 foi introduzido no campo a mecanização, informatização, insumos químicos e biológicos e o aparecimento das agroindústrias aumentando as oportunidades de acesso a bens de consumo duráveis, as melhorias no transporte, lazer, comunicação, empregabilidade, etc, aproximando os ritmos de vida do meio rural do urbano com suas facilidades, dificuldades e contradições torna-se fundamental o questionamento com relação à necessidade de nos referirmos a uma educação específica para a população do campo, principalmente no que se refere aos conteúdos transmitidos pela escola (CASSIN; VALE, 2010). Esta será a pergunta norteadora da discussão realizada a seguir.

Portanto, tendo como objeto de análise o projeto de tempo integral da EMEIF Leonnor Mendes de Barros e tomando as referências acima, cabe levantarmos a tese de que a organização do trabalho rural não exige uma educação diferenciada no que diz respeito ao ensino regular, educação básica, ainda mais a partir de meados da década de 1990.

## **1.2 Algumas concepções de Educação do campo**

Como instrumento de análise para o objeto de pesquisa investigado e sistematizado no terceiro capítulo, se faz necessário apresentarmos o que tem sido

pensado e defendido por intelectuais e movimentos sociais nos últimos anos, acerca da educação do campo.

Devido à variedade de referências e de materiais produzidos sobre o assunto, as possibilidades de exploração do tema são diversas. Porém, para estabelecer uma maior conexão com o objetivo deste trabalho faremos uma breve apresentação sobre a concepção pedagógica e de educação defendida por intelectuais e movimentos sociais, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que representa hoje um dos principais movimentos de luta por reforma agrária que tem uma concepção clara sobre educação, pois entende “que não terá atingido plenamente seus objetivos, se tudo isso não vier acompanhado de um sistema educacional verdadeiramente comprometido com as necessidades da classe trabalhadora” (BEZERRA NETO, 1998, P.80).

Juntos, intelectuais e movimentos sociais encamparam o movimento “Por uma Educação do Campo” e realizaram um primeiro Congresso em 1998, em que foram discutidas e tiradas algumas diretrizes e reivindicações na perspectiva de uma educação do campo.

Historicamente foram os movimentos sociais e associações civis do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Confederação nacional do Trabalhador e Trabalhadora na Agricultura (Contag), a Pastoral da Terra da Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), a União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil (Unefab), a Associação das Casas Familiares Rurais (Arcafar), entre outros, que têm enfaticamente reivindicado políticas específicas para a educação do campo, chamando a atenção para a inadequação da educação existente à realidade e aos interesses das populações do campo (SILVA, MORAIS, BOF, 2006, p. 76).

Tomando como referência os debates da I Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo” os materiais produzidos até então tiveram como objetivo divulgar para toda a sociedade e intensificar a reflexão, sobre a proposta de educação do campo construída no sentido de se contrapor ao descaso do Estado, com relação à oferta e a qualidade da educação oferecida até então para a população rural. “No decorrer desse processo de construção de uma concepção de educação para o campo foi preciso perceber qual educação está sendo oferecida ao meio rural e que concepção de educação está presente nesta oferta” (CALDART, 2004, p.23).

Durante a primeira Conferência a discussão que teve maior destaque ficou em torno de como garantir que a população do campo tenha acesso a uma educação de qualidade e que leve em consideração a realidade e necessidades do meio rural. Foi ressaltado também “que está em jogo o tipo de escola, a proposta educativa que ali se desenvolve e o vínculo necessário desta educação com uma estratégia específica de desenvolvimento para o campo” (CALDART, 2004, p.23). Para este grupo que defende uma proposta de educação do campo na Conferência,

**A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa.** Mas sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz (grifo nosso, CALDART, 2004, p.23).

A educação escolar tem um grande destaque na concepção de educação do campo, que fundamenta-se na idéia de que a primeira mudança na educação deve ocorrer no que diz respeito ao papel da escola, porque esta “deve estar ligada a produção e, sobretudo aos processos culturais correspondentes aos processos produtivos e sociais. À escola cabe a incorporação, às matrizes culturais do povo, da comunidade, às matrizes culturais do campo” (ARROYO, 2004, p. 78). Com relação ao MST o setor de educação “coloca como tarefa transformar uma instituição quase intocável e desafia-se a pensar uma escola em outros parâmetros políticos e pedagógicos” (FLORESTA, 2006, p.107).

Ainda a partir dessa concepção de educação defendida pelos movimentos sociais e por alguns intelectuais ligados aos mesmos, acredita-se ainda que existam compromissos a serem assumidos pela escola que seriam o compromisso ético/moral com cada participante das práticas educacionais, como pessoas que possuem singularidades, necessidades, interesses, desejos, saberes e cultura. Disponibilidade e seriedade de educadores, de entidades, de governos, também fazem parte dos compromissos esperados. Esse último compromisso exige o esforço de transformação das políticas públicas, em relações pedagógicas e metodologias de ensino e de aprendizagem (CALDART, 2004).

Partem também da análise de que historicamente não existem propostas pedagógicas que levem em consideração a realidade do campo, inclusive que as teorias educacionais críticas partem sempre da referência da escola urbana. “Esse conteúdo, a má formação do professor e outros problemas contribuem para a não fixação do homem



no campo, contrariando o objetivo maior do MST, no momento, que é fixá-lo no meio rural” (BEZERRA NETO, 1998, p. 83).

Seguindo essa linha descrita acima, a proposta de educação do campo nega o interesse pela cópia desses modelos de escolas, existentes até então, pois está fundamentada na idéia de que estas instituições não tem contribuído para a compreensão da realidade do campo. Todavia, através dessa proposta de educação defende-se o “direito de construir e cultivar” as identidades da população do campo, para que eles possam ter “condições de participação na discussão da educação brasileira em geral”. Portanto, “a escola pode ser parte importante das estratégias de desenvolvimento rural” desde de que ela desenvolva “um projeto educativo contextualizado, que trabalhe a produção do conhecimento a partir de questões relevantes para intervenção social nesta realidade” (FLORESTA, 2006, p. 112). “O MST acredita ainda, na necessidade da educação como possibilidade de transformar a sociedade através de uma revolução cultural, que se daria também através de suas escolas de formação” (BEZERRA NETO, 1998, p.76).

O movimento “Por uma Educação do Campo” apresenta também em suas formulações a preocupação para com o desenvolvimento do meio rural e do país como um todo e dessa forma, delega à educação escolar um forte papel para a conquista do mesmo, partindo da idéia de que “não é verdade que a educação escolar no meio rural seja apenas um resíduo do sistema educacional e tenda a desaparecer; a tendência já começa a ser outra e poderá crescer mais ainda numa outra perspectiva de desenvolvimento nacional” (CALDART, 2004, p.52).

Uma primeira condição para construirmos essa escola do campo é a clareza do lugar social que a educação pode ocupar na construção de um projeto de desenvolvimento. A educação não levará ao desenvolvimento do campo se não for combinada com reforma agrária e com transformações profundas na política agrícola do país (CALDART, 2004, p.53).

Nesse sentido que essa proposta de educação é pensada, cabe a escola do campo a função “de trabalhar os interesses, a cultura, a política e a economia dos vários sujeitos que vivem no campo” além de levar em consideração as suas “diversas formas de trabalho e de organização, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias visando proporcionar o desenvolvimento social e econômico igualitário para toda a população rural” (FLORESTA, 2004, p. 112).

Importante destacarmos também que a concretização de uma educação do campo nos moldes dos fundamentos explicitados acima não permite princípios pedagógicos acabados. A opção pedagógica da escola do campo é norteadada pela preocupação acerca de que aprendizado seus alunos devem construir e quais mecanismos a escola disponibilizará para que isso se efetive. Ou seja, que a pedagogia poderá possibilitar a construção do conhecimento por parte desses sujeitos.

Para tais objetivos o movimento “Por uma educação do campo” defende que a escola deve incorporar, nos processos de ensino e aprendizagem, os princípios da educação popular. “É preciso também analisar com cuidado todas as experiências e toda a discussão sobre renovação pedagógica que vêm acontecendo, a partir da escola, no Brasil e no mundo” (CALDART, 2004, p.56). A partir dessa perspectiva, o currículo da escola do campo deve estar.

(...) centrado na realidade da vida comunitária local, firma-se na idéia de que a abordagem de uma pedagogia nova deve se apoiar sistematicamente nas características culturais da comunidade na qual a criança vive, procurando estabelecer a coerência entre escola e o seu meio. São proposições que consistem em focalizar o trabalho pedagógico na realidade da vida social imediata, nos problemas, nos conflitos, nas experiências características do meio rural (FLORESTA, 2006, p.113).

De acordo com essa forma de pensar a educação escolar o ensino da forma tradicional é incompatível. Não há como “imaginar aulas estanques e inanimadas como principais meios pedagógicos” para ajudar, por exemplo, na implantação de “novos processos produtivos no campo”. “É preciso pensar em um ambiente educativo que combine múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação da pessoa” (CALDART, 2004, p.53).

Os princípios pedagógicos defendidos e articulados à concepção de educação do campo apresentada até então, compartilham das idéias e se utilizam da vertente pedagógica escolanovista, fundamentada na valorização do aprender a aprender, na construção do conhecimento por parte do aluno e na centralidade do aprendizado deste educando. Segundo Bezerra Neto (1998, p. 86), o MST não define sua proposta pedagógica nos marcos de nenhum modelo pedagógico tradicional. Ao contrário, procura conjugar várias posturas, unindo a atuação de existencialistas cristãos como Paulo Freire, construtivistas como Piaget e marxistas como Makarenko, passando ainda por propostas nacionalistas, como as de Jose Marti. Assim como Freire, baseiam-se

numa visão humanista e idealista de homem, de suas relações com o mundo e, conseqüentemente de história (FLORESTA, 2006, p.117). Concordam

(...) com a tendência pedagógica que critica a ênfase da escola na simples memorização de informações desarticuladas, afirmando a importância do aprender a aprender, o que significa aprender a transformar informações em conhecimentos ou em posturas diante de determinadas situações da vida. Mas tendo presente a realidade atual do campo, queremos enfatizar também a importância da escola como fonte de informações, atualizadas e diversificadas, para as comunidades do campo, como forma concreta de contribuir no seu desenvolvimento (CALDART, 2004, p. 57).

A escola de acordo com essa concepção necessariamente deve ter em seu currículo atividades que possibilitem ao aluno o contato com a terra. “Trata-se de desenvolver o amor à terra e ao processo de cultivá-la, como parte da identidade do campo, independente das opções de formação profissional, que podem ter ou não, como ênfase, o trabalho agrícola” (CALDART, 2004, p.57). “A recomendação centra-se na questão do trabalho. A escola do MST não deve partir do conteúdo. Parte da experiência vivida pelas crianças, experiência de trabalho” (FLORESTA, 2006, p. 117).

Ainda no que diz respeito à concepção de educação do campo difundida pelos movimentos sociais e seus intelectuais, uma importante consideração que se faz também com relação aos currículos escolares do campo é que os mesmos devem ter como objetivo a contraposição a tendência de valorização do presente, recorrendo à cultura camponesa de valorização do passado. Para isso o movimento por uma educação do campo defende que a transformação deve ocorrer não só no ensino de história, mas também na abordagem dos demais conteúdos.

Para esse movimento, outra transformação que deve ocorrer na escola do campo se refere à formação de professores. Parte-se da idéia de que os professores do meio rural são vítimas do sistema educacional que não possibilita qualificação a esses profissionais e não valoriza o trabalho dos mesmos e a docência no meio rural é colocada de forma pejorativa.

Diante desse contexto, o que se tem verificado é que o grau de influência do MST nas escolas dos assentamentos está diretamente relacionado com o comprometimento que os professores daquele assentamento tiverem com as causas do movimento, bem como do perfil dos delegados de ensino, diretores e supervisores ligados às escolas da região (BEZERRA NETO, 1998, p.86).

Parte-se da idéia de que as mudanças ocorrerão quando forem “criados novos vínculos e novas identidades para os professores, através de iniciativas específicas para o campo”. E que se caso essas iniciativas não forem colocadas em prática esses mesmos professores que são "vítimas tornam-se então provocadores de novas vítimas, à medida que realizam um trabalho desinteressado, desqualificado e sem ânimo. É urgente romper com essa cadeia” (CALDART, 2004, p.59).

Uma outra mudança reivindicada pelo movimento “Por uma educação do campo” corresponde aos processos de gestão da escola. Para o MST a autonomia da escola pública não deve significar a impossibilidade da existência de um currículo mínimo a ser seguido por todas as unidades escolares, mas que a administração escolar, deve ser descentralizada e estar sob o controle dos trabalhadores que a utilizam. O objetivo é tornar a instituição um espaço de gestão democrática e para isso deve haver a ampliação do acesso às escolas, não só para estudantes, mas também para toda comunidade e a participação dos mesmos nos processos de tomadas de decisões da população rural sobre a gestão do cotidiano escolar, incluindo propostas pedagógicas e políticas (BEZERRA NETO, 1998, p. 82).

Interessante apontarmos que segundo essa concepção apresentada até então, a escola do campo deve ter compromissos para com a sociedade principalmente no que se refere a intervenção social no desenvolvimento regional, sempre atrelado a um projeto de desenvolvimento nacional. Ou seja, “a educação é posta como portadora de um potencial transformador, pois o ensino deve proporcionar a formação de um novo homem/nova mulher que construirão um novo modelo de sociedade” (FLORESTA, 2006, p.117). A formação para o trabalho no campo também é outro comprometimento que a escola deve ter, assim como o resgate e recriação da cultura da população do campo, tendo como base “a educação de valores humanos e anti-humanos, que se coloca hoje como elemento decisivo nas opções políticas e sociais em relação ao modelo de desenvolvimento do nosso país e do mundo inteiro” (CALDART, 2004, p. 54).

### **1.3- Crítica a especificidade da Educação do campo**

Para nós, as informações sobre a realidade rural, as concepções de Educação do campo apresentadas até então e a concordância com a concepção marxista de educação,

nos levam ao entendimento de que ao pensarmos uma educação para a população do campo não devemos nos remeter a uma educação específica, que parta da realidade desse sujeito e permaneça nela, mas de uma educação geral que permita ao aluno compreender sua particularidade enquanto elemento de uma totalidade. Essa afirmação não se trata de um entendimento histórico, mas de princípio sobre a questão da educação do campo. Ou seja, para nós em nenhum momento histórico, mesmo anterior a “urbanização do campo” não cabe a introdução de uma educação peculiar ao meio rural, pois partimos da perspectiva da importância de uma educação universal. Tentaremos daqui em diante demonstrar a partir de contribuições de alguns importantes autores, elementos que darão subsídios para a defesa dessa hipótese.

Um primeiro ponto importante a destacarmos, que se contrapõe ao viés da proposta de educação do campo acima apresentada, que no nosso entendimento as mudanças na estrutura da sociedade, que seria a superação das relações de exploração e a integral emancipação do homem não se dará a partir da educação e muito menos da escola. Portanto, acreditamos que

(...) o processo de emancipação é essencialmente econômico e histórico (que o espiritual primeiramente apenas reflecte e segue): num primeiro movimento, o homem aliena-se exteriorizando-se, ou seja vendendo a sua força de trabalho que, também ela, se materializa em produto externo. A passagem seguinte – abolição, que será efectivamente uma supressão e uma vitória (síntese nova) – faz com que o individuo não se desenvolva na sua singularidade e particularidade como no ensino intelectual, mas numa forma humana superior – o homem social, cujo desenvolvimento se identifica com o de toda a sociedade, desprovida para isso de todos os seus entraves, a divisão do trabalho, as classes, o dinheiro, o Estado, etc (ENGELS; MARX, 1978, p.32).

Porém, não descartamos de forma alguma a importância da educação na sociedade, como processo formativo, e na sociedade capitalista, na medida em que ela pode se constituir enquanto um dos instrumentos potencializadores e articuladores da transformação social e das mudanças estruturais da mesma.

Um segundo ponto importante é que ao iniciarmos nosso estudo sobre a relação desse novo rural e a educação devemos nos ater a uma recorrente confusão que tem sido encontrada em muitos trabalhos, e na própria concepção de educação do campo apresentada acima, que corresponde à diferença entre Educação e Escola. Entendemos

que a Educação se constitui enquanto processo mais amplo, que tem como objetivo a transmissão de conhecimento que pode se dar em diversos espaços, como sindicatos, igrejas, partidos políticos, escola, etc. A LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação, n. 9.394/96 (BRASIL, 1996) determina em seu art. 1º que,

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A escola surgiu no contexto em que se deu a apropriação privada dos meios de produção e a conseqüente divisão de classes. Nesse momento em que houve a divisão entre o trabalho intelectual e trabalho manual, a escola foi constituída para ser o local destinado a apropriação do conhecimento intelectual por parte dos donos dos meios de produção. Aos sujeitos desprovidos dos mesmos, que tinham como única saída a venda da sua própria força de trabalho destinaram-lhes a realização de atividades meramente manuais, apreendidas durante o processo de trabalho (PONCE, 2007).

De acordo com a discussão realizada sobre o meio rural na atualidade, podemos afirmar que hoje, principalmente a partir da reestruturação produtiva no campo na década de 1990, o meio rural desenvolveu um ritmo de vida e de trabalho muito próximos ao meio urbano. As atividades produtivas no campo não se dão mais apenas em torno da agricultura, os sujeitos que residem neste meio exercem atividades não-agrícolas dentro e fora do campo e muitas vezes desenvolvem múltiplas atividades para complementarem a renda, que na maioria das vezes não é suprida pela agricultura. O acesso a tecnologias, insumos agrícolas e mesmo a bens de consumo provocam algumas alterações no ritmo de vida e na configuração do trabalho empreendido pela população do campo. Podemos considerar que hoje as relações urbanas e rurais se misturam formando um “continuum”, de acordo com Abramovay (1992).

Porém, acreditamos que ambos os espaços, rural e urbano, não foram homogeneizados, são constituídos por suas especificidades. Mas o central para nós nesse entendimento do campo é pensarmos que essas particularidades não podem ser deslocadas de um âmbito mais geral, que é o da sociedade capitalista, estruturada pelas relações de exploração e pela propriedade privada dos meios de produção. E portanto, influenciado e estruturado a partir da lógica do capital, o campo apresenta-se dentro de uma nova configuração.

Contudo, entendemos que a concepção de educação do campo, centrada na proposta de uma educação escolar, que tem sido proposta pelos movimentos sociais e por intelectuais ligados aos mesmos, não se constitui enquanto uma proposta progressista de educação.

Para nós, a defesa de uma educação específica para o campo cai no âmbito do idealismo ao se basear na idéia de que a mudança na educação, ofertada a população do campo fará com que as disparidades sociais sejam eliminadas e dessa forma o êxodo rural será amenizado. Partindo da concepção materialista histórica dialética, pensamos que o êxodo rural só poderá ser extinto quando houverem mudanças nas condições de vida da população do campo, ou seja, mudanças estas empreendidas na estrutura material da sociedade.

Podemos afirmar também que o MST e os intelectuais que formulam e pensam a educação específica para o campo assumem uma postura conservadora ao entenderem a educação como transformadora, mas principalmente como um instrumento essencial para o desenvolvimento do campo e da nação, ou seja, elaboram e defendem uma educação que seja instaurada na sociedade capitalista.

Mesmo sendo considerado como um dos movimentos mais importantes do Brasil a partir do último quarto do século XX, o MST em que pese reivindicar um caráter revolucionário, acaba assumindo posturas conservadoras, ao atribuir à educação uma função redentora de todos os males da sociedade. Seus dirigentes colocam num mesmo patamar a necessidade de se fazer reforma agrária e o investimento na educação. Para o MST, a conquista da terra de nada adiantará se não vier acompanhada de uma educação voltada para os interesses dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores rurais em particular (BEZERRA; BEZERRA NETO, 2010, p. 263).

Compreendemos que a categoria totalidade é pouco considerada nessa concepção de educação dos movimentos sociais, pois ao defenderem uma educação que atenda as particularidades do campo e resolva os problemas inerentes a esse espaço, perde-se a noção de universalidade, da relação campo e cidade e da existência de classes sociais. Delimitam-se a entender que as dificuldades com relação à educação, que incluem a falta de estrutura física, de profissionais com boa formação, condições de permanência dos alunos na escola e a qualidade do ensino são inerentes ao campo, esquecem-se que estes problemas atingem a classe trabalhadora como um todo.

A perda da idéia do geral e a defesa da particularidade acaba por valorizar o singular e o “imediatismo em detrimento do histórico, que leva ao pragmatismo orientado pela ênfase às conseqüências do que seja a realidade: sua utilidade para determinada pessoa/grupo, dado que o que importa não é buscar as explicações da realidade, mas como viver melhor” (BEZERRA; BEZERRA NETO, 2010, p. 264).

Uma outra vertente da filosofia muito difundida nos meandros da concepção de educação do campo é a existencialista. Dessa forma, não há a defesa da utilização de uma só matriz filosófica ou pedagógica. Várias correntes são consideradas, de acordo com a conveniência e com a circunstância, de modo que a realidade é vista de forma fenomênica. Nessa vertente se apóia a idéia de que os diferentes pontos de vistas devem ser considerados e que os conhecimentos populares são valorizados em detrimento dos científicos.

Indica-se, assim, a necessidade da “juntada” de diferentes “matrizes pedagógicas”, embora a autora em momento algum deixe claro o que é uma matriz pedagógica. O existencialismo fenomênico, entretanto, fica também evidente quando se diz que “não se trata de considerar uma matriz ou outra, mas o conjunto de circunstâncias que precisam ser educadas”, como se cada circunstância fosse diferente uma da outra, como se um caso não tivesse relação com outro, se não pudesse ser entendido na complexa teia de relações que produzem a totalidade da realidade social, uma vez que é tomado de forma fenomênica. Por isto verifica-se, novamente, uma tomada fenomênica da realidade por parte do MST, característica esta que não pode ser disfarçada com citações à categoria práxis, supostamente numa vertente marxista. Assim, se limita a tomada do MST a uma tomada fenomênica, utilizada como matriz para entender o ser humano, o existencialismo. Como para este a existência precede a essência, na realidade não existe essência, o que faz com que se veja cada indivíduo isolado como um fenômeno ímpar, portanto impossível de ser entendido de forma mais ampla, como uma peça do todo da realidade social (OLIVEIRA, 2008, p.283).

Além da incorporação das correntes citadas a pouco é interessante frisarmos que “o MST se utiliza de um emaranhado de autores de diversas correntes filosóficas e educacionais” e os coloca num mesmo patamar e é nesse “ecletismo pedagógico” que a proposta de educação dos movimentos sociais se apóia. “Ou seja, é graças a essas conjunções de pensamento, de autores tão díspares que podemos afirmar que o projeto pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é eclético” (BEZERRA; BEZERRA NETO, 2010, p. 268).



Fundamentados por essas matrizes teóricas esse movimento defende que esse tipo de educação diferenciada deve formar um “novo sujeito”, o sujeito que tenha a identidade de “sem terra”. Nesse tipo de educação o sujeito construirá seu conhecimento a partir da sua realidade e para que a valorização desta realidade seja trabalhada de forma efetiva acredita-se que o professor deve ser morador do meio rural.

Acreditamos que essa concepção pedagógica da escola do campo defendida pelos movimentos sociais, pouco tem a contribuir com a melhoria da educação do sujeito do campo. Pelo contrário ela se coloca de forma a aprisionar o homem no meio rural, de modo que procura limitar sua formação àquela realidade. Para nós a utilização destes vários ideários, que se unem numa proposta de educação do campo, vão ao encontro dos interesses da burguesia de não proporcionar à toda a sociedade o conhecimento objetivo que permita a compreensão da realidade, e a intervenção sobre a mesma. Ou seja, aos pobres pretende-se oferecer uma educação pobre.

Em primeiro lugar, entendemos que, um Projeto progressista de educação do campo deve ser um projeto que possibilite com que os sujeitos tenham condições de compreender os fundamentos do processo de trabalho como elemento do processo de produção capitalista, entender o desenvolvimento histórico e contraditório das sociedades, se aproprie intelectualmente do que se produziu pela humanidade no campo das artes, da literatura, das ciências naturais e humanas e compreender a realidade local como parte e articulada com o conjunto da sociedade.

Dessa forma compreendemos que a educação deve ser universal e fundamentada pela concepção de formação onilateral<sup>1</sup> e do trabalho como princípio educativo de Marx apresentado no texto “Instruções aos Delegados do Congresso da AIT”, aos delegados do “I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1866”. Neste texto, pela primeira vez Marx define o conteúdo pedagógico do ensino socialista:

Por *educação*, entendemos três coisas:

1. Educação *intelectual*;
2. Educação *corporal*, tal como é produzida pelos exercícios de ginástica e militares;
3. Educação tecnológica, abrangendo os princípios gerais e científicos de todos os processos de produção, e ao mesmo tempo iniciando as crianças e os adolescentes na manipulação dos instrumentos elementares de todos os ramos de indústria.

---

<sup>1</sup> Nas bibliografias utilizadas foram encontrados tanto o uso do termo omnilateral, quanto onilateral. Optamos neste trabalho pelo uso da palavra onilateral.

A divisão das crianças e dos adolescentes em três categorias, de 9 a 18 anos, deve corresponder um curso graduado e progressivo para a sua educação intelectual, corporal e politécnica. Os custos destas escolas politécnicas devem ser em parte cobertos pela venda das suas próprias produções (ENGELS; MARX, 1978, p. 223).

Compreendemos a onilateralidade como a totalidade de capacidades do homem, como o desenvolvimento de todas as suas potencialidades, tanto manuais, como intelectuais, de forma que essa formação onilateral proporcione ao sujeito uma maior compreensão da sua realidade, assim como a possibilidade de intervenção sobre a mesma. A totalidade do sujeito seria integrada dessa forma, pelas capacidades produtivas e pelas de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho (MANACORDA, 2007, p.90).

Exprime a exigência de fazer adquirir conhecimentos de fundo, isto é, de trabalhar- conforme a natureza- com o cérebro e com as mãos, porque isso corresponde a uma plenitude do desenvolvimento humano. Em resumo, ao critério burguês da pluriprofissionalidade, Marx opõe a idéia da onilateralidade, do homem completo, que trabalha não apenas com as mãos, mas também com o cérebro e que, consciente do processo que desenvolve, domina-o e não é por ele dominado (MANACORDA, 2007, p. 101).

A partir da idéia de formação onilateral, outra discussão necessária a se fazer é com relação ao trabalho como principio pedagógico. Tomando como base a concepção de uma formação geral que recupere a união entre o domínio intelectual e manual, o trabalho para Gramsci deve ser atrelado essencialmente, como um elemento constitutivo do ensino, semelhante ao que é o ensino prático no ensino tecnológico em Marx; o trabalho não é um termo antagônico e complementar do processo educativo, ao lado do ensino em suas variadas formas, mas se insere no ensino pelo conteúdo e pelo método (MANACORDA, 2007, p.136).

Quanto às implicações pedagógicas que tudo isso comporta; podem expressar-se, em síntese, na afirmação de que, para a reintegração da onilateralidade do homem, se exige a reunificação das estruturas da ciência com as da produção. Não pode, de fato, ter validade nem a extensão a todos da cultura tradicional no tipo de escola até agora existente para as classes dominantes, nem a permanência da formação subalterna, até agora concedida às classes produtivas, pela antiga

aprendizagem artesanal ou as novas formas de ensino unidas à indústria moderna (MANACORDA, 2007, p. 93).

Portanto os elementos apresentados acima, como onilateralidade, relação entre conhecimento manual e intelectual e o trabalho enquanto princípio pedagógico, tão importantes para a concepção marxista de educação se constituem como instrumentos centrais que formam o que Gramsci vai chamar de escola unitária. O instrumento de trabalho para a escola unitária é um feixe de relações políticas, sociais e produtivas. É, sobretudo, a possibilidade concreta de liberdade universal (NOSELLA, 2004, p. 25).

A vinculação que Gramsci faz da escola moderna com o industrialismo, apresentada por Nosella (2004, p. 23), aponta o trabalho como princípio pedagógico da escola moderna tendo como objetivo criar capacidades intelectuais e capacidades para o trabalho, ou seja, o princípio de escola unitária de caráter geral e desinteressada.

Se a escola é suspensão do trabalho produtivo, não é, porém, dele fuga, negação ou esquecimento. Assim como a fábrica se enuclea ao redor do instrumento de trabalho moderno considerado objeto material de produção, a escola se estrutura ao redor desse mesmo instrumento de trabalho entendido, porém, como processo de desenvolvimento científico, criativo e ético da história dos homens.

Fundamentados pelo aporte teórico marxista entendemos que a nossa luta deve ser no sentido de uma escola única, embasada por princípios universais, que possibilite o acesso aos diferentes grupos sociais à todo conhecimento produzido historicamente pela sociedade, de forma que os sujeitos possam intervir e tomar posição frente a sua realidade.

Portanto, não acreditamos na eficiência de uma escola diferenciada para cada grupo social, como forma de emancipação desses sujeitos. Compreendemos que a verdadeira emancipação do homem se dará através de mudanças na base econômica da sociedade. Para Gramsci, a democracia na educação não pode consistir, de fato, em consentir estratificações internas nos vários grupos sociais, na base de uma formação unilateral do trabalho; em dar, afinal, a possibilidade de que os serventes de pedreiros se tornem qualificados, porque isso não suprimiria, de fato, a característica social, ou seja, a discriminação, que consiste exatamente no fato de que cada grupo social tenha a sua escola (MANACORDA, 2007, p.138).

É importante que tenhamos a dimensão de que as diferenças não estão entre campo e cidade, mas no atendimento das diferentes classes. Portanto o difícil acesso a educação e o distanciamento da cultura escolar das realidades vividas não é uma condição apenas dos filhos de assentados ou de produtores familiares, mas também das crianças e jovens oriundos de bairros periféricos, de favelas das cidades (CASSIN; VALE, 2010).

As diferentes condições de atendimento escolar, às diferentes classes sociais já se apresentam na atribuição de aulas e classes aos professores. Geralmente são poucos os profissionais que tem como opção trabalhar em escolas de periferia ou localizadas na área rural. A essas escolas se destinam, em sua maioria, os profissionais que possuem formação recente e pouca prática docente, ou ainda, docentes em formação.

Além de todas as dificuldades no interior das escolas que atentem a classe trabalhadora, as crianças não contam com a contribuição da família nos afazeres escolares, pela baixa escolaridade de seus membros e pelos hábitos, valores e rotinas dessas famílias não favorecem a interiorização da cultura exigida no ambiente escolar. Para Bourdieu,

... cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito (CATANI; NOGUEIRA<sup>2</sup>, 1998, p.41).

A linguagem utilizada no ambiente familiar não condiz com a norma culta, já que na maioria das vezes os membros dessas famílias não são escolarizados. Outro fator que favorece esta relação de distanciamento entre família e escola é a rotina exaustiva de trabalho da maioria dos familiares e em muitos casos da própria criança e adolescente.

De todos os obstáculos culturais, aqueles que se relacionam com a língua falada no meio familiar são, sem dúvida, os mais graves e os mais insidiosos, sobretudo nos primeiros anos de escolaridade, quando a compreensão e o manejo da língua constituem o ponto de atenção principal na avaliação dos mestres ( CATANI; NOGUEIRA, 1998, p. 46).

---

<sup>2</sup> No livro “Escritos de Educação”, Catani e Nogueira organizam, discutem importantes contribuições e textos do autor Pierre Boudieu.

Por isso, compreendemos que as crianças originárias destas classes ingressam na escola sem as noções prévias da cultura escolar, diferentemente das crianças de classe média e alta que incorporam em seu cotidiano familiar, práticas e conhecimentos culturais extra escolares, como por exemplo, teatro, cinema, música. Além desse fator levantado acima existe a falta de acompanhamento dos familiares nas tarefas propostas pela escola, pois os pais em grande parte são analfabetos e a rotina de trabalho muitas vezes não permite a disponibilidade de tempo para atender as necessidades dos filhos.

Nesse sentido, podemos avaliar que o nível econômico e cultural das famílias é um dos determinantes no êxito das crianças em ambiente escolar, tal como hoje ele é organizado. Esse fato pode explicar o porquê do grande número de reprovações e evasões em escolas onde o público alvo são filhos de trabalhadores, quer sejam assentados, favelados, etc. Portanto, as diferenças entre dois universos escolares não estão entre a cidade e o campo, mas, entre as escolas que atendem os filhos da elite e as escolas que atendem os filhos dos trabalhadores. Ou seja, a educação escolar tem caráter de classe, sendo oferecida diferenciadamente para a classe que detêm os meios de produção e para a que não detêm.

## 2 Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST)

### 2.1 Contexto Histórico do MLST

Serão apresentados neste capítulo informações e dados referentes ao Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) levantados através de consulta bibliográfica a documentos oficiais do movimento (cartilha) e alguns trabalhos acadêmicos. Devido a escassez de material e sistematizações a respeito desse movimento social tornou-se necessário também utilizarmos entrevistas com algumas lideranças nacionais e regionais do movimento, assim como, com trabalhadores sem terra ligados ao MLST.

Para dar início ao histórico do MLST é importante retratarmos o contexto político da época de sua criação e a influência deste na efervescência dos movimentos sociais, dentre eles os movimentos de luta pela terra.

A conjuntura em que se dá o surgimento de alguns movimentos sociais que estão em evidência na atualidade e que representam importantes organizações dos trabalhadores ocorreu no período de redemocratização do Brasil, após 20 anos de ditadura civil - militar.

Diante da forte repressão expressa a partir do golpe em 1964, tanto na cidade, quanto no campo as lutas sociais passaram por um processo de diminuição da capacidade de organização, pois nesse momento os espaços de luta política foram estreitados. Contudo foi nesse período liderado pelos militares, que objetivavam modernizar a economia e a sociedade, que se deu início a implantação de diversas reformas, inclusive atendendo algumas necessidades já reivindicadas antes do golpe. Leonilde Servolo de Medeiros (1989, p.85) em seu livro, “História das lutas sociais no campo”, quando trata desse período de reformas comenta que,

Foi o caso da reforma bancária, universitária, administrativa e até mesmo da reforma agrária, que ganhou corpo legal através do Estatuto da Terra. A um curto período em que o discurso liberal e reformista permaneceu, e em que não foram alteradas as regras institucionais, seguiu-se outro, de fechamento, que teve início no final de 1965 e ganhou maior fôlego com o Ato Institucional nº 5, em 1968. Foi a partir daí, sem nenhum espaço para manifestação das diversas forças sociais, que se passou a definir a política econômica que daria origem ao chamado “milagre brasileiro”. Marcado pela concessão de subsídios e incentivos fiscais, processou-se um rápido crescimento econômico, fundado na concentração de capitais e de

renda, tanto a nível pessoal como regional. Ampliou-se a produção de bens de capital, modernizou-se o parque industrial estimulou-se a modernização agrícola e a ocupação de fronteiras pelos grandes empreendimentos incentivados.

É essencial ressaltarmos que nesse contexto foram criados pelo Estado projetos que objetivavam a colonização e ocupação de alguns estados brasileiros, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, a fim de diminuir a tensão nos grandes centros localizados na região sudeste, onde ocorriam muitos conflitos, devido a concentração de terras nas mãos de poucos. Segundo Medeiros (1989, p.85)

O discurso em torno da reforma agrária, que marcou ainda o primeiro governo militar, foi substituído pelo da colonização, da ocupação dos espaços vazios, da transformação tecnológica da agricultura tradicional. Juntamente com essas medidas, implementava-se uma grande propaganda em torno de projetos especiais tais como o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), o Funrural e grandes empreendimentos dos quais o mais desastroso exemplo foi a construção da Transamazônica.

Ainda sobre esse período é importante lembrarmos que existiram diferentes fases e que em cada uma delas transpareceram os interesses de seus respectivos governantes e de grupos envolvidos, ou seja, houve momentos de forte repressão e outros de maior abertura. Segundo Boris Fausto (2006, p. 512) a ditadura civil - militar pode ser caracterizada “pelo rompimento com o populismo, instrumento até então utilizado pelo governo para se manter no poder acabando assim com o pouco de força que a classe operária, os camponeses e os estudantes haviam conquistado à pouco”. No livro intitulado “História do Brasil”, as variáveis do regime são apresentadas por ele da seguinte forma,

(...) podemos perceber que os militares raramente atuaram em bloco na arena política, dividindo-se entre diversas correntes, embora com pontos de contato: os castelistas, a linha-dura, os nacionalistas. O poder de cada um desses grupos variou, assim como variou o apelo à opinião mais ampla das Forças Armadas, abrangendo a média oficialidade, para tentar impor candidaturas ou dar legitimidade a determinadas orientações.

Quanto aos sindicatos, esses não foram fechados, porém as direções que tinham alguma ligação com o populismo foram perseguidas pelo regime. Como consequência

da política repressiva do governo diante dos sindicatos, no campo, “no ano de 1968, a Confederação Nacional dos Trabalhadores (Contag) atuando sem vínculo nenhum com o governo deu início a um trabalho nacional de incentivo a organização e abertura de federações de sindicatos rurais” (FAUSTO, 2006, p. 497).

No que diz respeito a sindicalização dos trabalhadores, Boris Fausto apresenta em seu estudo dados interessantes que revelam “o grande aumento de trabalhadores rurais sindicalizados depois de 1973 - de pouco mais 2,9 milhões em 1973 para mais de 5,1 milhões em 1979 - foi estimulado pela administração dos programas de previdência social por meio dos sindicatos” (FAUSTO, 2006, p.498).

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980 houve o enfraquecimento da ditadura civil-militar que foi expresso por meio das greves dos metalúrgicos do ABC, as paralisações e as ocupações de terra no campo, a anistia e a emergência de novos partidos. A crise de cunho econômico acabou por criar divergências entre setores da própria burguesia, ameaçando a sustentação do regime e esse momento também foi marcado por forte contestação popular que resultou na eclosão de lutas no campo e na cidade. “O conjunto desses fatores acabou por convergir no processo de abertura “lenta e gradual”, culminando na transição negociada e na escolha de Tancredo Neves para a Presidência da República” (MEDEIROS, 1989, p. 122).

De acordo com Leonilde S. Medeiros (1989, p. 86),

(...) Do ponto de vista econômico, esboçaram-se os sinais iniciais da crise, evidenciada com o choque do petróleo. Do ponto de vista político, já em 1974, o MDB, único partido de oposição permitido, conseguiu uma grande vitória eleitoral, capitalizando um voto de recusa ao governo. No ano seguinte, a morte no Dói-Codi do jornalista Vladimir Herzog provocou o primeiro grande ato público de protesto, desde 1968. Ao mesmo tempo, começou a se esboçar uma oposição empresarial de perfil antiestatizante. A maré oposicionista crescia, culminando, em 1978, com as grandes greves do ABC em São Paulo. A luta pela reposição salarial, as mobilizações pela anistia, as crescentes denúncias sobre conflitos no campo criavam um novo clima.

Com essa “abertura política” a classe trabalhadora reaparece no cenário político. Mas não podemos esquecer que mesmo durante os períodos mais conturbados da ditadura os trabalhadores rurais permaneceram na luta, se organizando e criando formas próprias de reivindicação. “Embora débeis, elas se mostram capazes de manter as



bandeiras de luta dos anos 60. A demanda por reforma agrária continuava na ordem do dia” (MEDEIROS, 1989, P. 86).

É essencial ressaltarmos que a partir dos anos de 1980, período que teve como resultado “o fim do bipartidarismo, a anistia, a liberdade de imprensa aconteceram greves urbanas e rurais, reivindicações por terra, melhores salários que se constituíram enquanto fatos importantes para o surgimento de novos sujeitos imersos na luta política” (MEDEIROS, 1989, P. 122).

A greve de Pernambuco foi um importante exemplo de luta no campo nos moldes do sindicalismo da época. Realizada em 1979 a greve dos canavieiros, organizada pela Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura foi feita totalmente dentro dos parâmetros da lei de greve, respeitando os dois princípios do modelo de greve implementados pela Contag, que se constituía em articulação da ação a partir da confederação e a luta respeitando os parâmetros legais. Ou seja, a partir dessa

... mobilização onde foi sempre marcante a presença da estrutura sindical, as greves de Pernambuco também acabaram por se constituir num laboratório e num modelo de ação, que deram maior visibilidade ao projeto sindical rural que tinha na Contag sua força propulsora. Nesse período uma experiência marcante de greve no campo foi em Pernambuco (MEDEIROS, 1989, p. 126).

Apesar do sucesso obtido pela greve de Pernambuco que se estendeu para os anos de 1980 e 1981 e se expandiu para outras regiões como Bahia representada pelos apanhadores de café, Passos (MG) pelos canavieiros, no Rio Grande do Norte e na Paraíba, a eficácia do “modelo de Pernambuco” não atingiu todas as regiões e em algumas delas sua adesão foi muito problemática.

Nesse contexto os trabalhadores colocavam em discussão o papel do sindicato e sua relação com as bases. Em 1981 foi realizada a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora e nesse espaço já se apresentaram diferentes correntes dentro do sindicalismo, que no futuro deram origem a duas centrais sindicais, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

(...) Em agosto de 1981, realizou-se na Praia Grande, em São Paulo, a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que reuniu representantes das várias tendências do sindicalismo brasileiro. Duas correntes principais aí se definiram. Uma delas, muito próxima do PT, apostava em uma linha reivindicatória

agressiva, em que a mobilização dos trabalhadores era definida como mais importante do que o processo sinuoso de abertura. Seu núcleo impulsionador encontrava-se no sindicalismo do ABC. A outra corrente defendia a necessidade de limitar a ação sindical a lutas que não pusessem em risco o processo de abertura. Não assumia uma clara definição ideológica, sustentando a importância de alcançar ganhos concretos imediatos para os trabalhadores. Daí a expressão “sindicalismo de resultados” que veio a ser criada mais tarde. Essa corrente abrangia sindicatos importantes, como o dos metalúrgicos de São Paulo, controlados por sindicalistas menos definidos politicamente e por integrantes dos dois PCs. Estes últimos tinham uma opção política mais definida, mas aproximavam-se dos “sindicalistas de resultado” por razões táticas (FAUSTO, 2006, p. 153).

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi consolidada, em 1983 e em oposição a ela, foi realizado um congresso liderado por uma corrente chamada Conclat, que em 1986 passou a ser chamada de Central Geral dos Trabalhadores (CGT). A partir desse momento surgem duas centrais sindicais, de caráter nacional e com concepções distintas, que historicamente irão se confrontar.

Na perspectiva dos trabalhadores do campo suas lutas se intensificaram e tiveram algumas modificações que se atribui, tanto ao momento político vivenciado pelo país, quanto pela mudança no interior da dinâmica dos conflitos. Dois fenômenos foram essenciais para a transformação desses conflitos. Um deles foi o surgimento de novos mediadores, tal como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que gerou disputa por quem iria organizar os trabalhadores, o que fez com que as bandeiras fossem explicitadas e novas formas de luta formuladas. Outro fator foi o reconhecimento da pouca eficácia das formas de encaminhamentos dos conflitos, por parte dos sindicatos, que priorizavam o caráter “administrativo” (MEDEIROS, 1989).

Leonilde S. Medeiros (1989, p.126) destaca ainda que,

Fruto desse salto de qualidade, os trabalhadores experimentaram novos caminhos, novos atores emergiram e a reforma agrária, bandeira que até então mantivera-se viva no interior dos conflitos no campo, mas que não tinha maior significado para outros segmentos, retomou seu lugar de destaque nas lutas políticas.

Com relação à intervenção da Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto aos trabalhadores, Boris Fausto (2006, p. 126) destaca que

... seu trabalho se iniciou na Amazônia e se espalhou por outras regiões do país como, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Maranhão e Goiás, locais onde se uniu a outras ações já em curso realizadas por pastorais, padres e bispos. Em 1979 já existiam 15 regionais da CPT difundidas por todo território brasileiro.

Ainda no que diz respeito ao cenário político é interessante lembrarmos que no final de 1983 iniciou-se uma campanha, de grande repercussão popular, pela realização de eleições diretas.

Sucessivos atos públicos, nas principais capitais do país, colocavam milhares de pessoas nas ruas, exigindo diretas já. Enquanto tais mobilizações cresciam, aglutinando todo o amplo leque de oposição ao regime, nos bastidores se negociava um pacto político entre a dissidência do governo militar, que se agrupava na Frente Liberal, e a oposição peemedebista, para eleger um candidato à Presidência da República, por via indireta. O candidato de conciliação era Tancredo Neves, tendo como vice José Sarney, que até há pouco tempo fora presidente do PDS, o partido de sustentação do governo. A Aliança Democrática, produto desses acordos, constituiu-se em agosto de 1984. Fazia parte de seu programa de mudanças uma reforma agrária mediante cumprimento do Estatuto da Terra e melhoria das condições de vida do homem do campo (MEDEIROS, 1989, p. 166).

A luta pelas diretas não obteve êxito e a Aliança Democrática que durante as mobilizações populares, havia assumido compromissos diante da população, tais como, legalização dos partidos clandestinos, autonomia sindical, plena liberdade de imprensa, convocação de uma Assembléia Constituinte e mudanças na estrutura fundiária, teria agora que por em prática suas promessas.

Foi nessa conjuntura que Tancredo Neves se elegeu presidente da República, com o objetivo de realizar a “transição democrática” e do ponto de vista dos trabalhadores rurais havia esperança de concretização de uma reforma agrária. A morte de Tancredo Neves e a posse de José Sarney como presidente da República, aparentemente não deixa de lado os compromissos firmados. Porém no decorrer do mandato ficou claro a falta de comprometimento com as reivindicações e a esperança dos trabalhadores foi por água abaixo (MEDEIROS, 1989, p.165).

Contudo, o período de redemocratização do Brasil foi marcado pela forte expectativa de mudança e foi diante desta conjuntura que os trabalhadores rurais organizaram dois grandes eventos, de grande impacto político. Um deles foi o Congresso dos Trabalhadores Sem Terra, e outro, o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela Contag.

Nesse contexto histórico, início dos anos 1980, impulsionados por diversos fatos sociais, de caráter político e econômico surgem no país os chamados Sem Terra. Considerados por alguns autores e pesquisadores como “novos sujeitos” na luta pela

terra, os Sem Terra foram responsáveis pela organização de um movimento específico que tem suas origens em experiências de lutas, em diversas regiões do Brasil e que acabam se unindo nessa conjuntura pós- ditadura militar. Ainda sobre as experiências que deram origem aos Sem Terra,

Uma das mais significativas foi a exclusão de todo um conjunto de trabalhadores do processo de modernização pelo qual passou a agricultura do Sul do país e que resultou na impossibilidade de reprodução social de setores de pequenos agricultores familiares. A crescente dificuldade em dividir os já pequenos lotes ou de comprar novas terras na própria região, tendo em vista o progressivo caráter empresarial que essa agricultura assumia e os altos preços da terra, gerou contingentes de trabalhadores precariamente integrados na produção. Eles iriam constituir uma das bases da luta pela terra (MEDEIROS, 1989, p. 147).

É relevante frisarmos que o surgimento dos Sem Terra também teve relação com as experiências dos antigos colonos. Na realidade as experiências dos colonos foi somada a das lutas dos expropriados pelas barragens. “No oeste do Paraná, por exemplo, os remanescentes dos atingidos, parceiros, posseiros, filhos de pequenos produtores, desde logo se articularam num movimento reivindicativo, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste, apoiados principalmente pela CPT” (MEDEIROS, 1989, p. 147). Antes de se agregarem ao movimento dos Sem Terra, uma boa parte de seus integrantes,

... frente à pressão que se intensificava, uma solução encontrada por parte dessa população, estimulada pela propaganda da política agrária dos governos militares, foi a migração para as áreas de fronteira, em busca de novas terras nos projetos de colonização, quer oficiais quer privados, ou mesmo a ocupação de terras aparentemente devolutas. No entanto, desde logo muitos voltaram, descontentes com as condições inóspitas das novas regiões, com o isolamento e a falta de apoio à produção etc, transformando-se em um alerta importante nos movimentos de luta pela terra no Sul. Segundo Tavares dos Santos, os “colonos” retornaram com a consciência modificada pela sua árdua experiência e passaram a reagir, denunciando e participando da gestação da recusa da política de colonização. Assim, ao se reinserirem nos movimentos camponeses meridionais, os retornados passaram a agregar às reivindicações pelo produto e pela terra outro significado que perpassava as várias mobilizações: a negação das propostas oficiais de transferência para a Amazônia.

As primeiras atuações dos Sem Terra, ocorreram de forma isolada e no decorrer dos anos foram sendo articuladas. As primeiras experiências de luta desses grupos foram

ocupações de terra e essas ações não estavam ligadas a uma única organização. Eram fatos descolados uns dos outros. Por exemplo,

... em 1979, posseiros expulsos da reserva indígena de Nonoai pelos índios e que não aceitaram a proposta de serem removidos para projetos de colonização oficiais ocuparam as fazendas Macali e Brilhante, na região de Sarandi. Em 1980, trabalhadores catarinenses ocuparam a fazenda Burro Branco, em Campo Erê, Santa Catarina. Nessa mesma época foi ocupada a fazenda Primavera, em Andradina São Paulo. Em todos os casos, tratava-se de terras improdutivas e a tensão gerada acabou por desencadear desapropriações (MEDEIROS, 1989, p. 148).

Quando se constituem os Sem Terra a principal forma de luta criada por esse segmento foram às ocupações de terra. Sobre essa prática Feliciano destaca o seu sentido ao afirmar que,

As ações coletivas dos camponeses sem-terra, incluindo as ocupações, além de possuir um sentido imediato e literal, apresentam outros significados interpretativos. O sentido da ocupação como ação contestadora também se dá na esfera política e simbólica. Os camponeses, ao ocuparem um imóvel improdutivo ou devoluto, estão materializando a sua indignação e reivindicação (FELICIANO, 2006, p. 108).

No livro intitulado “História da luta pela terra e o MST” de Mitsue Morissawa, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) considerado o movimento de luta por reforma agrária, com maior expressão no Brasil foi criado oficialmente em 1984 e deu início as suas manifestações pela consolidação da Reforma Agrária brasileira ainda antes de criação formal, pois as primeiras ocupações de terra se deram a partir de 1979, no Rio Grande do Sul, durante a ditadura civil - militar. De acordo com Morissawa (2001, p. 140).

A partir de 1985, ano de seu 1º Congresso Nacional, o MST expandiu-se pelas demais regiões do país e, no final da década de 1990, estava organizado em 23 estados. Entendendo que sua luta é uma luta pela reforma agrária, tinha necessariamente de se estender por todo território nacional. Sua palavra de ordem era então” Ocupar é a única solução”.

O MST começa a se formar no estado de São Paulo em meados de 1979, “com a resistência dos posseiros da Fazenda Primavera, nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência. Em outras regiões do estado também aconteciam movimentações de resistência e de luta pela terra” (FELICIANO, 2006, p. 115).

Contudo, entendemos que a origem do MST e as condições materiais que levaram os camponeses a se organizarem “advém do processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo no campo. O estado de São Paulo foi cenário dessas transformações com a intensificação do processo de industrialização, a modernização da agricultura e a expropriação e exploração dos camponeses” o autor ainda afirma que a forma de enfrentamento a essa realidade passa a ser a ocupação de terras, pois “a partir dessas dificuldades, os trabalhadores resgatam o processo histórico de resistência camponesa e recriam um novo modo de enfrentamento por meio da ocupação” (FELICIANO, 2006, p. 116).

Na articulação dessas lutas, o sindicalismo foi ausente, pelo menos enquanto direção. “Em estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais a movimentação dos trabalhadores ultrapassou os passos legais e, em algumas situações, adiantou-se aos próprios sindicatos”. A atuação dos sindicatos na época gerou muita desconfiança e os trabalhadores não se sentiam representados por essas organizações. No interior do sindicalismo criavam-se, assim, novos fatos políticos, que levavam ao questionamento de um modelo que muitos viam como “ritualizador” e “burocratizador” das greves. “Com eles, surgiram padrões distintos de ação sindical que, mais do que uma adaptação local de um modelo geral, constituíram-se em uma nova concepção sobre o que significava a luta sindical” (MEDEIROS, 1989, p. 151).

Em meio às críticas em torno do sindicalismo da época surgiu também a elaboração de uma concepção de recusa ao Estatuto da Terra, pois acreditava-se que o mesmo não seria o instrumento mais adequado para a realização da reforma agrária, segundo as demandas e necessidades dos trabalhadores.

A intensificação dos conflitos e a crescente mobilização dos trabalhadores significaram também uma maior presença da Igreja junto a esse segmento. Sua participação foi mesmo essencial para algumas resistências bem sucedidas, como foi o caso de Ronda Alta ou na articulação do Movimento dos Sem Terra (MEDEIROS, 1989, p. 155)

Como exposto anteriormente, o MST desde a sua criação recebeu apoio de diversas instituições e a igreja foi uma das principais aliadas dessa luta e dessa maneira teve grande influência também nas formulações e práticas do movimento.

Instituições como a igreja (por meio das Comunidades Eclesiais de Bases- CEBES), os partidos políticos (em especial PT e PMDB), os sindicatos dos trabalhadores rurais, a Central Única dos

Trabalhadores (CUT) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de São Paulo (Fetaesp) auxiliaram e organizaram muitas dessas lutas. (...)A CPT foi a principal articuladora em todo esse processo e teve papel fundamental para a formação do MST, por meio das ações das CEBS (FELICIANO, 2006, p. 116).

Para que melhor compreendamos o caráter das práticas e ideologias do movimento acreditamos ser imprescindível observar o seguinte programa de reforma agrária formulado pelo MST (MORISSAWA, 2001, p.153).

1. Modificar a estrutura da propriedade da terra.
2. Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade.
3. Garantir que a produção agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores.
4. Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola.
5. Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude.
6. Aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semi-árido.
7. Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável.
8. Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.

O MST, em 2001, “após dezesseis anos de existência, contava com 1,5 milhão de pessoas em 23 estados da federação, organizadas em acampamentos e assentamentos” (MORISSAWA, 2001, p.167). No ano seguinte, no mês de dezembro, “somente no estado de São Paulo havia cerca de 4.200 famílias de camponeses sem-terra acampadas. Considerando uma média de 4 pessoas por família pode-se chegar a um número de 16.800 acampados lutando por uma fração do território capitalista” (FELICIANO, 2006, p. 109).

## **2.2 Origem do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST)**

Também caracterizado como um movimento que luta por reforma agrária, criado em 1997, o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) surgiu com o objetivo de dar visibilidade e legitimar lutas que já existiam isoladamente, no período de

redemocratização do país conforme descrevemos acima, em vários estados do Brasil, como, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, São Paulo e Bahia.

Ressaltaremos a partir de agora elementos sobre a formação do MLST, resgatados através de entrevistas feitas com coordenadores nacionais e regionais do movimento, assim como, com alguns assentados que apresentaram seus pontos de vista sobre o movimento.

Trabalhadores entrevistados, dentre eles, ex-coordenadores do movimento e assentados, afirmaram que o surgimento do MLST se deu através da união entre um forte movimento por Reforma Agrária que já ocorria no Triângulo Mineiro desde a década de 1980 e a articulação política feita por Bruno Maranhão e Paulo Faria.

Foram relatadas também algumas experiências geradas a partir da necessidade de um movimento nacional, que antes de ser Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) foi Movimento Democrático dos Sem Terra (MDST) e depois Movimento de Luta pela Terra (MLT). O primeiro nome escolhido pelos trabalhadores, MDST, gerou muita polêmica por causa do termo democrático. Os demais movimentos já existentes foram contrários, pois achavam que o nome estava dando a entender que apenas esse novo movimento havia práticas democráticas, discriminando os demais. Devido a esse embate o grupo oriundo do Triângulo Mineiro resolveu mudar o nome do movimento para MLT. Porém, este segundo nome escolhido também teve que ser modificado à medida que o grupo soube da existência de um movimento, localizado na Bahia, com esta mesma sigla. Então, segundo os trabalhadores Sem Terra entrevistados, após essas reformulações, em 1997 se chegou a um acordo e foi fundado o MLST.

Interessante percebermos essas experiências a partir das falas do ex-coordenador nacional do MLST, Luis Carlos (Barroso). Em entrevista concedida a Mitidiero (2002, p. 150) Barroso relata que,

... éramos um grupo autônomo e nós conseguimos fazer a luta com uma certa notoriedade, com uma certa repercussão, mas também com um pouco de debilidade no campo da articulação com outros segmentos; a localidade gera uma certa dificuldade, não tem aquela visibilidade a nível nacional, não consegue em determinados momentos se colocar na conjuntura, no processo de enfrentamento das forças da oligarquia, das forças reacionárias da sociedade. Então, mesmo desde este princípio, nós sonhávamos construir um movimento mais abrangente, uma organização de caráter nacional, e não sentimos espaço para estar nos colocando dentro do MST.



Ainda com relação à formação do Movimento de Libertação dos Sem Terra, um dos coordenadores nacionais do movimento nos relatou que,

O Movimento de Libertação dos Sem Terra teve início em 1992. Bom, o MLST antigamente era conhecido como ML, e ele teve início naquela região do triângulo mineiro onde nós tínhamos a maior concentração. Então nós tínhamos o triângulo mineiro, um grupo em Pernambuco, um grupo na Bahia e um grupo na região de Goiás, que tinha as mesmas idéias e discutia um pouco sobre o ML, mas nada ainda muito organizado, como uma organização nacional. Em 1997 teve o primeiro congresso nacional do ML e aí esses grupos decidiram se tornar um movimento maior. O ML era o Movimento de Libertação, então era um movimento, mas não era aquele movimento nacional. Eram movimentos regionais, formado pelo pessoal que dirigia em Minas Gerais, pessoal em Pernambuco, no Maranhão e outras lideranças, que discutiam em torno do ML, mas não era uma estrutura nacional como hoje. Em 1997 foi feito o primeiro congresso, com mais ou menos 5 mil pessoas, em Brasília, nos dias 21, 22 e 23 de agosto e aí desse congresso foi constituído o Movimento de Libertação dos Sem Terra, passando de ML, para MLST (Gilberto<sup>3</sup>, 2010).

Com relação à organização do MLST, nas diversas regiões do Brasil o movimento foi surgindo e liderando os grupos já existentes de forma diferenciada em cada local. Relevante destacar que assim como em Minas Gerais, segundo dados contidos na cartilha do movimento, o estado de Pernambuco também se constitui como exemplo claro de luta intensa que era realizada de forma isolada e que foi incorporada ao movimento nacional, MLST, através de articulações com grupos isolados realizadas por Bruno Maranhão. Nesse estado o processo ocorreu da seguinte maneira,

Em meados de 1987, 400 famílias de Pernambuco se instalaram nas terras de SUAPE (Complexo Portuário Recife-Pernambuco) e a partir desse fato foi criado o atual Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST). Essa mobilização foi chamada de ocupação branca, principalmente porque não desafiava abertamente o poder do Estado, sendo os limites e as regras ditados pela secretaria do governo responsável por SUAPE (MLST, 2008, p.3).

O processo descrito acima foi lento e os trabalhadores foram impedidos de construir seus barracos e produzir lavoura de raiz, além da repressão que sofriam por parte dos vigilantes da SUAPE.

---

<sup>3</sup> Foi militante do MST. Hoje está assentado na fazenda Boa Sorte, em Restinga e é coordenador nacional do MLST.

Em 1989, na madrugada do dia dezoito de setembro, foram incorporadas mais quatrocentas famílias a mobilização, juntamente com as famílias que já estavam no local e assim essa movimentação foi chamada de Ocupação Vermelha. “Nesse momento os novos e os velhos ocupantes se uniram e através de assembléias, realizadas durante a ocupação estabeleceram regras e normas para organizar o movimento que estava surgindo” (MLST, 2008, p.3).

Durante o período de ocupação ocorreram pequenos confrontos e “alguns deles foram liderados por posseiros da Ocupação Branca, a fim de desgastar o esquema de segurança de SUAPE. Tais ações foram importantes para preparar os trabalhadores para os enfrentamentos futuros” (MLST, 2008, p.3).

Após os diversos embates com a SUAPE e com o Estado, “os membros da ocupação vermelha reivindicaram uma conversa com o então governador Miguel Arraes e em decorrência de uma intensa discussão acabou reconhecendo a ocupação” (MLST, 2008, p. 4).

Em 1991, exatamente no dia oito de março foi inaugurada no complexo da SUAPE, a Fazenda dos Trabalhadores. “O evento contou com a presença de mais de duas mil pessoas, além do Presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva e o então governador de Pernambuco Carlos Wilson” (MLST, 2008, p.4).

O movimento em julho de 1994 “passou a utilizar o nome "Movimento por Terra, Trabalho e Liberdade", lema adotado pelo PT em 1980 (surgimento do partido) que depois foi abandonado à medida que o Partido se institucionalizou” (MLST, 2008, p.5).

No estado do Rio Grande do Norte houve uma aproximação do MLST com uma ex-liderança do MST que foi responsável por organizar acampamentos e assentamentos nesse estado. Já no Estado de São Paulo, o MLST apresenta-se mais consolidado na capital. Segundo as informações de Mitidiero (2002) “esta maior consolidação se daria pelo fato da Secretaria Nacional do movimento, dirigida por Bruno Maranhão e Vânia Araújo, estar na época localizada no centro de São Paulo” (atualmente encontra-se localizada em Pernambuco). Acrescentou também que o “MLST nasceu neste estado a partir de um acampamento organizado na região de Brejo Alegre”.

Minas Gerais foi o estado em que o MLST surgiu em meio a lutas já fortalecidas. Ou seja, assim como dizem os trabalhadores assentados, a formação do movimento nacional não se resume apenas em articulações feitas por lideranças, mas principalmente na história de luta pela terra protagonizada por milhares de famílias. A

fala de uma ex-liderança do movimento retrata de forma interessante a realidade mineira e a relação entre o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST),

...São mais de trinta assentamentos aqui no Triângulo e no Alta Paranaíba e quem organizou foi o MLST. O MLST acabou causando um grande problema aqui no estado, porque as grandes lideranças da região ficaram com o MLST. Os outros movimentos começaram a ficar com um certo ciúme, o movimento sindical começou a ficar enciumado, o MST veio até para cima procurando um conflito. O MLST ocupava uma área, o MST vinha e ocupava uma área do lado, ficava colocando trabalhador para brigar com trabalhador. O MST é muito esse tipo de movimento, inclusive eu até falo isso com certa liberdade porque eu já fui coordenador estadual do MST, e um dos motivos por eu ter saído desse movimento foi por causa dessa forma de eles acharem que são os donos da luta, e eu acho que a luta não tem dono e nem fronteira; e por isso ajudei a formar o MLST. Eu sai do MLST, mas não foi por dissidência não, eu sai porque na época eu era presidente da associação e não agüentei levar as duas coisas, não sobrava tempo para minha casa. Então ou eu ficava com a associação Santo Inácio Ranchinho, com a presidência ou eu ficaria com a coordenação do movimento. Como o movimento tinha bastante integrante e a associação precisava de uma pessoa com tal condição, então, foi melhor que eu ficasse na associação (MITIDIERO, 2002, p. 116).

Ou seja, segundo a pesquisa de Mitidiero (2002) e as entrevistas realizadas, o MLST é resultado da articulação de alguns sujeitos que foram responsáveis por aproximar as lutas isoladas em vários estados do país, dando origem a esse movimento. O autor destaca ainda que Bruno Maranhão, Manuel da Conceição, Antonio Arruti, Paulo Faria, João Batista da Fonseca e Luis Carlos Galante foram as lideranças que aglutinaram os Sem Terra nesse movimento maior.

A fim de compreender como se deu de fato o surgimento do Movimento de Libertação dos Sem Terra entendemos que seja importante apresentar também, ainda que brevemente, as origens dos principais articuladores do movimento, assim como suas experiências políticas.

Os fundadores do MLST são militantes que tem “ligação com a extrema esquerda” e suas principais experiências são referentes à “lutas políticas urbanas”. “Oriundos de famílias compostas por trabalhadores rurais, Luis Carlos Galante e Manuel da Conceição são os únicos, dentre as demais lideranças, que apresentam um histórico de militância no campo, ambos em favor da luta pela terra” (MITIDIERO, 2002, p.142).

Considerado a principal liderança do MLST,

Bruno Maranhão é oriundo de família tradicional de usineiros de cana-de-açúcar do estado do Maranhão. Desde sua juventude, já nos tempos da faculdade sempre militou em partidos de esquerda e o primeiro deles foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Quando houve em 1964 o racha e como resultado a divisão do partido Bruno filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Durante a ditadura militar Bruno se exilou e com o término desse período de repressão foi uma das figuras importantes na reconstrução do PCBR e criação do PT (MITIDIERO, 2007, p. 55).

A partir de entrevista feita com Bruno Maranhão, Mitidiero (Maranhão<sup>4</sup> apud MITIDIERO, 2002, p. 144) faz uma ressalva de que essa liderança do MLST “coordenou lutas isoladas no campo no interior nordestino, desde 1986, porém as mesmas nunca causaram grande repercussão” Contudo, foi a partir dessas experiências que Bruno pode perceber a necessidade de mobilizar essa luta nacionalmente. No ano de 1995 começou a organizar os primeiros encontros com o objetivo de criar o MLST. “Maranhão foi responsável por arrecadar fundos para o movimento através de instituições internacionais, assim como fazer articulações entre militantes ligados a esquerda e militantes de movimentos de luta pela terra” (MITIDIERO, 2002).

Com relação aos demais líderes e fundadores do MLST obtivemos algumas informações relevantes sobre a militância destes sujeitos. A participação de Manuel da Conceição junto ao MLST não é integral e ocorre apenas em algumas situações, como eventos e seminários do movimento. Ou seja, apesar de se considerar membro do MLST Manuel nunca lutou ativamente em prol do movimento.

No Sul do Maranhão, onde Manuel da Conceição reside e atua politicamente nunca houve qualquer ação do MLST. Os relatos apontam que este coordenador nacional do MLST não participou, de fato, na montagem das estratégias e das formas que caracterizariam o movimento desde sua formação, mas, sustenta sua posição como integrante deste novo movimento (MITIDIERO, 2002 p. 143).

De acordo com Mitidiero (2002) Antonio Arruti é uma das lideranças e quadros do MLST. Conheceu Bruno Maranhão e Paulo Faria quando retornou ao Brasil e filiou-se ao PCBR, após sua experiência como militante de movimentos operários espanhóis na década de 1970. Arruti é coordenador nacional do MLST, atualmente é filiado ao

---

<sup>4</sup> Marco Antonio Mitidiero, ao longo de sua tese apresenta algumas entrevistas que realizou com um dos fundadores e coordenadores nacional do MLST, Bruno Maranhão.

Partido dos Trabalhadores (PT) e assessor de um deputado estadual na Assembléia Legislativa da Bahia.

Também coordenador nacional do MLST, Paulo Faria “já militou em vários partidos de esquerda, e escreveu dois livros a respeito da luta dos operários, é um dos principais formuladores do movimento. Ele em parceria com Bruno Maranhão é responsável pelas propostas de ação política e pelos documentos de divulgação do movimento” (MITIDIERO, 2002, 142).

Ao relatar a participação de outro líder do MLST Mitidiero (2002, p. 142) ressalta que,

João Batista da Fonseca é veterinário e mestre em economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Junto com sua companheira (advogada) atuou na Pastoral Universitária e na Comissão Pastoral da Terra (CPT) a partir da década de 80, prestando assistência aos trabalhadores rurais da região do Triângulo Mineiro. Quando deixou de atuar pela Igreja, João Batista envolveu-se na luta pela terra organizando famílias sem terra, formando grupos e movimentos sociais. Foi convidado por Bruno Maranhão para auxiliar na formação de um movimento nacional de luta pela terra. Candidato pelo Partido dos Trabalhadores a deputado estadual de Minas Gerais e a vereador. Informações retiradas da entrevista realizada por Ana Maria Galano em Paris (1979) durante o exílio de Manuel da Conceição. Essa entrevista foi publicada pela editora Vozes em 1980 com o título de “Essa terra é nossa”. pela cidade de Uberlândia nunca conseguiu eleger-se. Foi coordenador nacional do MLST da fundação até o fim de 1999, quando deixou o movimento devido a divergências diretas com Bruno Maranhão.

Ainda com relação às lideranças nacionais e fundadores do MLST, ao relatar brevemente a história de vida e militância do último líder a ser citado Mitidiero (2002, p. 122) conta que,

Filho de agricultores, nascido na fazenda onde o pai trabalhava, Luis Carlos Galante, mais conhecido como Barroso, durante dois anos foi seminarista e após deixar a igreja formou-se em Filosofia e atuou como professor da rede pública de ensino. Também como João Batista foi militante no Triângulo Mineiro, suas primeiras experiências na luta pela terra foi apenas como apoiador, mas logo se envolveu e sua liderança junto aos trabalhadores rurais sem terra foi relevante na região. Atualmente Barroso é assentado na região de Uberaba e por discordâncias com Bruno Maranhão não faz mais parte do MLST.

Em sua pesquisa Marco Antonio Mitidiero (2002) constatou que, estas quatro lideranças apresentadas inicialmente representam o núcleo teórico do Movimento de

Libertação dos Sem Terra (MLST) e foram responsáveis por formular as estratégias e posições políticas. Para ele as outras duas lideranças João Batista da Fonseca e Luis Carlos Galante compuseram junto com os demais líderes apresentados, os quadros do MLST, porém não participaram das formulações do movimento, suas experiências de militância se deram nas lideranças regionais de organização da luta pela terra.

Ainda no que diz respeito à formação do movimento nacional foram nos anos de 1995 e 1996 que ocorreram os primeiros encontros reunindo essas lideranças, alguns militantes políticos de esquerda e outras lideranças regionais de organizações de trabalhadores Sem Terra dissidentes de outros movimentos ou pertencentes a movimentos isolados.

... o objetivo inicial destas reuniões era discutir a viabilidade da construção de um movimento nacional sugerido por Bruno Maranhão e posteriormente a discussão e definição das estratégias, táticas, alianças, política de organização, apoios, bandeira e hino. A aglutinação desses sujeitos e a realização desses encontros resultaram no lançamento do MLST, no dia 21 de agosto de 1997, em Brasília, que contou com a participação de 720 representantes de acampamentos e assentamentos.

...Distinguindo-se do processo de formação do MST, este movimento nasceu a partir das experiências concretas de luta pela terra materializadas nas ocupações e nos acampamentos, junto à articulação e junção dos movimentos/organizações regionais. Assim, o MST forma-se na luta, antes e durante as ações organizadas pelas famílias sem terra. O MLST nasce durante a luta, mas após a organização das famílias sem terra, isto é, o MLST apenas aglutinou as lutas já iniciadas, mudando o discurso e a orientação ideológica delas. A bandeira do MLST não nasce das famílias organizadas, ela é colocada em uma organização independente ou em substituição à outra, ao aceitarem fazerem parte do movimento (MITIDIERO, 2002, p. 145)

Com relação à ligação do MST com a criação do MLST Gilberto (Março de 2010), atualmente “a maioria dos militantes do MLST foi do MST, foram formados no MST ou foram do PT, mas o MLST não é uma dissidência do MST, é aquela coisa se não está bom pra você e você decidir ir para outra organização, tudo bem”. A principal motivação para formação do movimento “foi a existência de movimentos isolados que decidiram se unir e formar um movimento nacional” .

Quando indagado sobre as diferenças entre o MLST e o MST Gilberto revela importantes informações a respeito da formação, e destaca que no seu ponto de vista a experiência do MST pode ser um exemplo a ser seguido pelos demais movimentos, porém destaca também alguns problemas que encontrou na prática quando ainda era

militante desse movimento. Um exemplo, citado por ele foi “o acesso a diferentes formações, uma para aqueles que se destacam, que seriam os quadros e outra, ou nenhuma para os acampados e assentados”.

... tem algumas experiências do MST que os outros movimentos devem levar adiante. Mas nós temos visto algumas coisas. Por exemplo, a formação do MST é muito legal, muito boa, a parte teórica você consegue ter uma boa formação e o quadro da militância, por exemplo, a direção estadual do MST em cada estado eles conseguem observar esses militantes que tem interesse em continuar a luta, na coordenação regional, na coordenação nacional. São dados vários cursos, você aprende a dirigir, você faz curso de línguas, então são cursos muito interessantes de você participar, mas não são todos que tem esse privilégio, é só pra quem se interessa e se destaca. A maioria é formada nos acampamentos e assentamentos. Então tem umas diferenças de formação, tem a formação que é para quadros e dirigentes e aquela para assentamento (Gilberto, março de 2010).

Outro grave problema na opinião do militante entrevistado refere-se à orientação do próprio movimento em não transformar em assentamento aquele acampamento que tiver menos de dois anos. O dirigente do MLST relata,

... tive oportunidade de participar de algumas reuniões da coordenação nacional do MST, e o pessoal falava algumas coisas que eu não concordo, as vezes uma palavra vale mais que mil gestos e tinha um pessoal da direção que falava, “com o povo na rua dinheiro ajuda”, e que “assentamento com menos de dois anos não traz recurso para ninguém”. Na época eu tinha familiares que eram acampados e nós tínhamos oportunidade de fazer assentamento com seis meses e nós tínhamos que esperar dois, três anos para realmente fazer o assentamento, por orientação do próprio movimento. Ou seja, era um sofrimento desnecessário dos acampados, fora outras coisas como perseguição política. Então, cada integrante que vai para o assentamento tem uma cultura, uma idéia e tem de ser respeitado, cada um tem o livre arbítrio de escolher. Nesse período de 1997 saiu do MST um grupo muito grande aqui da região (Gilberto, março de 2010).

Apesar das discordâncias apresentadas acima, num breve panorama dos movimentos que mais se destacam na luta por reforma agrária no Brasil, “dentre o grande número de movimentos sociais que lutam por reforma agrária no Brasil, o MLST juntamente com o MST são os movimentos que tem mais expressão em relação à massa de trabalhadores Sem Terra”.

Hoje no Brasil nós temos em média noventa movimentos que lutam por reforma agrária. Desses noventa movimentos, quatro

basicamente tem uma estrutura nacional, que é o MLST, o MST, a Contag e a Fetraf, que são esses movimentos que articulam a nível nacional. Tem uma coisa interessante, mesmo tendo esses quatro movimentos a nível nacional só dois que realmente representam os Sem Terra, de uma forma diferenciada. Por exemplo, a Contag ela é uma entidade formada por sindicatos, sindicatos dos trabalhadores rurais e a Fetraf também, então ela não tem, como posso dizer, aquela pegada de movimento de massa, como MLST e MST, que são dois movimentos que realmente lutam por reforma agrária. A Contag e a Fetraf são mais representantes dos sindicatos, fazem as ocupações, organizam as ocupações, tem os grupos organizados, mas é muito restrito a essa parte da luta por reforma agrária (Gilberto, março de 2010).

Num levantamento atual sobre a organização do MLST nacionalmente Gilberto (março de 2010) fez a estimativa de que, “hoje no Brasil a gente tem umas 400, 500 famílias assentadas, de uma forma, você tem aí uns 45% que está dentro de organização, então tem uma dificuldade muito grande em manter os assentados organizados dentro dos movimentos”.

No estado de São Paulo nós temos assentamentos na região de Franca e do Pontal. A primeira ocupação do MLST foi em Colômbia na região de Franca.

Ao fazer uma rápida avaliação sobre a atuação do MLST hoje, Gilberto (março de 2010) coloca que o trabalho com as cooperativas ou Empresas Agrícolas Comunitárias tem sido positivo nos assentamentos e fala da dificuldade que o movimento tem para encontrar militantes que formulem as políticas do movimento e sistematizem o trabalho realizado nos acampamentos e assentamentos.

Eu acho que o MLST precisa avançar agora nessa questão da produção, nós já tivemos alguns resultados, já estamos com algumas cooperativas funcionando, e estamos conseguindo dar uma nova visão para os assentamentos. Agora o governo lançou o programa que é da merenda escolar que obriga que o fornecimento de 30% dos alimentos venha dos assentamentos e isso dá um salto de qualidade para o pequeno produtor. Tem algumas falhas no governo Lula até tem, mas algumas coisas vieram realmente pra somar, como esse projeto.

Na verdade nós temos várias experiências no MLST, mas temos dificuldade de formular e mostrar pra sociedade os avanços, colocar pra fora do movimento. Temos organizado um site, mas é inicial.

Para Gilberto (março de 2010), o MLST entende que juntamente com os demais movimentos que lutam por reforma agrária deve repensar o que tem sido feito de concreto até então e discutir entre si o que se quer com a reforma agrária. Ele entende



que o próximo passo dos movimentos deve ser a preocupação de mostrar para a sociedade o trabalho que tem realizado, para que a sociedade conheça de fato essa realidade e também como forma de prestar contas do dinheiro público que foi investido nos movimentos. O mesmo coordenador fala da dificuldade que se encontra em dialogar com outros movimentos, principalmente o MST. Para ele, tal movimento é sectário e não considera legítimas as lutas dos outros movimentos. “É difícil você juntar todos os movimentos que lutam por reforma agrária para discutir, isso porque cada um tem a sua idéia, cada um tem o seu interesse, sua concepção, seus princípios e aí dentro dessa luta cada movimento luta pra fazer o melhor.

Conforme citamos no decorrer desse capítulo o Movimento de Libertação dos Sem Terra se organiza nacionalmente,

Dentro disso nós montamos uma estrutura, que é composta nacionalmente pelo o coletivo nacional, depois tem os coletivos regionais, em seguida temos os coletivos estaduais, depois o coletivo de assentamento e o coletivo de acampamento. Há um entendimento um pouco diferente talvez de algumas pessoas, que não entendem porque a coordenação regional é uma instância maior que a estadual. A estrutura do MLST é um pouco diferente do MST. A do MST é o estadual e depois o regional, a nossa é regional que é composta por estados. Por exemplo, aqui nós temos a região sudeste e centro-oeste que é composta por São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná, para poder ficar mais fácil para uma reunião de emergência, nós reunimos esses estados e denominamos coordenação regional. E depois da coordenação nacional, a instância maior é o congresso nacional que é feito de quatro em quatro anos. Agora nesse ano, em agosto ou setembro nós teremos nosso congresso nacional, e aí tiramos a nova direção e algumas diretrizes para os próximos três, quatro anos (Gilberto, março de 2010).

### **2.3 Objetivos e Formulações teóricas do MLST**

O MLST, a partir de falas de coordenadores e documentos do movimento, tem como objetivo final a conquista do socialismo e como objetivo imediato a luta pela reforma agrária. Ou seja, para o movimento a efetivação da reforma agrária seria não só um importante instrumento, mas o principal, para se alcançar o socialismo.

Para o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) “as ocupações visam democratizar a terra e construir o poder popular, porque elas são o primeiro passo dos Sem-Terra para garantir sua sustentação econômica, sua libertação social e o seu

desenvolvimento político, ideológico e cultural, como construtores de uma nova sociedade” (MLST, 2008, p. 5).

Dentre os principais objetivos do MLST estão, a luta pela conquista da Reforma Agrária no Brasil articulando os trabalhadores rurais e urbanos. Reivindicação por uma Reforma Agrária que articule a ocupação de terra, buscando a autonomia político, econômico, social, cultural e ambiental através da implantação da Empresa Agrícola Comunitária. Implementação através dos assentamentos de um modelo de desenvolvimento auto-sustentável para se contrapor ao latifúndio e a grande empresa capitalista rural. Luta por uma sociedade justa, fraterna e igualitária sem explorador e explorado (MLST, 2008, p. 5).

Esse movimento acredita que a construção de uma mística revolucionária entre seus militantes é essencial para o desenvolvimento de seu trabalho político-organizativo. Por isso, definiu no I Encontro Nacional os seus símbolos, como a Logomarca, a Bandeira e o Hino. O MLST procura estar atento para a subjetividade dos seus militantes de maneira que assimilem que são agentes coletivos de uma grande obra de transformação social: a reforma agrária e a construção de uma sociedade socialista, em que prevaleça a justiça social, a solidariedade e a liberdade.

Tem-se como meta a construção de um jornal “Libertação dos Sem-Terra”, como um importante instrumento de informação e divulgação de suas lutas.

Os princípios, as concepções e as estratégias do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) foram divulgados nacional e internacionalmente apenas dois anos após a sua fundação. Segundo documento distribuído pela secretaria nacional, o MLST possui doze tópicos que definem a totalidade do movimento:

**1. Definição:** O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) é uma organização autônoma e independente de trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos. Não está submetido ao Estado e a nenhum partido político, religião, entidade sindical ou ONG. Busca construir sua auto-sustentação financeira a partir de suas bases. O MLST defende a pluralidade de forças, organizações e movimentos que lutam pela Reforma Agrária do país. Nasce com fisionomia e personalidade própria, a partir de uma base programática, um cronograma de atividades e uma concepção de luta e organização também próprias.

**2. Objetivos Imediatos:** O MLST tem como objetivo imediato a conquista da Reforma Agrária no Brasil. Busca a articulação de trabalhadores rurais sem terra, trabalhadores urbanos, trabalhadores assentados e pequenos produtores rurais, num movimento de luta pela terra. Entende que a reforma agrária deve ser uma reivindicação não só dos camponeses, mas também de toda a população e de todo movimento organizado urbano. Uma reforma agrária que articule

ocupação de terra como principal forma de luta com a construção de empresas agrícolas comunitárias capazes de se construir como proposta alternativa de propriedade ao latifúndio e à grande empresa capitalista rural. O estreitamento da relação campo-cidade é uma das prioridades do MLST.

**3. Objetivos Estratégicos:** Na sustentação do Socialismo e da Democracia repousa a força libertária da proposta política do MLST. Seja porque aponta e ao mesmo tempo constrói o embrião de uma nova sociedade (sem exploradores e sem explorados), seja porque funda relações democráticas (sem oprimidos e sem opressores) entre os diversos níveis de consciência e organização dos trabalhadores. Mais que o assentamento de trabalhadores sem terra, o MLST luta pela construção de uma sociedade justa e solidária, sem explorados e exploradores. Acredita que a luta pela reforma agrária nas condições da realidade brasileira tem um caráter revolucionário. Tem, portanto, como objetivo estratégico central a construção de uma sociedade socialista, acreditando que esta construção só será possível através da revolução social. Busca a mais ampla relação com outros movimentos revolucionários.

**4. Caráter de Massa:** O MLST é um movimento de massa, ou seja, procura organizar milhares de trabalhadores. Nesse aspecto, filiará cada trabalhador que concorde com seus princípios e organização. As ações diretas de massas serão suas principais forma de luta na defesa dos interesses dos trabalhadores excluídos. Procura fortalecer as lutas sociais articulando a luta pela reforma agrária com as lutas gerais dos trabalhadores e de outros setores que se contrapõe ao sistema capitalista e que fazem oposição aos governos burgueses.

**5. Democracia:** O MLST tem como marca de diferenciação com os outros movimentos sociais, a democracia. Admite a pluralidade de idéias e opiniões no seu interior, mas baseia-se na prevalência da vontade da maioria, respeitando os direitos democráticos das posições minoritárias. Esse critério é aplicado em todas as suas instâncias.

**6. Auto-Sustentação Financeira:** O MLST tem como princípio fundamental de sua organização a independência financeira. Está aberto a contribuições de pessoas ou entidades, nacionais e internacionais, mas é a partir dos militantes e dos assentamentos conquistados que fundamenta sua política de finanças.

**7. Caráter Nacional:** Ainda que nasce como fruto de diversas articulações regionais de luta pela Reforma Agrária, o MLST busca se construir em âmbito nacional. Procura estabelecer relações com os mais variados movimentos de luta social existentes no país.

**8. Princípios Éticos/Organizativos:** No sentido de construir uma verdadeira cultura revolucionária entre os militantes, o MLST elege como essenciais, os seguintes valores:

- direções coletivas, com mandatos revogáveis a qualquer tempo;
- divisão e cumprimento das tarefas;
- centralização política;
- disciplina consciente;
- espírito de solidariedade e fraternidade;
- rigor na prestação de contas;
- socialização das informações;
- responsabilidade;
- iniciativa política.

**9. Produção:** O MLST assume com muita responsabilidade a transformação das áreas conquistadas em verdadeiros celeiros de

produção. O produzir deve sair do papel, promovendo um salto de qualidade nas experiências que temos hoje. Não é possível aceitar determinadas práticas existentes nos assentamentos, que os transformam em favelas no campo. Levando a sério a construção de uma vida melhor para as famílias assentadas, o MLST entende que a questão da produtividade é um ponto essencial do movimento.

**10. Formação:** O MLST procura desenvolver uma política profissional, crítica e criativa de formação política e capacitação técnica em todas as instâncias do movimento. O MLST terá no jornal “Libertação dos Sem-Terra” um instrumento de informação e divulgação de suas lutas.

**11. Mística Revolucionária:** O MLST considera fundamental para o desenvolvimento de seu trabalho político-ideológico, a construção de uma mística revolucionária entre seus militantes. Para tanto, definiu no primeiro Encontro Nacional os símbolos, como a logomarca, a bandeira e o hino. Está sempre atento a subjetividade de seus militantes no sentido de que assimilem que são agentes coletivos de uma grande obra de transformação social: a reforma agrária e a construção de uma sociedade socialista, onde prevaleça a justiça social, a solidariedade e a liberdade.

**12. Programa:** O MLST para atingir seus objetivos imediatos e estratégicos aprofundará a elaboração de seu programa, tendo como eixo as seguintes questões:

- desapropriação de todos os latifúndios existentes;
- assentamento de todos os trabalhadores que precisam de terra para morar e trabalhar;
- expropriação das terras que estão nas mãos de multinacionais;
- expropriação das terras que estão a serviço do narcotráfico;
- expropriação das terras onde haja trabalho escravo;
- punição de mandantes e pistoleiros de crimes cometidos contra os trabalhadores;
- política agrícola que atenda os assentados e pequenos produtores rurais;
- assentamentos de famílias nas suas regiões de origem;
- unidade dos trabalhadores rurais e urbanos;
- combate a todas formas de exploração infantil;
- combate a todas as formas de degradação ambiental e a defesa de uma agricultura baseada em tecnologias ecologicamente aplicadas;
- construção de uma sociedade socialista (MITIDIERO, 2002, p. 158).

Na entrevista realizada em maio de 2010, com um dos coordenadores nacionais do MLST foram trabalhados por ele de forma mais detalhada alguns elementos encontrados na cartilha do movimento, citados acima, que são essenciais e que podem nos levar a compreender melhor as idéias do movimento, assim como sua prática. As informações relatadas foram com relação à realidade do acampamento e do assentamento e processo de formação nesses diferentes contextos, organização e estratégia.

Com relação à formação nas diferentes realidades encontradas no acampamento e no assentamento e suas conseqüências.

No processo de acampamento para assentamento se você não fizer uma boa formação ali na base mesmo, você não consegue organizar as pessoas quando se forma o assentamento. E isso é uma dificuldade de todos os movimentos em geral. Isso é um ponto fundamental que nós não conseguimos avançar e não conseguimos ainda criar uma alternativa para isso, porque o assentado tende a ser individualista. E aí você tem pessoas que vieram de diversas regiões do país e cada região tem uma tradição, uma visão diferente e quando você une todo esse povo fica bem difícil e aí eu digo, dentro das dificuldades o pessoal se une. O acampamento é uma experiência muito interessante, com todas as suas dificuldades. Já no assentamento a mobilização é mais difícil, para as pautas mais gerais educação, saneamento básico, energia é de uma facilidade imensa você trazer o pessoal pra trabalhar, brigar. Agora quando é para curso de formação, coisas que para o agricultor na cabeça dele não é muito interessante. Nós temos assentamento no estado de São Paulo com mais de vinte anos e que passou por toda uma história de conquista, e tem assentamentos antigos que foram ocupados pelo MLST e hoje você vai lá o MLST não está mais, porque tem um desgaste muito grande. Agora aquele grupo que é forte, que fez formação direitinho na base desde o início, que começou discutir a EAC<sup>5</sup> ou a cooperativa desde o trabalho de base nos bairros e que o acampado veio já sabendo que ia acontecer aquilo, a forma de organização, já é uma forma mais tranqüila. Mas se levar tudo no oba, oba, só na agitação, com certeza terá problemas. Um exemplo disso é a fazenda da Barra que existe cinco grupos, com várias formas de organização. Várias pessoas que eram do MLST foram para outros grupos. Nós acreditamos que cada um tem seu livre arbítrio, se não está bom no MLST, tem que ficar aonde se sente bem (Gilberto, março de 2010).

Sobre a questão da formação, obtivemos informações com relação à dificuldade de se fazer formação política no assentamento e que esse problema está em torno da necessidade e por isso os cursos promovidos pelo movimento devem partir da realidade e necessidade de cada assentamento.

Nós temos um coletivo de formação política, que é um coletivo nacional e dentro dos estados ele tem vários coletivos. Dentro disso tudo passa pelo setor da educação, nós temos a parte prática, curso de especialização, curso que é usado no dia a dia do produtor. Uma coisa que é importante, no assentamento, é que dificilmente você consegue dar um curso de formação política, já no acampamento você consegue, porque discute o por que da luta, como se organiza a sociedade, o que é o êxodo rural. Porque tudo passa pela sua necessidade e a partir disso nós tentamos discutir os cursos de formação, a partir da necessidade de cada assentamento.

... por exemplo, o pessoal que é responsável pela parte de formação política nós temos curso de três em três meses e aí nesse tempo nós

---

<sup>5</sup> Empresa Agrícola Comunitária (EAC)

introduzimos em algum estado que está necessitando. É uma visão de realmente militância no MLST. Então você tem cursos para formar esses militantes, para que a luta continue. Então nós temos como objetivo colocar no nosso próximo congresso nacional umas vinte mil pessoas e que pelo menos dez mil sejam militantes do MLST (Gilberto, março de 2010).

Algumas entrevistas revelam que o MLST tem avaliado as posturas tomadas até então e de um tempo pra cá tem dado prioridade ao desenvolvimento dos assentamentos, principalmente no que se refere à produtividade, deixando um pouco de lado a ânsia por realizar inúmeras ocupações.

O MLST hoje é muito mais preocupado com a produção do assentamento, do que especificamente ficar fazendo um monte de assentamento, somente pra formar “favelas rurais”. O MLST hoje diferenciado de alguns anos atrás, que pensava que a luta tinha que avançar fazendo assentamento, ocupação, para fazer a coisa movimentar. Então no governo Lula nós fazíamos um assentamento, fazíamos outro e na parte da produção mesmo, para mostrar os resultados dos assentamentos mesmo, nós não conseguíamos mostrar. Então o movimento hoje é muito mais sensível a essa questão da produção, com a preocupação de formar novos profissionais em outras áreas, médico, que o pessoal vá fazer Universidade. Hoje só do MLST no Brasil nós temos mais ou menos vinte e oito pessoas, somente nesse ano, estudando em Cuba (Gilberto, março de 2010).

Também com relação às preocupações que o movimento apresenta atualmente Gilberto (março de 2010) acrescenta outros elementos fazendo relação com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que na sua concepção prioriza a ocupação de terras em larga escala para obter mais visibilidade. Segundo suas experiências,

... o MST quer avançar na luta, porque você avançando na luta você tem mais visibilidade e não é a toa que é o maior movimento, mas porque tem essa visão de só fazer ocupações. E o resultado principal para mostrar para a sociedade? Tem pequenos grupos dentro dos assentamentos, que avançam na educação, que avançam na cooperativa, mas pelo tamanho que é o movimento, o resultado é pequeno. Eu acho que dentro dessa visão nós precisamos rediscutir a questão da reforma agrária no país, o que realmente nós queremos com a reforma agrária, onde realmente nós queremos chegar.

Informações adquiridas a partir da cartilha do MLST nos revelam que a coordenação do movimento ao longo de sua criação vem elaborando estratégias que consideram relevantes para se chegar aos objetivos propostos pelo movimento. A

implantação de uma nova estrutura fundiária baseada nas Empresas Agrícolas Comunitárias (EACs) é a principal estratégia pensada pelo movimento. De acordo com a cartilha do próprio MLST (2008, p. 7),

As EACs seriam um instrumento popular, e uma alternativa de organização econômica e social diferenciada das formas tradicionais de propriedade no campo brasileiro. Elas se diferenciam da grande empresa capitalista rural, do latifúndio e do próprio minifúndio, característico da agricultura familiar.” A Empresa Agrícola Comunitária, permite que os assentados e assentadas adquiram coletivamente máquinas, equipamentos e tecnologias, produzam em grande escala e diversifiquem sua produção. Como apropriação da riqueza é principalmente comunitária, permite que as pessoas recebam mais e de acordo com o trabalho que é diversificado na produção e nas atividades sociais e culturais. Sendo assim, esse modelo de empresa, diferentemente da pequena propriedade rompe radicalmente com o latifúndio e a grande empresa capitalista rural (agronegócio) e se contrapõe no terreno da produção e da sua organização social e cultural e tem um papel na construção de uma nova sociedade justa e igualitária. As Empresas Agrícolas Comunitárias devem funcionar nacionalmente como um verdadeiro sistema de base de apoio à luta pela reforma agrária no país.

A partir do ano 2000 o MLST tem tentado implantar em seus assentamentos a Empresa Agrícola Comunitária. Segundo documento do próprio movimento, “a Empresa Comunitária é um novo modo de produção que enfoca os aspectos econômicos, sociais, políticos, científicos, artísticos-culturais, esportivos e de lazer de uma comunidade de assentados. É um instrumento que articula politicamente a “Guerra de Posição” e a “Guerra de Movimento”. Chama-se Guerra de Posição a função de trincheira política ou instância de diálogo com a sociedade, de debate político-ideológico e de mobilização social. Por Guerra de Movimento, se entende a ação política, como uma ocupação de terra e outras ações mais poderosas que se tornam instrumentos alternativos de poder, disputando palmo a palmo com os aparelhos burgueses e muitas vezes ocupando o seu lugar” ( MLST, 2008, p. 8).

Dessa maneira, entendem que cada acampamento deve preparar um assentamento que se transforme em uma Empresa Agrícola Comunitária (EAC), a fim de democratizar a terra e instalar um modo de produção pró-socialista dentro do sistema capitalista. Ressalta-se que a luta por uma verdadeira reforma agrária é inseparável da luta pela construção da sociedade socialista. Da mesma forma que a luta pelo socialismo é uma arma poderosa para a realização da verdadeira reforma agrária.

No sentido do que foi apresentado acima nos doze tópicos que representam as principais idéias do MLST Gilberto (março de 2010). ao falar da preocupação com a produção dos assentamentos relata a estratégia que o movimento elaborou e que vem tentado realizar, com o objetivo de melhorar as condições de vida dos assentados. O militante conta que,

... há uns quatro, cinco anos atrás vem discutindo sobre abrir uma unidade, montar um instrumento para os trabalhadores que possa fazer a comercialização, que possa criar interesse numa nova visão, novos valores, pra essas famílias nos assentamentos. Uma coisa que nós achamos interessante era montar uma unidade que agregue e organize a produção. A partir de várias reuniões nós conseguimos ter no papel a Empresa Agrícola Comunitária (EAC).

Portanto, a formulação do MLST sobre a EAC surgiu a partir da realidade dos assentamentos, onde os trabalhadores tem tido dificuldades para se manter na terra. Sobre essas dificuldades e alguns problemas que tem sido enfrentados na concretização desse projeto de EAC. Soubemos que,

... para muitos era uma visão diferente, alguns tinham receio por causa do nome ser empresa, mas na verdade o nome é uma empresa dos trabalhadores. Hoje a agricultura, o assentado, por exemplo, o agricultor que ingressa na luta hoje, que vai com uma visão, de que vai pegar o lote, comprar uma vaquinha, vai construir uma casinha, construir um galinheirinho, então ele pensa muito no inho dele, só no mundinho dele e muitas vezes a luta como movimento, na parte organizativa acaba. Quando o assentado, passa de sem terra para pequeno agricultor, chamado de com terra, ele toma um susto muito grande, porque ele passa a gerir uma coisa que ele não está acostumado no dia a dia dele. As vezes você passa no assentamento e vê um agricultor que consegue ter uma renda familiar um pouquinho diferenciada do vizinho aqui do lado, porque tem uma visão maior, de crescimento. Às vezes você vê aquele que tem uma casinha melhor e aquele que ainda está no barraco de lona, talvez aquele agricultor pegou o recurso e não conseguiu mexer de uma forma objetiva. A maioria do pessoal vem para o acampamento, ou assentamento porque na cidade ele foi excluído. Então você vê pessoas que ficam dois, três anos dentro de um barraco de lona e aquilo que ele tinha ele perde tudo, móveis, se tem geladeira ela fica parada porque aqui não tem energia, etc. Então ele pensa quando tem um recurso, em comprar uma televisão nova, uma parabólica, em comprar um carrinho e isso não é o certo. Ele tem que ter isso, mas qual é a visão, se ele pegar o recurso que tem e investir primeiro na agricultura poderá tirar da agricultura o recurso para comprar outros bens. Se ele empregar esse recurso dentro de casa, não conseguirá fazer mais nada. Então a EAC tem feito esse papel de conscientização. De um modo geral, tem varias formas de intervir no



assentamento, de organizar a produção, facilitar a formação, os cursos de formação, a proximidade com os jovens, então ela tem conseguido avançar (Gilberto, março de 2010).

Sobre a Empresa Agrícola Comunitária (EAC) Gilberto (março de 2010) nos apresentou de forma minuciosa de que maneira o MLST pretende se utilizar desse instrumento, que segundo ele tem o mesmo objetivo da cooperativa, porém o nome EAC tem mais aceitação por parte dos trabalhadores e cita exemplos da realidade do assentado.

Então o papel é organizar a produção, porque o produtor hoje ele sai daqui e vai no supermercado que vai pagar para ele sessenta centavos pelo pé de alface. Agora dentro de uma organização, como a EAC, por exemplo, nós conseguimos vender mil, dois mil pés, porque tem aquela organização maior, nós pegamos do João dez pés de alface, da Francisca quinze. Então consegue-se tanto através da cooperativa, como da associação, da EAC, que na verdade estatutariamente ela é a mesma coisa que uma cooperativa, só que com visões diferentes. Quando nós começamos a discutir a EAC, cooperativa, como o MST já é um movimento com uma certa bagagem, trabalha muito com cooperativa, o pessoal tinha um certo medo de cooperativa. Quando falávamos em comercialização o pessoal já ficava com o pé atrás, porque já estão calejados e falavam que a cooperativa ia pegar o dinheiro deles. Acreditavam que seria um instrumento que iria tirar o dinheiro deles para comprar o trator da cooperativa, como nós vemos em algumas experiências. Nós começamos em cima disso discutir a EAC, e por nós estarmos numa sociedade capitalista, o nome empresa é muito questionado, porque associam que a empresa é pra se organizar e ter lucro, retorno. Eles já começaram a ter uma visão diferente, que na verdade tem o mesmo papel da cooperativa, mas que para a aceitação do agricultor é melhor usar essa denominação.

Durante as entrevistas Gilberto (março de 2010) faz uma avaliação sobre como tem se dado a EAC no interior do MLST, ponderando que é um trabalho gradual, que seus resultados serão vistos futuramente, contudo é necessário na busca por uma sociedade socialista, em que a EAC estará nas mãos dos trabalhadores.

Nós estamos engatinhando ainda com relação à EAC. Nós não temos a empresa no papel, mas nos primeiros atos nós já temos, em alguns assentamentos ela tem funcionado. Por exemplo, no assentamento Boa Sorte a EAC funciona, não com esse nome, da sua forma estrutural, mas em algumas coisas ela funciona como a EAC. O agricultor entra com a produção, já manda para o fornecedor final, já começa a cooperar. A associação hoje, que a Associação Nacional de Apoio a Reforma Agrária (ANPRA), no estado de São Paulo ela já faz o papel da EAC, ela é do MLST. A nível nacional nós temos duas associações, NARA e ANPRA. Então nós pretendemos formar

profissionais de áreas diferentes que sejam assentados e que possam trabalhar na EAC prestando assistência técnica, trazendo assim uma visão diferente para empresa ao contrário de um técnico que vem de fora. Nós não queremos que ele coloque a mesma metodologia que usa no agronegócio, é difícil fazer, mas nós estamos conseguindo aos poucos. Como formar uma nova sociedade, socialista, sem fazer isso, tem que começar. No primeiro momento tem que contratar pessoas de fora e depois quando nós conseguirmos formar os filhos dos assentados, aí eles que irão gerir. A EAC tem que estar na mão dos trabalhadores.

Para que haja uma maior aproximação entre a realidade do movimento e as problemáticas que cercam a luta pela terra e principalmente as perspectivas com relação à educação e escolarização dos assentados será feito um recorte, estabelecendo assim um foco de análise, o assentamento Dezesete de Abril, no município de Restinga.

### **3 Escola Municipal Leonnor Mendes de Barros e o seu projeto de tempo integral**

#### **3.1 A construção do Assentamento “17 de Abril” na Fazenda Boa Sorte e a preocupação com a Educação**

De acordo com experiências e relatos obtidos através da realização de projetos de extensão e também de pesquisa em dois dos principais assentamentos do MLST no estado de São Paulo, sendo estes, o assentamento Dezesete de Abril em Restinga e Santo Dias em Ribeirão Preto, foi possível adquirirmos informações sobre a história de vida e de luta de alguns assentados. A partir dessas conversas chegou-se a conclusão que uma característica muito forte do Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem-Terra (MLST) dessa região é a dissidência da maioria de seus militantes, vindos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ou seja, existem casos isolados de trabalhadores que ao se desvincularem do MST por discordâncias políticas e outros motivos procuram os demais movimentos, esse é o caso de muitos trabalhadores sem-terra que se aproximam do MLST, na região de Ribeirão Preto e nos parece que em boa parte do estado de São Paulo.

Essa pesquisa busca tratar especificamente do trabalho realizado pelo MLST na constituição do assentamento Dezesete de Abril, no município de Restinga, localizado no interior do estado de São Paulo, à uma hora de Ribeirão Preto. A partir das falas de alguns coordenadores do movimento, nesse assentamento podemos perceber que o principal articulador, responsável por aglutinar as pessoas e preparar a ocupação da fazenda Boa Sorte foi o sindicato dos sapateiros de Franca. Segundo Solange<sup>6</sup>(março de 2010),

Na época não era a Aparecida, era o Gilberto e a sua família. Eles eram acampados na região de Colina e meu marido era diretor do sindicato dos sapateiros de Franca e a gente costumava ir lá ajudar o pessoal. Nós fazíamos arrecadação de alimento aqui e íamos levar para os acampados de Colina. Num domingo nós estávamos voltando pra Franca, estava eu, o Valdir, o Tiago e o Piauí e o Valdir falou assim, gente em Franca está um desemprego danado, e isso foi em 1997, o que vocês acham de procurarmos uma área em Franca e fazermos uma ocupação? Nós concordamos e começamos a correr atrás das coisas. No dia seguinte, segunda-feira, o Vilmar foi

---

<sup>6</sup> Assentada na fazenda Boa sorte, em Restinga e coordenadora regional do MLST

trabalhar e teve reunião da coordenação do sindicato. Ele pegou conversou com o pessoal da diretoria e o pessoal falou que tudo bem, que iam ver o que podia ser feito. Aí na segunda mesmo eles colocaram no jornal, na rádio, que quem quisesse lutar por um pedaço de terra era para procurar o Sindicato dos Sapateiros e fazer inscrição. O Piauí, barbeiro de lá, tinha um amigo que conhecia essa área do horto, falamos com ele e aí ele contou que tinha o horto Boa Sorte, está mais de trinta anos abandonado, e disse, por que vocês não vão até lá. Aí o Valdir veio aqui numa das casas, pra quem acompanha acampamento e assentamento sabe como é o esquema, perguntando se tinha área pra alugar, pasto pra colocar gado, espaço pra plantar milho, e tudo isso pra mapear a área. Aí veio, já viu a área certinho, depois nós viemos mais umas três vezes sem ninguém ver, aí vimos o lugar onde tem a represa pra fazer o acampamento. Quando foi no final do ano, a gente sempre fazendo reunião com quem tinha feito a inscrição, com quem queria vir, isso com o Sindicato e a CUT, porque nós não tínhamos noção de movimento nenhum, a não ser quando nós levávamos alimento para os pessoal acampado. Quando chegou no final do ano o pessoal nos colocou contra a parede, e disseram, vocês vão levar a gente pra terra ou vocês vão falar onde é, e nós vamos, aí nós falamos então vamos. Aí juntou o Jorge, que hoje é do PSOL, ele era da CUT na época e aí ele falou vamos fazer a ocupação seja no dia trinta, até dia primeiro vamos fazer. Nós montamos uma equipe no sindicato, cada um correu atrás de uma coisa, um foi atrás de lona, outro de alimentação, outro de panela, remédio, e o Jorge ligando para todos os Sindicatos ligados a CUT pedindo recurso pra pagar caminhão, ônibus, comprar alimentação, lona tudo.

Com relação a esse processo de ocupação, Gilberto (março de 2010) acrescenta ainda em seu relato mais algumas informações que dizem respeito à entrada dele no MLST e de mais alguns companheiros que eram do MST e a articulação entre eles da ocupação da fazenda Boa Sorte.

Saiu um militante que era diretor do Sindicato dos Sapateiros e na época nós começamos a discutir uma ocupação na região de Franca, região industrial, que tem grandes fábricas de sapato e nós procuramos vir para cá na época, na região de Franca e Ribeirão Preto. Nós tínhamos um apoio muito grande do sindicato dos correios que sempre acompanhou a luta. Nós tínhamos um grupo muito grande aqui em Ribeirão Preto, pessoal do sindicato, pessoal do PT, o Sinsprev, que sempre foram nossos parceiros na luta. Com relação ao apoio político, nós tivemos um apoio muito grande, e aí nessa época nós fizemos a ocupação da Boa Sorte, que foi no ano de 1998, no dia 1 e foi super interessante. Nós reunimos todo mundo no Sindicato dos Sapateiros e falamos, “olha essa vai ser a virada na vida dos trabalhadores, nós vamos passar o ano novo com vida nova” e realmente foi isso, nós fizemos a ocupação meia noite e meia e uma coisa interessante, na época, o Governador do Estado era o Mário Covas e nós tivemos vários problemas com ele. Mas nós sempre colocávamos para as famílias o seguinte, que a criança ia nascer antes dos nove meses, falávamos que o assentamento ia sair antes de nove meses e realmente

saiu, em oito meses e meio nós conseguimos fazer o assentamento na Boa Sorte.

Ao entrevistar alguns coordenadores que participaram de toda essa luta, os mesmos nos revelaram que a ocupação se deu no dia primeiro de janeiro de 1998, porém houve uma reintegração de posse no dia quinze de março e a partir de uma negociação, a fazenda Boa Sorte foi novamente ocupada por eles no dia três de setembro de 1998. Solange (março de 2010) ao descrever o fato relembra que,

(...) e aí resolvemos dia primeiro de janeiro de 1998 as duas e meia da manhã. Nós estávamos dentro da fazenda, enquanto estava todo mundo comemorando o ano novo. Aí o pessoal do MST de Barretos, por nós estarmos lá sempre visitando eles, vieram e ajudaram, que na época era o Joaquim e o Gilberto. Na época o Gilberto estava começando a integrar o MST e fazendo alguns cursos de radialismo. Eles vieram e foram todos embora depois da ocupação e só ficou o Gilberto.

Nós ocupamos aqui com umas duzentas famílias na época. Com o passar do tempo apareceu o Piauí que conhecia um pouco o MST, que ele fez parte do MST na época no Pontal do Paranapanema, depois chegou o Israel e o Valdir que era direção do MST e foi aonde nós começamos a entender um pouco mais a questão do movimento e começamos a falar na época sobre a questão do MST. Ficamos acampados de janeiro até quinze de março. No dia quinze nós tivemos uma reintegração de posse. Enquanto isso tiveram várias negociações pra estender o prazo, aí tivemos uma reintegração de posse porque o Betão nos ferrou na época. O Betão deu um documento para nós falando que a estrada era municipal e deu outro para polícia dizendo que era de servidão. A polícia veio com oitocentos homens, com aparato de helicóptero, ambulância e resgate. Aí daqui nós não tínhamos lugar pra ir, porque nós tínhamos um documento em mãos e confiamos nesse documento. Nós fomos para o Clube do Sindicato dos Sapateiros de Franca, porque não tinha outro lugar pra ir, e de lá nós fomos para o horto em Batatais. De Batatais ia ter reintegração de posse e aí nós fomos para uma área em Tirapuã. Houve uma nova reintegração de posse, e aí nós viemos para o município de Restinga mesmo, numa fazendinha pequenininha chamada Gigante aonde nós conseguimos negociar com o advogado do proprietário, pois nós não queríamos a área, na verdade nós só estávamos esperando a área aqui do Boa Sorte. Foi no dia três de setembro de 1998 que nós tivemos uma reunião, na época em São Paulo, que o governador era o Mário Covas, mas ele estava afastado e o Alckmin estava substituindo ele, em que destinou-se todos os hortos pra reforma agrária. Quando foi no dia dez de setembro nós voltamos em definitivo e em outubro o Itesp já veio e assumiu o horto, já fez direto o assentamento. Então estamos aqui desde 1998, e apesar dessas andanças nós comemoramos aniversário do assentamento, no dia primeiro de janeiro de 1998, que foi quando nós começamos toda essa luta aqui. Aí começou de fato as lutas de assentados. Era um horto cheio de eucalipto e nós brigávamos para

tirar a madeira, para limpar a área, para que nós pudéssemos plantar. Depois nós começamos a discutir a questão da moradia mesmo.

A partir da descrição exposta pudemos notar que, o MST foi um aliado do sindicato dos sapateiros de Franca no processo de ocupação da fazenda e dessa forma tal movimento começou a se organizar no acampamento e depois no assentamento também. Mais importante ainda é destacarmos que houve um desentendimento nessa organização, no período em que os sujeitos já estavam assentados e a partir desse fato surgiu no local um outro movimento, o MLST. O conflito ocorreu da seguinte forma,

(...) nós tínhamos um coletivo grande que todo mundo sabia, mas não sabia o que era de fato um movimento social. Um dia nós estávamos sentados numa reunião, um dos assentados pegou o outro e falou um monte de besteiras. Eles pegaram o Piauí a traição, enfiaram uma faca nele, diz que foram mandados por pessoas da coordenação, na época. O Piauí quase morreu e nós nos revoltamos com a situação, como que companheiros mandam fazer isso com companheiros. Então não são companheiros. Aí nós ficamos sabendo do MLST, porque um amigo nosso, o Airton de Franca conhecia várias pessoas do MLST, que na época estava na região de Uberlândia. Eu tive vontade de ir conhecer o movimento. Aí saímos daqui, eu o Mário, o Guilherme e o Airton para conhecermos o MLST e aí nós ficamos conhecendo o pessoal da coordenação e pedimos pra que eles viessem até o assentamento (Solange, março de 2010).

Também com relação a ocupação é interessante nos atentarmos para o relato de um dos moradores mais antigos da fazenda Boa Sorte, que mora no local desde quando funcionava a estrada de ferro Mogiana.

Aqui era da Fepasa, nós éramos funcionários da Fepasa, aí privatizou a Fepasa. Quando eles chegaram aqui eu era funcionário, aí foi privatizado, aí eles ocuparam aqui e conseguiram o assentamento. Por direito que nós tínhamos porque era funcionário se quisesse ficar, ficava e aí nós éramos em nove e só eu permaneci, os outros saíram todos e agora parece que está tomando um rumo. Mas estava meio perdido o assentamento, porque quando veio financiamento, então tinha eucalipto e não tinha terra para plantar, então um comprou carro velho, foram gastando o dinheiro sem saber aproveitar, então estão correndo atrás para ver se recupera o tempo perdido (Joaquim<sup>7</sup>, março de 2010).

---

<sup>7</sup> Morador da fazenda Boa Sorte, desde a época de funcionamento da estrada de ferro e participou do projeto e efetivação do assentamento.

A respeito do MLST o mesmo morador acima citado, lembra da organização do movimento na fazenda e também faz uma avaliação interessante sobre a intervenção dos dois movimentos no assentamento Dezessete de Abril,

Quando ocupou era um só, quem chegou foi o sindicato dos sapateiros e um sindicato de Barretos. Depois veio o MST, teve um racha entre eles, aí surgiu esse novo que é o MLST. Aí repartiu a agrovila, a parte de baixo ficou para o MLST e a parte de cima para o MST, que não foi bom para o assentamento, só prejudicou o assentamento. Melhoraria mesmo não teve nenhuma, porque o racha mesmo é entre os líderes, entre os assentados, a população não tem nada disso. Se você perguntar aí quem é MST e MLST ninguém vai te falar, nem que é um, nem que é outro. Só que tem as duas organizações e o Estado só escuta eles, se não tiver organização o sindicato não escuta. Mas até hoje não trouxe benefício nenhum esse racha, só piorou, porque lá em cima eles tem uma visão, aqui em baixo eles tem outra e aí fica aquele jogo de poder entre um e outro e acaba não levando a lugar nenhum. O MLST é novo aqui, era o MST, só repartiram a agrovila, então as famílias que eram MST preferiram ir lá pra cima, só que foram porque o lote era lá em cima mesmo, não porque o movimento era lá em cima. Para as famílias não tem esses dois movimentos, eles não se intrometem nessas coisas de movimento não (Joaquim, março de 2010).

Atualmente, o assentamento está organizado da seguinte forma, possui "... 156 famílias, 101 famílias são ligadas ao MLST e a outra parte das famílias, são ligadas ao MST. No assentamento existem também em média quinze pessoas que não são de nenhum movimento." Após o conflito que aconteceu no interior do MST, que ocasionou na organização do MLST, o assentamento foi dividido em duas agrovilas e está até hoje organizado dessa maneira. O MST está na agrovila um e o MLST na agrovila dois (Solange, março de 2010).

No que diz respeito ao MLST e ao MST, Joaquim (março de 2010).acredita que as organizações dos movimentos estão ultrapassadas e que os assentados não se identificam mais com os mesmos.

Ficou defasado, ninguém confia. Tem o Itesp então os moradores vão direto procurar o Itesp, que é o Estado. É errado mas eles preferem ir direto no Estado, do que esperar o movimento. Antigamente quando eles chegaram aqui tinha de quinze em quinze dias uma reunião dos líderes, aí saía pra São Paulo, Brasília, chegava e passava os informes. Hoje não existe mais. Se hoje você perguntar pra mim para que o MLST saiu daqui pra fazer reivindicação, eu não sei te falar. Se eles saem fica entre eles, aqui embaixo tem uns seis, oito que fazem parte do movimento, mas as famílias não sabem quem foi, e quem não foi e aí prefere ir direto no Estado. Não é bom, mas mau ou ruim eles

preferem o Estado, não participam do movimento, não. Hoje no assentamento o que pode falar que andou foi a educação e a saúde. A educação ainda é melhor que a saúde, pois a saúde ainda deixa a desejar. Tem o posto de saúde, falta melhorar um pouco, mas não é tão ruim não, mas precisa mais algumas mexidas.

Com relação a produção do assentamento Joaquim (março de 2010) ressalta que a principal fonte de renda é obtida através da queima do carvão.

Agora eles estão mexendo mais com hortaliças, feijão, eucalipto, café, conforme pode a pessoa planta. Aí tem a queima do carvão que ajuda a manter, porque só a agricultura não mantém não. Se for só ficar na agricultura não tem jeito de manter não. Agora que tem esse projeto da horta que está ajudando no salário, mas antes nem isso tinha, era mais o carvão mesmo que sustentava o assentamento e continua sendo a renda mais forte.

Em contrapartida, quando perguntamos para alguns assentados sobre a produção do assentamento eles nos relataram que apesar da ausência de assistência técnica, que deveria ser de responsabilidade do Itesp, os assentados tem procurado fazer cursos de aperfeiçoamento, de acordo com suas necessidades e dessa forma, com a ajuda das seis associações de produção que existem na fazenda, a produção agrícola tem dado bons resultados. As próprias associações tem se encarregado de oferecerem cursos para os assentados e mesmo que a associação seja liderada por militantes do MLST ou do MST as palestras e cursos não tem restrição, são oferecidas a todos. Um saldo positivo avaliado durante a entrevista se refere a participação de parte dos assentados nos programas do governo como por exemplo, o merenda escolar. Neste programa o governo compra diretamente das associações dos assentamentos a produção de alimentos, para serem servidos nas escolas. Existe também o PAA, programa de aquisição de alimentos. Aparecida<sup>8</sup> (março de 2010) explica com mais detalhes que,

No programa de aquisição de alimentos, nós trabalhamos da seguinte maneira. Você é produtor e você escolhe o que quer produzir, aí quer plantar feijão, pimentão, quiabo e jiló, então é isso que eu vou por no seu projeto. Agora para o projeto da merenda escolar é diferente. Sai um edital, e estará estipulado quais os produtos nós devemos entregar. Então, por exemplo, eles estão pedindo cenoura e se ninguém estiver produzindo cenoura, eu vou ter que arriscar e plantar cenoura. Então eu vou ter que escolher um produto, o qual eu me enquadro pra poder fornecer para a merenda escolar. Tem vinte

---

<sup>8</sup> Coordenadora Estadual do MLST, faz parte da direção de uma das associações de produção do assentamento e também é ex- coordenadora da EMEIF Leonnor Mendes de Barros.



peças dentro desse projeto. São seis associações e todas as associações do assentamento têm o programa de aquisição de alimentos que é o PAA. Então todas elas estando nesse projeto os produtores estão investindo, estão produzindo e entregando para as associações. Aquilo que excede eles arrumam um comércio para vender. No PAA nós temos cinquenta e três produtores, agora no merenda escolar nós temos vinte produtores. Tem gente que tem até estufa, tem produção de tudo que você imaginar aqui dentro, acelga, chuchu, quiabo, cenoura, alface, abóbora, batata doce. Assistência técnica quem dá é o Itesp, que muito raramente dá assistência, então eles correm atrás, por exemplo, o pessoal queria ver o plantio de batatinha, então eles foram na casa da semente procuraram a casa do agrônomo e assim vão se virando.

Soubemos também que os produtos do assentamento são escoados para diversos municípios, como para a própria cidade de Restinga e os municípios vizinhos, como Franca, São José da Bela Vista e Batatais. Para Aparecida (março de 2010), atualmente “existe uma visão favorável a respeito do assentamento. Hoje você não vê mais quase pessoas indo na prefeitura pedir cesta básica ou ajuda, a conjuntura do assentamento é outra, a fase do assentamento é muito propícia pra isso”.

Outra informação bastante relevante, para entendermos o contexto em que o assentamento Treze de Abril faz parte, é que segundo dados do site ABAG/RP<sup>9</sup> (2008), “com quase 6 mil habitantes Restinga tem um quinto de sua população vivendo no campo. Cerca de 80% da arrecadação municipal é proveniente da atividade rural”.

### **3.2 Fundação da Escola Municipal Leonnor Mendes de Barros no assentamento “17 de Abril”**

A construção de uma escola para as crianças e jovens assentados foi uma preocupação desde o início da ocupação da fazenda Boa Sorte. Com a ausência de um prédio em que pudessem ser ministradas as aulas, foi dado início a atividades de reforço escolar no barraco de uma das moradoras. Atualmente o assentamento conta com a EMEIF Leonnor Mendes de Barros, fundada em 2002, que segundo a coordenação pedagógica da escola possuía em 2010, cento e três alunos, divididos em salas de educação infantil e primeiro ciclo do ensino fundamental. Após o término do primeiro

---

<sup>9</sup> Associação Brasileira do Agronegócio da região de Ribeirão Preto (ABAG/RP).

ciclo do ensino fundamental as crianças são automaticamente transferidas para escolas do município de Restinga.

A partir de entrevistas e conversas informais com a ex-coordenadora da escola, com a atual diretora e com algumas pessoas que moram no assentamento desde a ocupação da fazenda Boa Sorte, foi possível levantarmos informações acerca da história de luta por educação no assentamento, assim como, sobre a constituição da escola municipal Leonnor Mendes de Barros na fazenda Boa Sorte.

Com o processo de ocupação, reintegração de posse e nova ocupação, as crianças e jovens que acompanhavam seus familiares na conquista pela terra, muitas vezes deixavam de freqüentar a escola, devido à migração de uma fazenda para outra, e quando freqüentavam não era regularmente. Portanto, para suprir as defasagens escolares das crianças e jovens Aparecida, militante do MLST, começou a dar reforço em sua própria casa e foi nesse período que ela e alguns assentados iniciaram um diálogo com a prefeitura de Restinga, com o intuito de reativar a escola da fazenda. Segundo relato de Solange (março de 2010), que também participou de todo o processo de ocupação da fazenda Boa Sorte e reivindicação pela escola.

... a Aparecida já tinha feito curso, na época ela ainda não era pedagoga. Ela tinha feito magistério e aí começou a discussão dentro da prefeitura de que as crianças daqui do assentamento precisavam fazer reforço, mas era muito difícil levar as crianças para Restinga e aí começou a dar reforço na garagem da casa dela. Estavam estudando em Restinga, mas precisavam de reforço. Pela questão de ficar acampando aqui e ali eles perderam alguns dias de aula e ficaram atrasados na escola. Aí a Aparecida começou a dar reforço na casa dela, enquanto isso a comunidade, aí isso a coordenação do MLST e coordenação do MST começou a brigar para ter a escola no assentamento. Nós conseguimos realizar projetos com o Itesp e ganhamos materiais para a reforma da escola e a prefeitura entrou com a mão de obra.

Além da dificuldade em freqüentar a escola no período de ocupação da fazenda, outro motivo que levou os assentados a se mobilizarem pela construção da escola foi o problema de transporte enfrentado pelas crianças e jovens, que tinham como única opção, estudar na escola da cidade de Restinga. Na fala de Aparecida (março de 2010) é possível notarmos essa questão ao relatar que,

... o ônibus sai nove horas e trinta minutos de Restinga. Ele sai pegando os meninos e passa aqui em casa umas dez horas e dez minutos e vai pra outra fazenda Sapucaí para pegar duas crianças e ele volta. Quando o ônibus sai lá da sede da fazenda já são onze horas

e ele chega em Restinga as doze horas e quinze minutos. Então para uma criança de pré-escola, que sai de casa dez horas da manhã, com o ônibus abarrotado de gente, porque a quantidade de aluno é muito grande, a criança vai dormindo, vai balançando, ela chega na escola cansada, ela não quer estudar. Então por isso a reivindicação da escola no assentamento sempre existiu. A idéia era ter um posto de saúde e uma escola.

Antes mesmo de ocorrer a ocupação realizada pelo MST, ainda quando funcionava na fazenda Boa Sorte a estação ferroviária Mogiana, lugar onde inúmeros funcionários trabalhavam e moravam, foi construída uma escola. Desde esse período foi dada a escola o nome de Leonnor Mendes de Barros, em homenagem a esposa do Adhemar de Barros, governador do Estado de São Paulo na época. Mariana (março de 2010), diretora atual da escola que está nessa função desde que a EMEIF Leonnor foi reativada, ao relembrar a história dessa instituição destaca que a,

Fazenda muito grande, com mais de três mil alqueires ou hectares, sei que é muito grande toda a propriedade. A finalidade dela além de estação ferroviária era plantar eucalipto, então lá tinham muitos trabalhadores pra plantar, pra cortar madeira, tinha uma ferraria para fazer os tornetes, eles criavam gado pra ter leite pra alimentar todo o pessoal que morava lá, então tinha muita gente morando e trabalhando ali. Em função disso foi aberta essa escola por volta de 1950 e 1960. Eles construíram aquela escola e foi no tempo do Adhemar de Barros, por isso que ela chama Leonnor Mendes de Barros, que era esposa do Ademar (Mariana<sup>10</sup>, 2010).

Nesse contexto a escola da Fazenda já desde a sua abertura foi vinculada a Restinga, ou seja, se remetia a secretaria municipal de educação da cidade. Funcionava na época de primeira a quarta série do ensino fundamental e isso se deu até o fechamento da estação ferroviária.

Quando a fazenda foi ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a escola municipal Leonnor Mendes de Barros estava desativada e por isso as crianças e jovens, filhos dos acampados, que mais tarde se tornaram assentados saíam da fazenda para estudar na escola de Restinga, que funcionava de primeira a quarta série. Em 2001, período em que o MST já havia conquistado a concessão da terra na fazenda Boa Sorte, através do Itesp, houve desde esse período o movimento de reivindicação pela restauração da escola para que pudesse voltar a funcionar, agora para

---

<sup>10</sup> Diretora da EMEIF Leonnor Mendes de Barros desde a reativação da escola no processo de assentamento.

atender os filhos dos assentados. Sobre esse período de forte luta pela terra e por educação, obtivemos as informações de que,

... em 1998, 1999, o pessoal invadiu a propriedade, o MST invadiu a propriedade ficou por lá e acabou conseguindo que o Itesp assumisse a propriedade e dividisse entre eles. Foi quando eles começaram a fazer o assentamento e desde que eles invadiram, que formaram essa comunidade essa invasão, que eles falam ocupação, as crianças do assentamento vieram estudar aqui na escola de Restinga. Em 1998 esta escola da cidade de Restinga foi fundada, essa escola começou antes de 1998, mas a partir de 1998 ela passou a ser de primeiro a quarto ano, então as crianças saíram de lá do assentamento e vieram estudar aqui na cidade. Quando foi em 2001 foi feito um trabalho na possibilidade de construir ou fazer com que voltasse a funcionar a escola no assentamento, quer dizer que restaurasse o prédio escolar que tinha, e voltasse a escola funcionar lá. Em 2002 a escola voltou a funcionar no assentamento, os alunos voltaram pra lá e foi reinaugurada a escola, então aquela escola funciona desde 2002 (Mariana, março de 2010).

A reconstrução da escola e a retomada do seu funcionamento se deram pela forte mobilização dos assentados, que pressionaram o poder público de Restinga a se responsabilizarem pela escola do assentamento. A reativação da escola foi uma conquista que resultou de uma luta conjunta entre o MST e o MLST. Porque “há um interesse político em manter essa escola pela própria comunidade que pede. Inclusive a escola foi pra lá porque a comunidade pressionou, a comunidade quis e exigiu, bateu o pé, foi atrás, procurou, fez reunião, veio aqui falar comigo” (Mariana, março de 2010).

Durante as entrevistas nós pudemos ter acesso a algumas falas, que expressaram as diversas idéias do que seria a escola no assentamento. Para Solange, que teve seu envolvimento com a escola por ser coordenadora do MLST e por ter filhos que estudam na mesma, o projeto inicial pensado pelos movimentos foi de uma escola do campo, com uma proposta diferenciada, assim como estava sendo proposto em outros assentamentos como, por exemplo, no Bela Vista, em Araraquara. Segundo a militante do MLST, essa proposta não foi concretizada, devido ao descaso e a falta de interesse da prefeitura de Restinga.

Já a diretora Mariana conta que, quando houve a primeira reunião, em que ela estava presente juntamente com o prefeito e os assentados, quando estes apresentaram a necessidade e a vontade de reativar a escola na fazenda Boa Sorte, a grande preocupação que estava em pauta foi a de facilitar o acesso das crianças a escola, que seria melhorado devido à proximidade do prédio escolar com relação às moradias dos

alunos no assentamento, e que para isso eles aceitariam até mesmo que as salas fossem multisseriadas.

Teve uma primeira reunião em que eu estive presente, onde eles perguntavam da possibilidade de abrir a escola lá no assentamento, eles aceitaram que a escola fosse multisseriada, se fosse necessário, mas eles queriam a escola lá. Ao longo do tempo ela foi abrindo, as séries foram sendo montadas e hoje ela está completa do pré ao quinto ano (Mariana, março de 2010).

Ao conversarmos com alguns pais de alunos da escola Leonnor, que não são militantes dos movimentos, e que hoje se apresentam como assentados da Boa Sorte, a maioria deles demonstrou que esperam da escola do assentamento, um ensino de qualidade. Quando indagados sobre o que seria um ensino de qualidade grande parte dos entrevistados responderam que seria o mesmo ensino oferecido em qualquer outra escola, ou seja, um ensino que garanta os conteúdos universais, que possibilite os alunos acompanharem o ensino da escola que frequentarão na cidade de Restinga ou então que possam frequentar outros cursos, como os técnicos, por exemplo.

Pudemos perceber nas conversas com esses diversos sujeitos que a reivindicação para que a escola estivesse fundamentada por uma proposta de educação do campo, que tomasse como referência as diretrizes tiradas na conferência “Por uma educação do campo” parte muito mais da coordenação dos movimentos sociais, MST e MLST, do que dos próprios assentados. Parece-nos que estes últimos desconhecem a proposta de educação do campo defendida pelos próprios movimentos sociais e por intelectuais ligados aos mesmos e em geral os assentados almejam a garantia de acesso à escola e um ensino universal para seus filhos.

Quando reativada em 2002, a escola Leonnor permaneceu sob o controle municipal da cidade de Restinga e passou a ser uma extensão da EMEIF Lázaro Cassimiro de Lima, na cidade de Restinga. Com boa infra-estrutura, a EMEIF Lázaro, “sede” da EMEIF Leonnor Mendes de Barros possui dezoito salas de aula, sala de professores, secretaria, sala de fonoaudióloga e psicóloga, sala de psicopedagogia, cozinha, almoxarifado, anfiteatro, biblioteca e etc. Até 2009 contavam com uma rádio em que os alunos anunciavam as notícias e escolhiam as músicas para serem tocadas no intervalo das aulas.



Área externa da EMEIF Lázaro Cassimiro de Lima, localizada na cidade de Restinga (Arquivo pessoal da autora).

É interessante nos atentarmos para a informação de que o município de Restinga conta com o funcionamento de três escolas municipais. A EMEIF Lázaro Cassimiro de Lima atende alunos da Educação Infantil até o quinto ano, a EMEF Gilberta Vilela Rosa oferece do sexto ao nono ano, ambas as escolas estão localizadas na cidade e a EMEIF Leonnor Mendes de Barros, que fica no assentamento, faz parte da escola Lázaro. O site da ABAG divulga as informações de que,

...os alunos de quinta a oitava séries utilizam material apostilado, de uma rede particular. Do pré até a quarta série o método tradicional tem algumas inovações. **Na escola rural, que fica em um assentamento, cerca de cem crianças estudam em tempo integral.** Na área urbana a escola do ciclo fundamental oferece ambientes diferenciados com sala de cinema, estúdio de rádio (totalmente informatizado), biblioteca virtual e monitoramento por câmeras. Os pais podem assistir, em tempo real, as atividades dos filhos. Duas turmas permanecem em tempo integral na escola. É uma experiência que deve ser gradualmente aumentada. O que falta é espaço físico. No período da tarde a escola atende somente alunos da área rural. Dez ônibus fazem o transporte diário das crianças, que saem de casa por volta das dez horas da manhã e retornam no começo da noite. **Em horário oposto ao das aulas, o CER, Centro Educacional de Restinga, oferece aulas de natação, capoeira, dança teatro, música, artesanato e reforço escolar** (grifo nosso, ABAG/RP, 2008).

Importante notarmos também na citação acima, que ao se referir a escola do assentamento poucos dados foram anunciados, apenas foi informado o número de alunos e o seu funcionamento em tempo integral. Outro dado bastante interessante que pode nos levar a fazer um paralelo com o assentamento é com relação ao acesso a diversas atividades que as crianças e jovens da cidade de Restinga podem ter através do Centro Educacional de Restinga (CER). Diferente dos moradores da cidade, as crianças e jovens do assentamento dificilmente têm a possibilidade de participar de atividades desse tipo, devido à distância entre a fazenda e a cidade. Entretanto a escola no assentamento tem cumprido esse papel para os alunos, ou seja, de proporcionar a eles o acesso a outras atividades culturais.

Ainda sobre a escola Leonnor, o seu financiamento, a sua estrutura curricular, sua direção e orientação pedagógica estão atrelados à escola Lázaro. De 2002 até o ano de 2010 o projeto político pedagógico da escola Leonnor não foi construído e mais do que isso, a escola não possui nenhuma documentação própria que contenha a sua caracterização física, a composição de seu corpo docente e sua matriz curricular. Portanto, é importante considerarmos o fato de que, formalmente a escola Leonnor não se constitui enquanto uma instituição escolar autônoma, ou reconhecida como uma escola do campo, com uma proposta pedagógica própria, currículo diferenciado. A EMEIF Leonnor Mendes de Barros de modo geral, caracteriza-se por um conjunto de salas da EMEIF Lázaro Cassimiro de Lima, no meio rural. Segundo a própria diretora da escola, “é como se a EMEIF Leonnor não existisse” (Mariana, 2010).



EMEIF Leonnor Mendes de Barros, localizada no assentamento Dezesete de Abril (Arquivo pessoal da autora).

A escola Leonnor no início do seu funcionamento tinha muitos problemas. Não havia refeitório e por isso a merenda era fornecida pela cozinha piloto de Restinga e transportada todos os dias para o assentamento. Por causa da distância entre o assentamento e a cidade e também pelo fato de que o carro que transportava a merenda também servia a outras funções na prefeitura, a comida das crianças da escola do assentamento chegava cada dia em um horário. De acordo com a Aparecida

...era para as crianças tomarem a merenda e esta chegava as três ou quatro horas da tarde. Às vezes o motorista tinha outro compromisso com prefeitura e não vinha trazer a merenda. Algumas vezes os professores tiveram que pegar o carro e ir até o asfalto porque o carro da prefeitura quebrou. Depois teve uma época que sempre vinha sopa, depois só vinha pão e suco (Aparecida, março de 2010).

Durante as entrevistas Solange, que participou do processo de construção e efetivação da escola conta que foram elaborados, por exemplo, projeto de leitura e outros que foram encaminhados para o Instituto Paulo Freire e para o Itesp. E a partir dos mesmos foram conseguidas uma brinquedoteca e muitos livros, tanto infantis, quanto para adultos, para que a escola estruturasse uma biblioteca que servisse para os alunos e para todos os moradores do assentamento. Entretanto, conta ainda, que todo o



material reivindicado e conquistado para a escola do assentamento foi recebido pela escola Lázaro, na cidade de Restinga e não foi encaminhado para o seu verdadeiro destino, que seria a fazenda Boa Sorte. Para ela esse problema é ainda agravado pelo fato de tudo o que é repassado para a escola Leonnor, no assentamento serem as sobras da escola que é sua extensão na cidade. Por exemplo,

...nós conseguimos uma biblioteca para a escola e ficou em Restinga, nós conseguimos no Incra uma brinquedoteca que também ficou em Restinga, então tudo que a gente consegue via movimento social pra escola vai pra Restinga e só vem o que sobra. Então é por isso a revolta da gente dentro do assentamento, com várias coisas que acontecem dentro dessa escola, porque essa escola era pra estar mil vezes melhor do que está. Mas para o resto a gente parou de pedir projeto pra escola, mas pede projeto pra ficar em Restinga depois (Solange, março de 2010).

Outro problema grave enfrentado na escola Leonnor nesse período em que ela foi reativada, se refere aos professores. Todos os docentes que lecionavam nessa escola, trabalhavam também em Franca. Então, no período da manhã eles dedicavam-se as escolas da cidade de Franca e na parte da tarde lecionavam no assentamento. Contudo, também por causa da distância entre Franca e a fazenda Boa Sorte, os professores acabavam se atrasando para o segundo turno de trabalho, as aulas começavam todo dia atrasadas e os alunos ficavam prejudicados pela diminuição no número de horas, na carga horária oferecida a eles.

De acordo com o relato, diante dos problemas apresentados acima, como o atraso na merenda escolar, a questão dos materiais conseguidos por projetos da escola Leonnor não chegarem até ela, e a diminuição na carga horária dos alunos, devido ao atraso dos professores foram questões que levaram a direção da escola, juntamente com os pais e os professores a pensarem em reivindicar a implantação de um projeto de tempo integral para a escola do assentamento.

...como nós tínhamos esse problema da merenda e nós tínhamos uma cozinha que era bem pequena, nós começamos junto com os pais uma campanha para a ampliação e reforma da cozinha, para que a merenda fosse feita aqui na escola, para eles comerem comida de fato. Só que eles colocavam o seguinte, que não tinha necessidade de ter um refeitório numa escola que funciona meio período, então nós começamos a pensar no projeto de tempo integral... (Aparecida, março de 2010).

Segundo as informações obtidas através das entrevistas com a diretora, com a ex-coordenadora, com as professoras da escola Leonnor e mesmo com os coordenadores do próprio MLST, os movimentos sociais organizados no assentamento Dezessete de Abril, o MST e o MLST se articularam em vários momentos, tanto para a construção da escola, quanto para a melhoria de seu funcionamento. Ou seja, ao longo desses anos várias demandas da escola foram supridas ou amenizadas, a partir da luta dos movimentos. Boa parte das necessidades da escola reivindicadas pelos movimentos, que não foram atendidas pelo município, foram conquistadas pelos pais, professores, pela direção da escola e por militantes dos movimentos, que com a realização de festas, bazares e bingos na escola, além de doações conseguiram fundos para melhor adequar a infra-estrutura da escola. Aparecida conta,

...começamos uma campanha em prol da mudança junto com os pais e aí teve um dia que os pais paralisaram a escola deixaram as crianças para o lado de fora fecharam a escola e entraram. Eu liguei para o prefeito e falei, olha as mães estão aqui e não vão deixar os professores dar aula hoje, enquanto você não vir aqui. E aí o prefeito falava para eu resolver o problema para ele, e foi quando uma mãe pegou o telefone e falou não, que eu não resolvia nada aqui, que quem resolvia era o prefeito e que se ele não descesse na escola os professores não iriam embora. Aí ele desceu mais que depressa, ele, a Silmara e a Dona Mariana abolindo a idéia que estava acontecendo, aí ele chegou, na época era o Betão o prefeito, aí as mães fizeram a colocação nós queremos o refeitório (Aparecida, março de 2010).

Como pudemos notar na fala dos entrevistados, a demanda por um refeitório foi apresentada pela comunidade à prefeitura, porém não foi atendida de imediato. Diante da lentidão por parte da prefeitura em solucionar o problema com relação à merenda, os próprios pais dos alunos juntamente com os demais assentados tomaram providências e improvisaram uma cozinha na escola.

...Porque, a escola não tinha nem mesa, eram mesas que nós juntávamos de quatro em quatro para os meninos poderem comer. Os meninos não sabiam comer, jogavam boa parte da comida no chão, então era assim muito difícil. Então com o processo educacional que nós fizemos junto com os professores, o Betão se comprometeu a fazer a cozinha, só que até fazer a cozinha uma mãe, a Nair, arrumou um fogãozinho de duas bocas, mandou lá pra escola. Depois de toda essa situação nós compramos todas as panelas em 2003 e aí compramos todas as coisas pra montagem da cozinha só que a reforma não saía e aí era muito difícil fazer a comida ali.

...Tiveram pais que doaram sacos de arroz pra gente fazer a merenda, o almoço, tinham pais que doavam verduras, só vinha carne mesmo de Franca, nós fizemos bazar na escola pra arrecadar dinheiro pra

gente ter uma caixinha pra poder mandar limpar os sacos de arroz que chegavam. Então chegou época que a gente tinha estoque de um saco de arroz por mês, nós tivemos esse estoque durante um ano, então era pai que mandava feijão e tudo que a gente pedia pra escola eles ajudavam. Nós fizemos feijoada na escola e eles compravam, nós fizemos bazar eles compravam, bingo eles participavam, muita festa e arrecadamos dinheiro para a escola (Aparecida, março de 2010).

Mesmo após essa mobilização dos assentados pela organização de uma cozinha provisória na escola, os mesmos continuaram reivindicando junto a prefeitura um refeitório apropriado ao espaço.

...Aí quando foi na eleição que o Arnaldo ganhou como prefeito, que exerceu o mandato de 2004 a 2008, quando foi em 2004 quando ele assumiu nós fomos lá e cobramos dele a ampliação do refeitório. Ele pegou e fez o refeitório, aí ele reformou a cozinha inteirinha, ele mandou colocar piso, azulejo, fez a bancada, a pia maior, porque antes nós lavávamos as panelas no tanque.

... Aí montou cozinha, comprou todo material que precisava, inclusive o espremedor de suco, o liquidificador fomos nós que compramos com as atividades que fizemos na escola, com dinheiro nosso, da comunidade (Aparecida, março de 2010).



Refeitório da EMEIF Leonnor Mendes de Barros construído em 2004 (Arquivo pessoal da autora).



Cozinha da EMEIF Leonnor Mendes de Barros (Arquivo pessoal da autora).

Importante ressaltarmos que foi nesse período de forte mobilização dos assentados pela escola que foi formada a comissão de pais, que na época se responsabilizou principalmente por conseguir recursos para melhorar a infra-estrutura da escola. Com mais detalhes Aparecida relata que

...Inclusive a comissão de pais foi montada na época para essas coisas, pra que nós conseguíssemos angariar recursos para a escola. Nós fizemos um ofício pedindo telefone, que aí foi a Ariane de Araraquara, que tem escola rural, que nos orientou. Então a telefônica tinha que vir instalar o telefone, aí o menino do Itesp me deu todas as coordenadas, nós fomos na prefeitura e brigamos lá uns quatro meses e discutimos. Aí acabei eu mesma pedindo a linha telefônica em nome da prefeitura para instalar aqui. Tanto é que o posto de saúde não tem telefone até hoje, a escola tem e tem até antena.

... nós fazíamos reunião de pais pelo menos uma vez ao mês. A primeira comissão de pais foi por voto secreto, nós fizemos uma coisa bem democrática, montamos a chapa e quem queria participar montou sua chapa e participou. Na época foram três chapas montadas, aí num sábado nós fizemos a eleição, fiz a apuração dos votos, eles foram eleitos, assumiram, fizemos toda aquela festa, com som, mostrando para os alunos quem eram os pais que tinham ganhado, inclusive tinha um aluno fazia parte da chapa (Aparecida, março de 2010).

A partir dessa comissão outras demandas da escola foram conseguidas, como por exemplo, mais carteiras para as salas de aula, mais arquivos, armários e livros. Ainda nesse período foi montada uma banca dentro da escola, em que eram vendidos calçados e roupas. A comunidade circulava pela escola a qualquer hora do dia.

Nesse período de grande empenho da comunidade em prol da escola, foi que o debate com a prefeitura, sobre o projeto de tempo integral se intensificou.

... começamos a discutir com o Arnaldo a escola de tempo integral e a Dona Mariana junto, e nós mostramos pra ele por A mais B que a escola de tempo integral iria economizar para a prefeitura, aumentaria a qualidade de ensino e nós seríamos a primeira escola integral a nível de estado, principalmente rural. Porque na época o estado ainda não tinha lançado as escolas de tempo integral, eles lançaram em 2005, 2006. E nós em junho de 2004 já manifestávamos a necessidade do projeto de tempo integral na escola do assentamento. Quando teve o energia pra todos, luz pra todos, nós fizemos o lançamento da placa que está lá, da escola de tempo integral, em 2008 (Aparecida, março de 2010).

### **3.3 Projeto de escola tempo integral da EMEIF Leonnor Mendes de Barros**

Através da luta dos assentados por melhorias na escola e conseqüentemente devido a pressão de suas reivindicações frente à prefeitura, o projeto de tempo integral foi legitimado pelo prefeito em 2008, a partir da inauguração de uma placa na EMEIF Leonnor Mendes de Barros. Entretanto não podemos deixar de mencionar que por trás da inauguração desse projeto houve um grande interesse político por parte da prefeitura em “abafar” as tensões geradas pelos assentados, que exigiam as resoluções dos problemas da escola, mas principalmente houve o interesse da prefeitura em se promover perante representantes de órgãos importantes do Estado, como por exemplo, o ministério da reforma agrária e o de minas e energia, assim como, frente ao INCRA.

... com o tempo integral o Arnaldo bancou todos os materiais que precisava pra fazer os projetos, porque como ia ter a inauguração da luz para todos a gente ia fazer também a inauguração da escola de tempo integral. Aí teve o pessoal de Furnas, o pessoal do Incra de São Paulo, teve gente do Incra de Brasília, gente do ministério, tanto da reforma agrária, quanto do de minas e energia, aquele monte de gente muito importante e então nós fizemos o lançamento da escola de tempo integral, o Arnaldo fez a colocação dele e nesse dia foi apenas formalizado (Aparecida, março de 2010).

Após a inauguração do projeto de tempo integral na escola Leonnor o prefeito cobrou da direção da escola o projeto sistematizado, apontando como seria a organização da escola nesse momento. A partir do relato de Aparecida, coordenadora pedagógica da escola na época, ao longo desse processo de luta pela escola, com novas demandas e a reivindicação do projeto de tempo integral, a direção da escola, seus docentes não conseguiram juntamente com a comunidade sistematizar e elaborar o projeto no papel. Na sua fala ela avalia que

... foi aonde a gente não conseguiu fazer por causa das divergências que se teve no processo de montagem do projeto. Entre nós mesmos, os professores, coordenadores, a gente não conseguia ter um entendimento do que seria um projeto político pedagógico de uma escola de período integral. A gente sabia o que queria, mas não sabia transmitir isso para o papel, a gente não teve a sensibilidade e nem a humildade, eu reconheço isso, de escutar a proposta do outro ou a opinião do outro e acrescentar isso no projeto, então ficou simplesmente um esqueleto montado, que foi montado em cima do direcionamento de Araraquara (Aparecida, março de 2010).

Portanto, ao investigar o surgimento do projeto de tempo integral na escola municipal Leonnor Mendes de Barros foi possível perceber nas falas dos sujeitos entrevistados que existem várias versões sobre o fato que deu origem ao projeto. Ou seja, cada sujeito envolvido no processo de construção desse projeto revela uma concepção diferente sobre objetivo principal de implantação do tempo integral na escola. Entretanto entendemos que estes diferentes objetivos estão atrelados uns aos outros, sem que as pessoas envolvidas tenham consciência dessa ligação.

Conforme explicitado acima, para Aparecida o principal fator que motivou a proposta de transformar a escola em tempo integral foi a questão da alimentação. Em segundo plano foi a preocupação em ensinar os alunos a se comportarem na escola, que seria possível devido ao maior tempo que as crianças ficariam na escola e em terceiro lugar foi a preocupação com o ensino.

Tudo culminou. Nesse ano de 2003, porque todo ano tem a prova Brasil e todos os alunos da antiga quarta série eles fazem essa prova e em 2003 nossos alunos ficaram em último lugar, então foi mais um motivo que levou a proposta de tempo integral. Porque assim um aluno que não se alimenta bem ele não rende e se não rende ele não passa bem nas provas e quando for pra Restinga como ele vai ficar, então precisa ter a base e essa escola é a base, porque é da pré-escola ao quarto ano (Aparecida, março de 2010).

Mas para Solange o projeto de tempo integral foi pensado a partir de outra perspectiva,

A discussão do projeto que hoje existe na escola, de período integral é uma discussão dos movimentos sociais, que todos os assentamentos que tem escola boa, parte tem o projeto de período integral. Quando nós discutimos o projeto de período integral e a escola para dentro do assentamento, a gente discutia a escola, para ser uma escola rural, só que o prefeito de Restinga e a Secretaria de Educação de Restinga nunca tiveram interesse. Já trouxemos pessoas, diretores de escola, de Araraquara, de Matão, pra sentar com a Dona Mariana que na época era ela diretora, com o Jorge que era secretário de educação de Restinga e não resolveu nada, porque eles não tem interesse. E isso prejudica o crescimento da escola (Solange, março de 2010).

Já para Mariana (março de 2010) o principal motivo que desencadeou a busca pela realização do tempo integral foi a melhoria na infra-estrutura da escola, principalmente com relação a demanda de salas de aula. “Até 2005 a EMEIF Leonnor Mendes de Barros foi uma escola de tempo comum, meio período. Em 2005 quando eles passaram a ter o quarto ano aí passou a ser tempo integral e as crianças começaram a ir cedo e voltar à tarde”.

Ainda com relação às diversas concepções que podem estar atreladas ao projeto de tempo integral, considerando que o mesmo não tem seu objetivo definido previamente, pudemos em uma das falas da própria diretora detectar em sua avaliação, com relação a escola do assentamento, a perspectiva assistencialista que ela tem, no que diz respeito a aprendizagem dos alunos.

É uma escola de perfil bem diferente da escola Lázaro, talvez porque é muito pequena e concentra muita coisa, aqui na escola Lázaro boa parte de nossos alunos precisam de carinho, de afeto, mas diluí porque é muito grande a escola, lá na escola Leonnor é mais concentrado, inclusive assim, conversando com os professores eu pedi que eles fossem mais afetivos e **se preocupassem mais com a parte afetiva do aluno do que com o conhecimento**. Nós sabemos que boa parte daquelas famílias tem muito problema, de relacionamento, em termos de saber educar os filhos, tem muita violência, muita violência contra mulher, contra criança nós sentimos que as crianças ficam muito desamparadas, perdidas, chegam na escola elas ficam aéreas e se nós vamos pesquisar que é uma outra vantagem, como está todo mundo lá, nós acabamos sabendo da história de todo mundo, não é como aqui na Lázaro que a maioria dos meus alunos é de fazenda por exemplo (grifo nosso, Mariana, março de 2010).

A escola municipal Leonnor Mendes de Barros possui hoje, em 2010, cento e três alunos e atende apenas as crianças que moram no assentamento, em período integral. Ao terminarem o quinto ano esses alunos são matriculados no sexto ano na EMEF Gilberta Vilela Rosa, que fica na cidade de Restinga. A EMEIF Lázaro Cassimiro de Lima, a qual a escola Leonnor Mendes de Barros é uma extensão, também funciona de primeiro a quinto ano, porém dá prioridade aos alunos que moram na zona rural, próxima à cidade e aqueles que residem na zona urbana.

A escola Leonnor possui seis salas de aula, uma delas para a educação infantil, quatro para atender ao ensino fundamental de segundo ao quinto ano. Existe também uma sala com alguns computadores, já usados, que foram fornecidos pela prefeitura e outros através de doações, sala de professores, secretaria onde fica um computador e uma estante de livros para os alunos consultarem, refeitório, e dois banheiros. A sala de educação infantil é composta por vinte e oito crianças. A turma do segundo ano tem vinte três alunos, a do terceiro ano possui quatorze, a do quarto e quinto ano contém respectivamente vinte dois e dezesseis alunos.



Sala da turma do quarto ano da EMEIF Leonnor Mendes de Barros (Arquivo pessoal da autora).





Sala da turma de terceiro ano da escola Leonnor Mendes de Barros (Arquivo pessoal da autora).



Parque Infantil da EMEIF Leonnor Mendes de Barros (Arquivo pessoal da autora).



Banheiros da escola Leonnor Mendes de Barros, próximos às salas de Educação Infantil, de segundo e terceiro anos (Arquivo pessoal da autora).



Sala dos Professores da Escola Leonnor Mendes de Barros (Arquivo pessoal da autora).



Secretaria da escola Leonnor Mendes de Barros (Arquivo pessoal da autora).



Área que fica ao redor da secretaria. Espaço utilizado pelos alunos durante os intervalos das aulas e também na realização dos projetos do período da tarde (Arquivo pessoal da autora).



Pátio da escola Leonnor Mendes de Barros. Área interna, que dá entrada as salas de aula (Arquivo pessoal da autora).



Biblioteca da escola Leonnor Mendes de Barros. Os livros ficam expostos em uma prateleira no interior da secretaria (Arquivo pessoal da autora).



Área localizada nos arredores das salas de aula, da escola Leonnor Mendes de Barros (Arquivo pessoal da autora).



Entrada da secretaria e também da sala dos professores da escola Leonnor Mendes de Barros (Arquivo pessoal da autora).

De acordo com a opinião da diretora Mariana EMEIF Leonnor continua existindo devido a forte pressão política que os assentados exercem sobre a prefeitura, pois segundo ela, o custo para a manutenção da escola e o fato de que todos os alunos do assentamento poderiam ser incorporados à escola da cidade, sem que essa precisasse

modificar sua estrutura, seriam motivos para que o prefeito desativasse a escola do assentamento. A diretora afirma que é

...uma escola muito cara para o município, a escola lá recebe quatro refeições, tem o café da manhã, o lanche, tem o almoço e no fim da tarde tem o outro lanche. E ainda os professores ficam o dia inteiro, eles ganham o dobro do que ganha um professor aqui da escola Lázaro, o dobro não, mas trabalham por quarenta horas então eles ganham muito mais. Tem toda a equipe de trabalho, funcionário e as classes não são grandes. Então se o prefeito quisesse ele poderia trazer todo aquele pessoal pra cá na escola da cidade e não teria mais despesas e muito dificilmente eu abriria mais uma sala em função daquela quantidade de aluno. Lá juntando tudo deve dar mais ou menos cem alunos dos vários anos. Por exemplo, eu tenho uma classe lá com doze alunos, as classes que eu tenho aqui absorvem fácil esses doze alunos sem alterar nada. A classe maior é o pré, porque estão na mesma sala o pré um e pré dois, então são duas classes em uma só. Esta classe que tem o maior número de alunos poderia vir para cá e talvez sim alterasse um pouco a escola aqui, mas o resto não. Ao longo do tempo ela foi abrindo, as séries foram sendo montadas e hoje ela está completa do pré ao quinto ano (Mariana, março de 2010).

Atualmente com a implantação do projeto de tempo integral a rotina da escola está organizada da seguinte forma: na parte da manhã são trabalhadas as disciplinas obrigatórias do currículo, como português, matemática, geografia, história, ciências. No período da tarde são desenvolvidos os projetos, com atividades de artes, música, ginástica e informática. Segundo Aparecida (2010) ex-coordenadora da escola, a idéia inicial do projeto de tempo integral era desenvolver projetos diversificados com diferentes profissionais. Ela conta também que foram trabalhados projetos com bordado, confecção de tapetes, pintura em tela, capoeira, flauta doce, “cada projeto tinha seu objetivo”. Por exemplo, “então, em português precisa desenvolver a interpretação de texto, a escrita, fala e leitura e aí eles aprenderam a escrever livros de história”. Enfim, houve um período em que foram contratados profissionais que trabalhavam com capoeira, teatro, artesanato e música, porém devido a distância entre o assentamento e a cidade essas pessoas não conseguiam chegar a tempo de lecionar em outras instituições e o salário que o município pagava a eles para permanecerem nessa escola era muito baixo, por isso desistiram de trabalhar no assentamento.

Para a realização das atividades Aparecida (2010) relata que durante o mandato do prefeito Arnaldo todo material encomendado pela escola do assentamento era comprado pela prefeitura. A única exigência era que fosse feito um planejamento das

atividades que seriam desenvolvidas durante todo o ano, para que os materiais fossem pedidos com antecedência.

Em 2010 houve concurso público para professor no município de Restinga, com vagas para a escola do assentamento. Neste ano foram contratadas cinco professoras que estão como profissionais efetivas na escola. Uma delas, professora de educação física, ficou responsável por trabalhar a disciplina de educação física, na parte da manhã e os projetos à tarde.

Com relação à contratação de professores Márcia<sup>11</sup> descreve que,

... os professores ficam o período todo. Nós chegamos aqui sete e trinta e cinco da manhã e saímos às dezesseis horas e antes eram do processo seletivo. Aí no final do ano passado o prefeito abriu esse concurso, então agora todos são efetivos. Eu não posso dizer pra você que o ano que vem serão os mesmos porque dependendo da classificação dele ele pode escolher aqui ou Restinga, mais pelo que eu tenho conversado com os professores eles querem voltar, gostaram de trabalhar com essas crianças. É período integral as pessoas podem dizer que é cansativo, mas também é muito gratificante, você estar ensinando algo e estas crianças podendo aprender e está sendo tudo de bom. E essas professoras estão muito felizes por isso, pensaram que ia ser totalmente diferente, ficaram com medo e hoje falam que se tiverem oportunidade elas voltam o ano que vem.

...Antes não era assim, era processo seletivo. De dois em dois anos tinha concurso. Às vezes professor ficava esse ano de 2009 e depois era dispensado e vinham outros professores, e agora não e isso é tanto bom pra escola e bom pra eles, já tem um vínculo, as crianças tem um acompanhamento, cada professora já conhece a vida de cada criança. Antes os professores vinham trabalhar porque não tinham opção, não era porque escolhiam (Márcia, março de 2010).

Na conversa com os professores, em que falamos sobre a escola, tocamos em assuntos como a sua localização no assentamento, se esse fator faz diferença no trabalho desses profissionais, e também quisemos saber o que esses novos professores têm pensado sobre a escola, se já haviam trabalhado em alguma escola de período integral e como tem desenvolvido as atividades dentro da grade curricular estabelecida pelo Estado, juntamente com os projetos.

Através dessa conversa nós obtivemos a informação de que nenhum dos professores havia tido experiência em escola de tempo integral e principalmente, não conheciam a realidade de um assentamento. Todos relatam que no início do trabalho,

---

<sup>11</sup> Professora responsável pela EMEIF Leonnor Mendes de Barros. Devido à ausência da diretora e da coordenadora pedagógica, esta profissional ficou encarregada de supervisionar a escola.

quando assumiram as aulas na escola Leonnor, houve um certo receio por desconhecerem o ambiente. Mas em contrapartida, após alguns meses de docência nessa escola, esses profissionais avaliam muito positivamente o trabalho que tem realizado. Contam que hoje gostam mais de dar aula na escola do assentamento e que não abririam mão desse trabalho para voltar às escolas da cidade, por que na EMEIF Leonnor Mendes de Barros eles conseguem ver um maior resultado do trabalho que realizam e acreditam que os alunos tem dado muito valor ao empenho destes professores. É interessante notarmos todas essas questões na fala da Vanessa, professora do quarto ano.

Quando eu cheguei eles eram muito agressivos e eu adoro desafios. Quando cheguei eu pensei, eu preciso mudar isso e comecei a trazer as crianças mais para o meu lado. E o que eu fiz, como eles não sabiam jogar uma dama, um dominó, jogo de palito, eu comecei a trazer jogos pra minha sala e isso estimulou eles a respeitar. Eles começaram a jogar comigo, eles não sabiam jogar, aí eu trouxe e comecei a fazer assim, eu dou aula e aí tem o tempo de jogos. Eu percebi que com isso eles começaram a respeitar o outro, tinha que esperar a vez do outro pra jogar, começou a respeitar o eu deles mesmos, a aprender a perder, que um dia pode ser dele e o próximo de outro e em que respeitar isso, um dia eu ganho e outro dia eu não ganho. Eu montei uma caixa de brinquedo, até massinha eu trouxe pra minha sala. É quarto ano mas eu trouxe porque eles não tinham contato com isso. Montei um canto de leitura e aí eu vi que essas coisa foram modificando a postura deles (Vanessa, março de 2010).

Com relação à organização das aulas, metodologia e o desempenho dos alunos, a mesma professora descreve com entusiasmo. Os alunos da escola Leonnor apresentam “diferenças sim, eles gostam muito principalmente de história e eles sabem dos direitos deles e eles perguntam mesmo, não deixam nada pra trás”. E ressalta ainda,

E minhas aulas são assim, tudo que eu dou eu trabalho no concreto. Por exemplo, eu trabalhei lixo reciclado, aí eu montei um lixinho para cada um, com todas as cores e eles sabiam o que tinha que colocar dentro de cada um. Cada um tem o seu e agora nos vamos fazer um grande, eles vão pintar e nós vamos fazer um para escola. Aí eu trabalhei água aí a gente lutou e conseguiu levar eles pra Sabesp e eu mandei preparar um material para eles. Primeiro eu ensinei na sala de aula, depois levei pra lá.

... Como o aniversário de Restinga. Eu já montei uma maquete do aniversário de Restinga com eles, vimos o que tem na sua cidade e a partir disso montamos. No dia do índio eu montei uma maquete com eles e memorizaram os conteúdos com essa maquete. Eles iam brincando e falando, olha nós estamos caçando, aqui é a oca do índio, então nós fomos montando juntos. Eles foram aprender aresta agora,



porque eu montei com palitos e aí cada vértice era a bolinha de bisqui e eles gravaram e não esquecem mais.

... Então tudo primeiro eu dou na prática, para depois colocar no papel e isso te ajudado eles e como tem facilitado esse aprendizado. Eu percebi que eles tem mais estímulo, estão prestando mais atenção.

... eu incentivo eles a capricharem no caderno, eu comecei a dar estrela, eu tenho criança que não fazia nada e agora faz tudo. Um dos alunos que era mais agressivo agora é nota dez na sala.

... então são progressos muito grandes que eu tenho conseguido e eu acho muito valoroso. Tem escolas que tenho amigas que dão aula e eu vejo que os alunos daqui são melhores que os de lá, da escola do Estado.

... Porque aqui começou a aparecer cobras, aranha, então eu parti da realidade deles, eu só parto da realidade. Eu acho que todo lugar pra dar certo você tem que partir da realidade deles. Você não vai deixar de dar conteúdo. Igual aqui eu vou ensinar planetas, mas não agora, eu tenho que inserir aos poucos, porque primeiro eu vou trabalhar a realidade e depois você trabalha os outros contextos e aí fica melhor.

... A gente traz filmes, faz passeios, nós vamos na Colifran. Então tudo tem que mostrar e tem que levar para poderem ter acesso. (Vanessa, março de 2010).

Ainda no que diz respeito às atividades desenvolvidas na escola, durante as entrevistas com os professores nós perguntamos se há exigência por parte deles que os alunos levem tarefa para casa, ou se no período da tarde é destinado um tempo para que as crianças realizem as tarefas com a supervisão de algum profissional. A professora Carolina, que dá aula para o quinto ano, conta que pelo fato dos alunos permanecerem na escola o tempo integral, lhes resta pouco tempo para a lição de casa e por esse motivo ela combinou com eles que a tarefa será passada uma vez por semana.

... hoje quinta - feira é dia de tarefa e aí pode entregar até a outra quinta. Por eles estarem no integral não tem muito tempo, por que chegam em casa já é hora de jantar, tomar um banho e descansar para amanhã de manhã. Eu costumo fazer assim, se eles não terminaram a matemática antes do almoço, eles irão terminar agora na parte da tarde. Então a gente complementa sim, eu faço a distribuição do tempo assim. Fica difícil levar tarefa para casa, por que eles tem dificuldade, tem muitos pais que não sabem ler.

... depois do almoço a gente dividi o tempo assim, eles tem uma aula de educação física, depois eles voltam a ter aula comigo, nós finalizamos a atividade que ficou faltando, aí depois mais uma hora, ou cinquenta minutos é um filme, é uma brincadeira livre, uma recreação e aí já encerra o conteúdo. Então eu aproveito muito bem esse tempo. Eu divido o tempo assim, o que não dá tempo de fazer de manhã nós jogamos para tarde, principalmente artes que eles gostam muito (Carolina, março de 2010).

Com relação à gestão da escola Leonnor, a diretora e a coordenadora pedagógica são as mesmas profissionais que se responsabilizam pela escola do assentamento e pela escola Lázaro, em Restinga. Até 2008 a diretora das duas escolas permanecia na escola do assentamento durante toda a semana, mas atualmente ela alega, que por motivos de saúde, não pode mais acompanhar a escola Leonnor de perto. Tanto a diretora, quanto a coordenadora pedagógica ficam todo o tempo na escola de Restinga.

A coordenadora nem ao menos conhece a escola do assentamento. O acompanhamento pedagógico da escola Leonnor ocorre à distância. Semanalmente os professores desta mesma escola tem que se deslocar até Restinga para participarem do HTPC e durante essas reuniões são passadas a coordenadora pedagógica tudo o que acontece no dia a dia da escola. Outro problema enfrentado, nesse caso pela duas escolas, é com relação a freqüente troca de coordenadoras pedagógicas. Conseqüentemente o trabalho iniciado por elas, na maioria das vezes, não tem continuidade. A primeira coordenadora que nós conhecemos, que havia assumido seu cargo há poucos meses, mostrou interesse pela escola do assentamento e nos falou sobre a sua preocupação com a construção de seu projeto político pedagógico, para que fosse um norteador da prática dos professores. Entretanto, quando voltamos à escola Lázaro, na cidade de Restinga, no mês de novembro de 2010, encontramos uma nova coordenadora no local.

Pudemos perceber ao acompanharmos a rotina da escola Leonnor, que no dia a dia ocorre uma sobreposição de funções. Com o afastamento da diretora Mariana, e a saída de Aparecida, a gestão, supervisão e coordenação da escola ficou sob a responsabilidade de uma mesma profissional, que anteriormente foi a Cássia e a partir de 2008 está sendo a Márcia, professora da escola, que acabou assumindo todas as funções de gestão e coordenação.

Conforme abordamos anteriormente, a comissão de pais foi formada no período de forte mobilização do assentamento em busca de melhorias para a escola, que teve início por volta de 2004. “Esta comissão se fortaleceu e atualmente é constituída por quinze pais, mas conta com a participação ativa de seis deles. As reuniões do grupo de pais acontecem de dois em dois meses” (Márcia, 2010). De acordo com os professores a relação entre eles e os pais é bem tranqüila e tudo que é proposto pela escola eles apóiam. “Tem aqueles que não são participativos, mas também não ficam palpitando se estava certo ou não. Mas a maioria participa e gosta da forma como

estamos trabalhando. Eles falam que é isso mesmo, você está certa, pode cobrar, pode falar, pode me chamar” (Carolina, março de 2010).

Eles participam, é como qualquer escola, tem aqueles pais que se precisa eles vem até a escola, mas tem aqueles que não vem, são ausentes. Na festa do dia das mães, vieram todas as mães, os meninos fizeram uma apresentação e foi lindo, foi um trabalho muito legal. E nós percebemos que os pais estão muito entrosados. Tudo é discutido no conselho de pais (Vanessa, março de 2010).

### **3.4 Avaliação do projeto de escola de tempo integral e considerações finais**

Entendemos que as leituras e as formulações realizadas neste trabalho, com certeza contribuíram para um maior conhecimento e aprofundamento sobre a realidade no meio rural brasileiro, de modo que tomamos conhecimento sobre alguns elementos, a partir de diversas concepções, que constituem a dinâmica do campo na atualidade.

A sistematização acerca da educação do campo defendida pelos movimentos sociais, unida ao esforço de exposição sobre a concepção de educação marxista foi essencial no sentido de acúmulo teórico e apropriação de elementos que deram suporte para uma melhor compreensão e análise sobre o objeto de pesquisa.

Para nós o estudo e a pesquisa sobre a história de formação, modo de organização e concepções do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) foi fundamental para a descoberta e desmistificação de informações que hoje nos ajudam a entender melhor este movimento. As entrevistas realizadas durante a pesquisa foram instrumentos fundamentais que nos possibilitaram um contato maior com a realidade de organização do MLST, uma proximidade com as famílias, o conhecimento sobre suas condições de vida e principalmente sobre a preocupação dessa população com relação à educação de seus filhos e a concepção que eles têm sobre educação.

Enfim, a partir dessas fontes riquíssimas de informação, que são as entrevistas, nós pudemos perceber que diversas concepções de educação dos diferentes sujeitos envolvidos e intenções variadas estavam por trás da construção do projeto de tempo integral para a EMEIF Leonnor Mendes de Barros. Segundo a ex-coordenadora da escola foi devido a falta de uma concepção clara e definida e as discordâncias sobre o que queriam com o projeto, que a sua elaboração até hoje não foi realizada. Porém o

projeto de tempo integral mesmo sem ter essa definição foi inaugurado na escola em 2008 e está sendo implantado.

Durante a pesquisa notamos que a grande maioria dos pais está satisfeito com a implantação do tempo integral na escola do assentamento. Contam que saem para trabalhar despreocupados com as crianças, já que na escola elas tem atividades o dia todo e estão sempre acompanhados por profissionais. Declaram também que os professores tem se dedicado bastante e que os alunos voltam para casa falando muito bem da escola e animados com os trabalhos realizados. Sobre a escola e o projeto de tempo integral Joaquim faz uma avaliação positiva desde o período de restauração do prédio escolar.

... chegaram aqui faz doze anos, a escola tava abandonada era só mato, aí começou meio período e depois começou o período integral e para as crianças foi bom porque elas tem o que fazer, porque fora da escola aqui não tem nada pra fazer, lazer, diversão para as crianças não tem, então a única coisa que elas tem é a escola , eu acho que para as crianças foi a melhor coisa que teve no assentamento até hoje (Joaquim, março de 2010).

Em contrapartida alguns pais que são militantes dos movimentos se mostram descontentes com o andamento do projeto. Eles acreditam que há um descaso por parte da prefeitura, que não contrata profissionais para se responsabilizarem pelos projetos da parte da tarde e também por parte da direção da escola que não coloca em prática o projeto elaborado inicialmente com a ajuda dos pais. Solange (março de 2010) relata que, por exemplo,

... os projetos de período integral esse ano só começaram agora no meio do mês passado e isso porque nós estamos brigando desde o começo do mês. Várias mães desanimam em deixar seu filho em período integral. Porque o projeto que foi construído com a comunidade, foram as mães, foram os pais que opinaram e não está sendo feito. Era um projeto pra trabalhar com as crianças, um projeto de ciências, então vamos trabalhar lá fora, na terra, no campo. Um outro projeto, de História, por exemplo, vamos trabalhar as histórias do assentamento, para toda a criança saber o que aconteceu no assentamento e isso não existe. Vamos trabalhar com artesanato, não existe. Professora de teatro, nos primeiros anos veio, mas começou-se a pisar no vermelhão não vem mais.

... todos os projetos que nós discutimos foi desmontando. A discussão pra montar uma horta para as crianças cuidassem e começassem a trabalhar e entender o valor da terra, começou, mas parou.

Soubemos também que alguns pais chegaram a tirar seus filhos da EMEIF Leonnor para matriculá-los na escola da cidade de Restinga, pois entendem que o ensino da escola Leonnor está muito fraco. Na opinião de Solange (março de 2010),

... tudo que é projeto eles vão lá e cortam. Falta interesse de quem está na direção da escola e na direção da prefeitura, isso é real. É a única coisa. Porque quando a gente fala vamos fazer isso na escola, o Betão fala não, não vou fazer. O Betão não apareceu nessa escola nenhuma vez nesse ano pra reunir com os pais. O Betão é como se diz, o coronel de Restinga, ele ficou dezesseis anos dentro da prefeitura e aí no mandato passado ele estava fora e era o Arnaldo que ainda fez alguma coisa pela escola. E o Betão está agora de novo. Enquanto estiver o bendito do Betão lá, a essa escola não vai para frente. Portanto várias famílias, mães já vieram me procurar para fechar essa escola e levar as crianças para Restinga. A má vontade que a prefeitura tem com aquela escola não adianta continuar do jeito que está. Inclusive já tem pais que estão levando seus filhos pra Restinga, que poderiam estar estudando aqui, porque está complicada a questão daquela escola (Solange, março de 2010).

Já a diretora da escola avalia de forma positiva o tempo integral na escola Leonnor, principalmente a partir de 2010 por causa da contratação de professores, que agora são efetivos e mostraram bastante empenho na realização do trabalho.

...Esse ano os professores que estão lá são concursados, são efetivos, até então eram substitutos. Nós estamos sentido que eles tem feito um bom trabalho, é uma equipe que foi pra lá sabendo que tipo de escola que era, que foi com o objetivo de abraçar a escola de aceitar de trabalhar pela escola (Mariana, março de 2010).

A professora responsável pela escola faz uma avaliação de que aos poucos os resultados estão sendo alcançados e que por ser um projeto aplicado há pouco tempo o trabalho tem sido satisfatório.

...As coisas não acontecem do dia pra noite demora um tempo pra ver resultado. Eu avalio positivamente o projeto tanto para as crianças, porque aqui se elas não ficam na escola elas não tem o que fazer e muitos ajudam os pais no final de semana e outros ajudam os pais no fim da tarde na queima do carvão, no plantio de verduras (Márcia, março de 2010).

Quando conversamos com as professoras que foram contratadas no início de 2010, todas elas alertaram sobre a preocupação com a realização de atividades diversificadas na parte da tarde, para que os alunos não fiquem cansados e desmotivados

a permanecerem na escola o período integral. Relatam que a partir da contratação de uma professora de educação física, que tem ficado responsável pelas atividades físicas, que fazem parte da grade curricular obrigatória da parte da manhã, e à tarde têm trabalhado com o projeto Educart<sup>12</sup>, os alunos tem ficado bastante animados e tem tido um desempenho melhor na sala de aula.

...Agora com esse projeto Educart, com essa professora nova, tem sido muito bom para as crianças, porque são outros horários, a criança constrói brinquedo, fazem coisas que motivam eles estarem aqui. A informática também está sendo muito bom, por que além de estar digitando eles estão montando um livro na parte de leitura é um projeto que ela vai dar continuidade esse ano todo e para final do ano vai estar pronto o livrinho de cada criança, eles escolhem uma história chega lá eles contam da maneira deles digitam e fora disso assim, a gente trabalha na sala de aula, a gente tem nosso projeto também que é ler e escrever eu também mexo com música então eu canto trago instrumentos e canto com eles também.

... Eu acho positivo, eu acho que para essas crianças é ótimo, porque além deles terem a alimentação nos horários certo, é tudo balanceado, então as crianças aqui tem horário, fora que agente trabalha higienização com eles também, que muitas coisas eles ficam a desejar em casa e nós que acabamos trabalhando com eles, principalmente a parte da afetividade. Eles são crianças que, eles sabem muito sobre seus direitos, dever a gente custou no começo, mas agora eles já estão bem encaminhados. Olha, acho que poderia ter mais projetos diferenciados, agora assim essa professora de educação física vai dar ginástica olímpica também, eles poderiam fazer um campo de futebol e trabalhar mais esporte com as crianças. Por exemplo agora tema copa e se tivesse um campo do lado de lá, uma cesta de basquete seria muito válido, vôlei , para eles aprenderem. Porque muitos aqui sabem as brincadeiras antigas, mas muitos esportes eles não entendem nem as regras e seria legal eles terem um espaço maior (Vanessa, março de 2010).

Também nesse sentido a professora de educação física ressalta a importância de terem outros profissionais que se responsabilizariam também pelos projetos da parte da tarde, para que os mesmos sejam mais diversificados. Ela acredita que as aulas de capoeira e música teriam que ser garantidas, pois os alunos tem bastante interesse nessas atividades.

---

<sup>12</sup> Educat, é um projeto elaborado pela professora de Educação Física, que tem sido realizado na escola Leonnor desde o início de 2010, período que esta profissional foi contratada. Neste projeto são desenvolvidas atividades físicas e artísticas no período da tarde. O projeto Educart foi pensado no sentido de amenizar a ausência dos projetos diversificados que, não estão ocorrendo devido à falta de contratação de profissionais especializados.

A ex- coordenadora da escola, a Aparecida, mesmo agora acompanhando de longe o andamento da escola e do projeto, a partir das conversas que ela tem acesso dentro do assentamento sua avaliação é a seguinte,

Eu acho que com essa nova coordenação, com esses outros professores ela está realmente com cara de escola, porque antes era uma extensão da casa deles, a gente cumpria a função dos pais, a vezes até levava no médico, com a autorização dos pais, até onde uma escola pode fazer, qual é a responsabilidade da escola e qual é a da família , porque nós chegamos a um ponto que nós assumíamos todas as responsabilidades , então precisava ter essa mudança e isso foi muito importante pra escola, para as crianças enxergarem a escola como escola e não como a varanda da casa deles (Aparecida, março de 2010).

Entretanto Aparecida levanta a questão de que a escola Leonnor deveria ser autônoma e que seus problemas seriam resolvidos se houvesse o seu desligamento com relação à escola Lázaro. Ressalta ainda que, muitas parcerias não foram efetivadas porque a escola não está regulamentada. Para ela,

... é um caso complicado, eu acho que a escola tem que ter a sua autonomia, porque por exemplo, nós fizemos um projeto pra secretaria de cultura de São Paulo na época eu fui numa atividade do governo do estado e conheci bastante gente e acabei conhecendo o secretário de cultura do estado e ele me deu email e todas as dicas e juntos nós fizemos um projeto de biblioteca, essa biblioteca chegou até Restinga, mas ela não chegou até o Boa Sorte, nós também fizemos um projeto para o Incra o “Arca das letras “ e a gente não conseguiu o projeto porque a escola não era regulamentada, então nesses aspectos a gente perde muito.

... Por outro lado se existisse a boa vontade política do prefeito ele aprovaria o projeto na câmara, ele tem um bom acesso na câmara e ele poderia aprovar o projeto de desmembramento da escola Leonnor Mendes de Barros colocando ela como uma escola de tempo integral, no campo e pronto. Com certeza os vereadores iriam aprovar esse projeto. A per capita que vem por aluno não seria dividida com a Lázaro e viria só pra cá. E tem outras vantagens, por exemplo, projetos que poderia fazer com a Fundação Itaú, Fundação Abrinq. Poderia pegar alguns espaços como a estação e fazer um tombamento de patrimônio que eles fazem a restauração, conseguir outros projetos que seriam realmente encaminhados para a escola e por outro lado você teria de fato uma escola com professores, o coordenador pedagógico , que seria um pedagogo e um diretor. Isso aconteceu a época que eu estava lá como coordenadora e a Mariana como diretora (Aparecida, março de 2010).

Ao procurarmos alguns professores da Escola Municipal Gilberta Vilela Rosa<sup>13</sup>, que recebe os alunos que terminam o ensino fundamental na escola Leonnor Mendes de Barros, quando indagados sobre o que acham do projeto de tempo integral e com relação ao desempenho dos alunos vindos do assentamento esses profissionais afirmam que ainda não conseguem fazer uma avaliação dos resultados do projeto.

Esses professores acrescentam ainda, que não vêem nenhuma diferença no desempenho das crianças antes e depois da implantação do projeto de tempo integral. Para eles há muito tempo, e segundo uma das professoras, desde que existe a escola municipal dentro do assentamento, os alunos vindos da mesma para a escola Gilberta têm apresentado grande defasagem de conteúdo, assim como de disciplina. Algumas professoras relatam ainda, que a aprendizagem dos conteúdos torna-se ainda mais lenta, pois anteriormente é necessário ensinar aos alunos como se comportar na escola e na sala de aula. Segundo uma dessas profissionais os professores precisam ensinar aos alunos que não se deve sair no meio de uma aula para pegar manga no pátio da escola. É interessante ressaltar que os professores durante a entrevista destacaram que a defasagem de conteúdo e a indisciplina não são problemas apenas dos alunos vindos da escola do assentamento, mas das fazendas em geral, entretanto enfatizam que a indisciplina dos alunos do assentamento tem se intensificado nos últimos anos.

Uma das professoras avalia que, dentro do contexto das crianças das fazendas a escola parece não fazer sentido e nem ter importância. “Eles tem outra perspectiva, outros objetivos de vida e acham que não precisam da escola para alcançá-los. Uma de nossas alunas, todos os dias ordenha as vacas que tem no sítio de seu pai, antes de ir à escola. Ela nos conta que é a sua atividade predileta e sempre nos pergunta por que precisa ir à escola” (Priscila<sup>14</sup>, novembro de 2010).

De acordo com essas informações relatadas acima e com o acúmulo de dados adquiridos no decorrer desta pesquisa nossa avaliação é de que o projeto de tempo integral da EMEIF Leonnor Mendes de Barros ainda é muito recente e esse fato torna difícil à realização de uma análise mais profunda sobre este objeto. Contudo, foi possível chegarmos a algumas conclusões.

O fato do projeto não estar sistematizado no papel nos leva a entender que esse fator colabora para o surgimento de diversas interpretações do mesmo, corroborando

---

<sup>13</sup> A EMEF Gilberta Vilela Rosa atende no período da tarde apenas alunos que moram nas fazendas dos arredores da cidade de Restinga.

<sup>14</sup> Professora do sexto ano, na EMEF Gilberta Vilela Rosa.



para que os profissionais envolvidos, as crianças e até mesmo os pais e lideranças dos movimentos tenham objetivos distintos com relação ao projeto de tempo integral da EMEIF Leonnor Mendes de Barros.

Entretanto pudemos verificar desde a primeira visita à EMEIF do assentamento em 2008, quando se deu início ao projeto de tempo integral nessa mesma escola, até o acompanhamento realizado no decorrer dos anos de 2009 e 2010 foi possível avaliarmos um certo avanço na realização do projeto em 2010, pois foi o ano em que houve contratações de professores através de concurso público do município. Diferente dos anos anteriores em que os professores assumiam salas na escola, mas no ano seguinte desistiam de permanecerem na docência da mesma, entendemos que a contratação desses profissionais a partir de concurso proporciona um maior comprometimento destes, que poderão fazer seus projetos junto a classe e a escola a longo prazo, de maneira que possam ver a continuidade do trabalho realizado. Para nós estes professores tem desempenhado um trabalho interessante com os alunos, de modo que os conteúdos universais tem sido garantidos e os recursos utilizados nas aulas tem ampliado o universo de conhecimento destas crianças.

A colaboração dos pais na organização da escola também é um fator muito importante a ser considerado. Com o enfraquecimento dos movimentos sociais no assentamento a comissão de pais se fortaleceu e nesses últimos anos tem se responsabilizado pelo acompanhamento das atividades escolares, assim como pela mobilização em torno das demandas da escola. Esse pode ser um momento importante para que seja feita uma articulação, para a construção do projeto político pedagógico e retomada a formulação do próprio projeto de tempo integral.

Ao longo destes anos pudemos notar também que a escola foi adquirindo uma boa infra-estrutura, apesar de ainda ter capacidade para serem ampliadas suas salas de aula, biblioteca e construída uma área adequada para as atividades físicas e artísticas.

Nesse sentido, o projeto de tempo integral da EMEIF Leonnor Mendes de Barros e o seu encaminhamento, tem tomado um rumo importante para a vida escolar das crianças do assentamento. Compreendemos que o universo das crianças oriundas de classes populares, influenciados pelas suas famílias, está muito mais voltado para o trabalho. Suas perspectivas e preocupações não os leva a enxergar na escola um instrumento importante para as suas vidas.

A escola na sociedade capitalista ensina a cultura, os “bons costumes” da elite, sendo assim, esta instituição para as crianças das classes dominantes representa mais um, dentre muitos espaços de aprendizagem. Já para as crianças das classes populares o conhecimento transmitido pela escola é desconhecido e muitas vezes não faz sentido, pois o capital cultural exigido pela escola não é o mesmo apreendido no contexto familiar e de vida dessas crianças. Por isso existe diferença entre o “tempo pedagógico” das crianças oriundas de classes populares com relação às crianças das classes dominantes.

A partir desse ponto de vista, entendemos que a perspectiva por parte da coordenadora, de que a escola deveria naquele momento oferecer aos alunos em primeiro lugar a boa alimentação, em segundo lugar ensiná-los a se comportar na escola e em último lugar deveria se preocupar com o ensino, condiz com a realidade dessa população. De modo algum queremos dar a entender que essas crianças não precisam de um ensino de qualidade. Pelo contrário, acreditamos que para que o ensino seja assimilado por essas crianças de forma satisfatória é preciso que esses alunos passem por um processo de aprendizagem que não pode ser representado apenas pelos conteúdos formais, cobrados por essa instituição. Desse modo, o ensino de tempo integral pode ser um mecanismo importante para a aprendizagem desses alunos, pois pode possibilitar que os mesmos fiquem mais tempo na escola e tenham mais tempo também para assimilar e ter contato com a cultura exigida pela escola.

Entendemos que a criança do campo pode se desenvolver mais integralmente, pois ela tem a vantagem de acompanhar diariamente o processo produtivo realizado por seus pais. Porém esse conhecimento sobre o trabalho deve ser atrelado aos seus fundamentos e esses são conseguidos a partir de conteúdos universais.

Ou seja, a escola de tempo integral pode se constituir enquanto um instrumento relevante, principalmente para a população que tem a escola como único espaço de apropriação da cultura letrada, já que não tem fácil acesso a outros ambientes como cinema, teatro, biblioteca, parques, museus, etc. Esse pode ser o caso da população do campo, que além da questão econômica, também a questão geográfica muitas vezes dificultam o contato dessas pessoas com alguns espaços e recursos que possibilitariam um universo mais amplo de conhecimentos produzidos socialmente e que nem sempre estão imersos nos conteúdos da educação escolar.

Na tentativa de analisar a implantação deste projeto partimos das contribuições de Pierre Bourdieu<sup>15</sup> (CATANI; NOGUEIRA, 1998) principalmente do seu conceito de capital cultural. Para ele esse capital cultural é o conjunto de recursos, “competências” e “apetências” disponíveis e mobilizáveis em matéria de cultura dominante ou legítima. Pensando a partir desse conceito, a escola de tempo integral pode proporcionar a população um capital cultural mais elevado à medida que o sujeito terá um contato maior com este capital cultural em sua forma objetivada e incorporada.

Ou seja, a escola de tempo integral permite com que o aluno passe um maior tempo na instituição e com isso tenha mais tempo de contato com a cultura transmitida neste local, “já que a acumulação de capital cultural exige uma *incorporação* que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido” (NOGUEIRA; CATANI, 1998) e o aluno originário da classe trabalhadora muitas vezes precisa desse tempo maior já que não traz de casa a noção prévia dessa cultura transmitida pela escola. Entendemos também que esse maior tempo na escola possibilitará o acesso ao que Bourdieu chama de capital cultural objetivado. “O capital cultural objetivado em suportes materiais, tais como escritos, pinturas, monumentos etc., é transmissível em sua materialidade” (NOGUEIRA; CATANI, 1998) e para isso é preciso certa condição econômica. Portanto, a escola permitiria ao aluno a utilização de recursos materiais não disponíveis em sua casa, como por exemplo, computador, livros, etc.

Todavia, apesar da escola do assentamento estar desempenhando um papel importante na vida das crianças do assentamento, à medida que tem ampliado o universo de conhecimento desses alunos, não podemos deixar de enfatizar que a escola se constitui enquanto um instrumento do Estado para que a classe dominante se perpetue enquanto tal.

Sendo assim, na sociedade capitalista cabe a escola o objetivo de reproduzir as desigualdades inerentes a essa formação social. Um dos mecanismos utilizados na escola para a transposição da desigualdade é o inculcamento ideológico. A ideologia dominante enquanto prática social é transmitida no dia a dia da escola e se sobrepõem às outras ideologias (dominadas) existentes também no interior desta instituição. Não podemos deixar de frisar que essas outras ideologias são importantes no sentido da possibilidade de representar a contra- hegemonia das classes dominadas. Contudo, os

---

<sup>15</sup> Contribuições de Bourdieu retiradas do livro “Escritos de Educação” de Catani e Nogueira.

interesses da classe dominante estão imersos na ideologia que prevalece dentro da escola.

A EMEIF Leonnor Mendes de Barros possui suas particularidades. Esta escola foi reativada devido à intensa luta dos trabalhadores Sem Terra. Outra característica é o fato da sua localização estar na fazenda onde se organiza um assentamento rural e principalmente ser uma escola que atende apenas essa população, os filhos dos assentados. Entretanto para que a escolarização destes alunos fosse legitimada diante da sociedade foi preciso que esta escola recebesse a chancela do Estado e por isso que fosse submetida ao interesse das classes dominantes.

Portanto, mesmo que a EMEIF Leonnor seja desvinculada da EMEIF Lázaro Cassimiro de Lima e mesmo que sua gestão seja formada totalmente pela comunidade do assentamento, para que o diploma dos alunos seja reconhecido, para que possam dar continuidade aos estudos, a escola continuará dentro da ordem e tutela do Estado e assim apresentará limites para a emancipação da classe trabalhadora.

Para nós, o fato do Estado estar construindo escolas no campo, substituindo o antigo e precário transporte das crianças até a cidade, tem haver com a obrigatoriedade do ensino a todos os cidadãos. Por isso o Estado tem tido a preocupação de dar a formação escolar mínima para toda a população, e a população do campo não poderia ficar de fora. Além de hoje estar instituído em leis que o ensino fundamental seja obrigatório, a garantia do acesso à educação (e não necessariamente de permanência) a toda a população está atrelada ao interesse do capital, que se materializa, na necessidade de trabalhadores qualificados tecnicamente e com os conhecimentos escolares básicos para suprir as demandas que surgiram a partir da reestruturação produtiva. Então a escola além de reproduzir as relações de produção da sociedade capitalista, se apresenta também como espaço de reprodução das condições de produção.

Não podemos de forma alguma desconsiderar as conquistas que o movimento “Por uma Educação do Campo” e a luta dos trabalhadores alcançaram ao conseguir divulgar e colocar em pauta para toda sociedade, inclusive para o Estado as dificuldades e a insatisfação da população do campo, com relação à educação escolar. Foi através da reivindicação desses sujeitos que foram incorporadas às leis e criadas diretrizes específicas para atender essa população e através dessas medidas foram construídas algumas escolas no meio rural, facilitando o acesso à educação escolar. A essas escolas do campo foi dada uma maior autonomia, de maneira que as verbas que muitas vezes

eram vinculadas a instituições municipais passaram a ser destinadas diretamente para o meio rural.

## Referências:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO. Setembro, 2008. Disponível em: <http://www.abagrp.com.br/cidadesRestinga.php>. Acesso em: 10/12/2010.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

\_\_\_\_\_. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro, Ministério do planejamento, orçamento e gestão, janeiro de 2000.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ARROYO, Miguel.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.) **Por uma educação do campo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BAGLI, Priscila. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. Org. M. Encarnação Beltrão Sposito e Arthur Magon Whitacker. 1 ed- São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem Terra aprende e ensina: um estudo sobre as praticas educativas e formativas do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –1979-1998**. Campinas: Unicamp, 1998.

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2003.

BEZERRA NETO, Luiz; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **A importância do Materialismo Histórico na formação do educador do campo**. Revista HISTEDBR On- Line. Edição Número Especial, agosto de 2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38e/index.html>. Acesso em: 20/09/2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, N.º 9394 de 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Sinopse estatística da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária**: Pnera 2004. Brasília: INEP/MEC, 2007.

BRASIL. **Panorama da educação no campo**. Brasília: INEP, 2007.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra/** Roseli Salete Caldart – 3. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARTILHA DO MLST, 2008, mimeo.

CASSIN, Marcos. **LOUIS ALTHUSSER: Aparelhos Ideológicos de Estado e Escola.** 2010, Mimeo

CASSIN, Marcos; VALE, Samila do. **Trabalho rural e educação no assentamento Bela Vista – São Paulo.** Anais do IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: Controvérsias e Alternativas de Desenvolvimento. Araraquara, 2010.

CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice. Org. **Escritos de Educação-** 2ªEd – Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ENGELS, Friedrich ; MARX, Karl. **Crítica da educação e do ensino.** Lisboa, Moraes, 1978, p. 223.

FAUSTO, Boris. **História o Brasil/** Boris Fausto- 12. ed.,1 reimp.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006- (Didática, 1)

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil/** Carlos Alberto Feliciano. – São Paulo: Contexto, 2006.

FERRANTE, Vera L. S. B. & ALY Jr., Osvaldo. **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20anos).** São Paulo: INCRA – Superintendência Regional de São Paulo, 2005.

FLORESTA, Leila. **Escolas dos Acampamentos/ Assentamentos do MST: uma pedagogia para a revolução?** Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação/ Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE/ Vozes, 1987.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFBVRE, Henri. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro:DPEA, 1999.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia moderna.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MARINHO, Ernandes Reis. **Um olhar sobre a educação rural brasileira**/ Ernandes Reis Marinho – Brasília: Universa, 2008.

MARTINS, Lígia Márcia. **As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa.** Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>. Acesso em: 10/07/2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino.** Lisboa, Moraes, 1978.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **A História das lutas sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MITIDIERO, Marco Antonio. **O Movimento de Libertação dos Sem Terra(MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil.** Dissertação de mestrado. São Paulo, 2002.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci.** 3ª ed., São Paulo, Cortez, 2004

OLIVEIRA, Marco Antonio. **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns projetos de educação do campo: do pretendido marxismo à aproximação ao ecletismo pós-moderno.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

POMAR, Wladimir. **Os latifundiários.** 1ª edição. São Paulo, 2009.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** 22ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Marxismo e Educação: debates contemporâneos.** Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2005.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**/Milton Santos. – 1.ed., 1. reimpr.- São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**/ Sérgio Sauer – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, L. H. da, MORAIS, T. C. de; BOF, A. M. A educação no meio rural do Brasil : Revisão da literatura. In: BOF, A. M. (org.). **A educação no Brasil Rural.** Brasília; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.



SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**/ José Graziano da Silva. 2.ed. ver. – Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998.

\_\_\_\_\_ **O novo rural brasileiro**/ José Graziano da Silva.- 2.ed. ver. – 1ª. Reimpr. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2002. (Coleção Pesquisas, 1).

\_\_\_\_\_ **Tecnologia e agricultura familiar**/ José Graziano da Silva. – 2. Ed.- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_ Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas Pnads, In: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/textos.html>. Acessado em 20/07/2010.

WANDERLEY, Maria Nazareth. **Meio rural: um lugar de vida e de trabalho**. Entrevista na I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, em Olinda, Recife, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), em junho de 2008.

## **Apêndice 1**

## Entrevistas

### **Sobre a escola e o projeto de tempo integral**

Entrevistados:

Diretora, Coordenadora atual, Ex-Coordenadora, Alunos, Pais e Professores

Perguntas: (idade, função, à quanto tempo trabalha na escola, em que série está, a quanto tempo mora no assentamento)

- 1- O que você sabe sobre a fundação da escola? (alunos, pais, coordenadora atual e ex-coordenadora e diretora)
- 2- O que você acha da escola? (pais e alunos)
- 3- Como surgiu a idéia do projeto? (professores, diretora e coordenadoras)
- 4- Qual o objetivo do projeto? (professoras, diretora e coordenadoras)
- 5- Como pensaram esse projeto? (professoras, diretora, coordenadoras)
- 6- Como você via a escola antes do projeto? (todos)
- 7- Como você vê a escola hoje? O que mudou? (todos)
- 8- Como se dá a relação entre o MST e o MLST no assentamento?
- 9- E com relação a escola?
- 10- Os movimentos tem alguma intervenção na escola?
- 11- A escola atende só filhos de assentados ou também filhos de pequenos produtores?

### **Sobre o assentamento**

Entrevistados:

Ex-Coordenadora, Coordenadores do MLST e Assentados.

Perguntas: ( a quanto tempo está no assentamento, função, a quanto tempo trabalha na escola)

- 1- Conte um pouco o que você sabe sobre a história do assentamento
- 2- Você mora no assentamento desde quando?
- 3- Como se dá a relação entre o MST e o MLST no assentamento?
- 4- E com relação a escola?
- 5- O movimento tem alguma intervenção na escola?

## **Apêndice 2**

## Respostas às entrevistas realizadas

### Mariana (diretora da escola)

Fazenda muito grande com mais de três mil alqueires ou hequitares, sei que é muito grande toda a propriedade. A finalidade dela além de estação ferroviária era plantar eucalipto, então lá tinha muitos trabalhadores para plantar para cotar madeira, tinha uma ferraria para fazer os tornetes. Eles criavam gado para ter leite para alimentar todo pessoal que morava lá. Então tinha muita gente morando e trabalhando ali. Em função disso, foi aberta essa escola por volta de entre 1950 e 1960. Eles construíram aquela escola e foi no tempo do Adhemar de Barros, por isso que ela chama Leonnor Mendes de Barros, era esposa do Ademar.

Então essa escola, desde que foi construída, ela pertencia à Restinga. À escola da cidade aqui que na época se chamava Grupo Escolar, essa escola depois passou a ser de primeiro e segundo grau e depois ao longo do tempo ela foi mudando de nome. Na época que era estação ferroviária, a escola tinha muitas crianças só que assim, era primeiro, segundo, terceiro e quarto ano tanto, que naquela ocasião, só tinha três salas, a sala dos professores e as duas salas de aula. Então eram dois, três professores que davam aula lá.

Depois que teve a revolução, essas coisas da história aí, o Adhemar de Barros foi deposto etc e tal, ao longo do tempo a estação fechou. A Mogiana parou de funcionar, não vinha mais até aqui, foi acabando e aí ficou mesmo só os dirigentes lá, sobraram poucas famílias. Em 1998, 1999, o pessoal invadiu a propriedade.

O MST invadiu a propriedade, ficou por lá e acabou conseguindo que ela fosse, que o Itesp assumisse a propriedade e dividisse entre eles. Foi aonde eles começaram a fazer o assentamento e desde que eles invadiram, que formaram essa comunidade essa invasão, que eles falam ocupação, as crianças de lá vieram estudar aqui e em 1998 esta escola foi fundada, essa escola começou antes de 1998, mas a partir de 1998 ela passou a ser de primeiro a quarto ano, então as crianças saíram de lá e vieram estudar aqui. Quando foi em 2001, foi feito um trabalho na possibilidade de constituir ou fazer de que voltasse a funcionar esta escola lá, quer dizer que restaurasse o prédio escolar que tinha,

e voltasse a escola funcionar lá. Em 2002 a escola voltou para lá, os alunos voltaram para lá e foi reinaugurada a escola, então aquela escola funciona desde 2002. Até 2005 ela foi uma escola de tempo comum, meio período, de 2005 quando eles passaram a ter o quarto ano aí passou a ser tempo integral e aí as crianças começaram a ir cedo e voltavam à tarde.

É uma escola muito cara para o município, a escola lá recebe quatro refeições, tem o café da manhã, o lanche, tem o almoço e no fim da tarde tem o outro lanche e ainda os professores ficam o dia inteiro. Eles ganham o dobro do que ganha um professor aqui. O dobro não, mas trabalham por quarenta horas então eles ganham muito mais. Tem toda a equipe de trabalho, funcionário e as salas não são grandes, as classes não são grandes. Então se o prefeito quisesse, ele poderia trazer todo aquele pessoal para cá e não teria mais despesas e muito dificilmente eu abriria mais uma sala em função daquela quantidade de aluno. Lá juntando tudo, deve dar mais ou menos cem alunos dos vários anos. Por exemplo, eu tenho uma classe lá com doze alunos, as classes que eu tenho aqui absorvem facilmente esses doze alunos sem alterar nada. A classe maior é o pré, porque o pré é pré um e pré dois, então são duas classes em uma só, onde tem o maior número de alunos. Essa classe poderia vir para cá e talvez sim alterasse um pouco a escola aqui, mas o resto não.

Há um interesse político em manter essa escola pela própria comunidade que pede. Inclusive a escola foi para lá, porque a comunidade pressionou, a comunidade quis e exigiu, bateu o pé, foi atrás, procurou, fez reunião, veio aqui falar comigo. Teve uma primeira reunião em que eu estive presente, onde eles perguntavam da possibilidade de abrir essa escola lá. Eles aceitaram que a escola fosse multiseriada se fosse necessário, mas eles queriam a escola lá. Ao longo do tempo ela foi abrindo, as séries foram sendo montadas e hoje ela está completa, do pré ao quinto ano.

O que sentimos e que sente aqui também, é que está havendo uma diminuição muito grande de aluno, por problema de nascimento, hoje nasce muito menos criança do que antigamente, mesmo assim as crianças lá sustentam ao longo do tempo essa escola.

Esse ano os professores que estão lá são concursados, são efetivos, até então eram substitutos. Temos sentido que eles tem feito um bom trabalho, é uma equipe que foi para lá, sabendo que tipo de escola que era, que foi com o objetivo de abraçar a escola de aceitar de trabalhar pela escola. É uma escola de perfil talvez, porque é muito pequena e concentra muita coisa, bem diferente daqui. Aqui boa parte dos alunos precisam de carinho, de afeto, mas dilui, porque é muito grande a escola, lá não

concentra. Inclusive assim, conversando com os professores eu pedi que eles fossem mais afetivos e se preocupassem mais com a parte afetiva do aluno do que com o conhecimento, que a gente sabe que boa parte daquelas famílias tem muito problema, de relacionamento, em termos de saber educar os filhos, tem muita violência, muita violência contra mulher, contra criança e gente sente que as crianças ficam muito desamparadas, perdidas, chegam na escola elas ficam aéreas e se a gente vai pesquisar que é uma outra vantagem, como está todo mundo lá, a gente acaba sabendo da história de todo mundo. Não é como aqui que a maioria dos meus alunos é de fazenda por exemplo.

Por problemas pessoais eles não quiseram voltar e aí nós não conseguimos ninguém se dispusesse a ficar no lugar. Faz uma semana que foi uma professora de educação física que é efetiva, e como são poucas classes a função dela lá é também outras atividades. Então música, artes de um modo geral, dança, enfim todas as outras atividades que tinha, ela tem que desenvolver. Ela ganha o mesmo tanto que as outras professoras, ou seja, quarenta reais hora aula (quarenta horas aula) ela fica de segunda a sexta trabalhando com as crianças . Ela pode trabalhar Educação Física, fazer atividades extracurriculares, ajudar os professores no reforço, até pra festas se precisar. De sexta-feira as crianças tem aula de computação. Então é isso que está acontecendo lá agora.

Antes eles eram contratados por projetos, não tinha concurso, aquela pessoa que tinha habilidade e apresentasse um bom projeto pegava o serviço e ia trabalhar lá. Nós tínhamos capoeira e música

**Lílian (Mãe de aluno da escola Leonnor. Filho está no 4º ano. Não faz parte de nenhum movimento).**

Sempre estudou aqui e moramos no assentamento.

Da vez que ele entrou, já era período integral. Para mim foi bom, desenvolve melhor, porque ele fica mais tempo , ele aprende mais, tem mais atividade para fazer. Ele faz as tarefas normalmente, faz na escola e, às vezes, leva para casa. Ele melhorou bem, porque ele era sozinho. Então com o período integral, ele ficou mais na escola, ficou com mais companhia e ele melhorou bem.

Os professores são bem competentes, são bons, porque eles são bem levados.

**Márcia (Professora responsável pela unidade escolar. Mora na cidade de Restinga).**

Faz três anos que eu trabalho aqui. Um ano como professora de Educação Infantil que é meu sonho que eu amo trabalhar na sala de aula e aí houve uma oportunidade de estar na direção, eu estou gostando muito. É uma experiência a mais que eu vou estar tendo e está dando tudo certo, graças a Deus. Tem apoio da comunidade, os funcionários tem uma socialização boa, muita participação dos pais, tenho montado um conselho de pais, já foram feitas duas reuniões, para decidir o que é bom para a escola, junto com eles.

Eu acho que desde a administração do prefeito Arnaldo que ele quis que acontecesse esse projeto de período integral, até mesmo por pedido dos pais e eu acho que deu muito certo, esse projeto. As crianças estão muito felizes, gostam muito da escola. Elas chegam aqui por volta das sete horas e quarenta minutos, tomam o café da manhã e oito horas a gente dá início as aulas e me parece que está sendo muito bom. Os pais estão satisfeitos, as crianças e os professores estão se empenhando ao máximo.

Aqui tem noventa e sete crianças. E todos participam desse projeto, é obrigatório. A partir da educação infantil, que nós temos primeira fase e segunda fase, até o quinto ano e depois eles vão fazer o sexto ano na Gilberta, em Restinga. A Lázaro funciona também de primeiro a quinto ano, só que aqui nós damos prioridade para o pessoal do assentamento e a de Restinga tem que dar prioridade para o pessoal que mora na zona rural, ali por perto e para o pessoal de Restinga mesmo.

De manhã é trabalhado o conteúdo de Português, Matemática, Ciência, Geografia e depois, à tarde são os projetos. Só que não está dando tempo de dar todos os projetos, aí nós estamos fazendo assim esse ano, a professora de Educação Física tem seu horário certinho, as vezes tem que estar pegando algumas crianças. Tem salas que ela está pegando para dar Educart, trabalhando individualmente com cada aluno, Educação Física e ginástica. Antes tinha capoeira e música, só que aí não deu certo de entrar no acordo com os professores, aí nós resolvemos fazer isso, a secretária de educação de estar chamando uma professora para ficar todos os dias e fazer a mesma carga horária de todos os professores para trabalhar com as crianças e está muito bom. Ela pega por turma e cada uma tem cinquenta minutos de aula. Enquanto eles não estão com a professora responsável pelos projetos, eles ficam com a professora da sala estudando, passa lição.



Quanto à tarefa, é complementado, só que temos que estar seguindo o currículo também da carga horária, cada matéria tem um número de aulas e por isso elas vão revezando, então não cansativo nem para o professor da sala e nem pro professor do projeto.

Os professores ficam o período todo. Nós chegamos aqui sete horas e trinta e cinco minutos e saímos às dezesseis horas. Antes eram do processo seletivo aí no final do ano passado, o Prefeito abriu esse concurso. Então agora todos são efetivos. Eu não posso dizer para você, que o ano que vem serão os mesmos, porque dependendo da classificação dele, pode escolher aqui ou Restinga, mas pelo que eu tenho conversado com os professores, eles querem voltar. Gostaram de trabalhar com essas crianças. É período integral, as pessoas podem dizer que é cansativo, mas também é muito gratificante. Você estar ensinando algo e estas crianças podendo aprender e está sendo tudo de bom. E essas professoras estão muito felizes, por isso pensaram, que ia ser totalmente diferente, ficaram com medo e hoje falam que se tiverem oportunidade, elas voltam o ano que vem. Antes não era assim, era processo seletivo, era de dois em dois anos tinha concurso, às vezes o professor ficava esse ano de 2009 e depois era dispensado e vinham outros professores. E agora não é isso, é tanto bom para escola e bom para eles. Já tem um vínculo, as crianças tem um acompanhamento, cada professora já conhece a vida de cada criança. Não tinham opção, não porque escolhiam.

No começo eu senti diferença, eram agressivos, violentos, mas aí eu oriento os professores para fazer uma oração. Nós estamos tentando colocar um pouco de Deus na vida dessas crianças. A socialização também é importante, não bater, não brigar. Esse ano está tudo tranquilo, a equipe de professores veio com vontade de trabalhar, com vontade de fazer diferença na vida dessas crianças e está acontecendo. Vão variando as atividades, vão estimulando a auto estima dessas crianças, que muitas delas a auto estima estava muito baixa. Já passamos também uma relação de nomes para a fonoaudióloga e psicóloga. A baixa auto-estima acontece por causa da desestrutura familiar, então estamos tentando trabalhar também a família. Começar desde a família e depois a criança e então chamamos os pais para conversar, explicamos a importância de educar, orientar que, não é simplesmente entregar os alunos na escola e deixar por conta da escola. Nós precisamos desse apoio dos pais, nós precisamos caminhar juntos. Eu mando bilhete, montamos grupos de pais e eles participam, estamos pensando agora em fazer o dia da família na escola, mas todas as apresentações, os pais tem participado, dias das mães o pátio estava lotado.

Não, não tem que ser diferenciada, a mesma oportunidade, o mesmo objetivo que o professor trabalha na escola da cidade, ele trabalha também. A única coisa que sentimos aqui é que as crianças são bem carentes, precisam de colo. Aqui o professor é tudo mãe, médico, psicólogo, porque querendo ou não a escola é de período integral, os problemas são centrados. Sabemos de cada probleminha e tentamos ajudar e não tem essa diferença. Com certeza, inclusive nós temos um professor que é engenheiro florestal, que tem trabalhado com as crianças toda segunda- feira e as crianças estão adorando. Ele trabalha meio ambiente, como trabalhar com a terra, e iniciou o trabalho há mais ou menos um mês.

Eu acho que com o passar do tempo nós vamos vendo o resultado. Eu acredito que esse ano temos tido um respaldo maior. As coisas não acontecem do dia para noite demora um tempo para ver resultado. Eu avalio positivamente o projeto, para as crianças, porque aqui se elas não ficam na escola, elas não tem o que fazer e muitos ajudam os pais no final de semana e outros ajudam os pais no fim da tarde na queima do carvão, no plantio de verduras, porque aqui tem alguns projetos que são entregues para Conab, os pais plantam e entregam para o projeto e no final do mês ele tem uma quantia para receber.

Os pais gostaram tanto que eles tentam deixar os filhos até como ouvinte na sala de aula. Eles querem, porque vão trabalhar e precisam levar as crianças.

A alimentação é ótima. O Prefeito manda toda segunda- feira o que dá para a semana toda, arroz, feijão, uma carne, uma salada, um legume sete e quarenta elas tomam o café da manhã que é pão, leite com toda, às dez horas e trinta minutos uma fruta. O recreio é dividido em dois. O primeiro é dos menores, pré, segundo e terceiro ano, das onze horas e trinta minutos às doze horas e trinta minutos, depois o quarto e quinto das doze horas e trinta minutos às treze horas e trinta minutos. Depois do almoço, tem um lanche da tarde. São quatro refeições.

O material, a Prefeitura manda tudo. O básico é pedido para os pais, mas se não trouxer o aluno receberá da escola.

**Luciana (Professora de Educação Física e profissional responsável pelo projeto Educart, desenvolvido no período da tarde).**

Já tinha experiência como professora, mas não em escola de tempo integral.

Eu estou gostando muito, embora muitos alunos, quando chega depois do almoço, eles estão mais cansados. Aí eles não mostram tanto interesse em participar das atividades, mas eu estou gostando muito e pelo que eu estou vendo, eles estão gostando também, porque é um pouco diferente, foge da rotina deles. Que todo dia eles estavam só na sala de aula e aí quando eu os pego para irem para o pátio, fazerem alguma atividade física, algum jogo, brincadeira, nunca teve nenhum problema de algum que não respeitou, pelo menos comigo, eu estou adorando.

Com certeza ajuda, mas acho que desenvolver melhor os projetos sabe, por exemplo, aqui eles gostam de capoeira então acho que devia focar mais no que eles tem mais interesse, essa parte de projeto mesmo, para não ficar muito puxado. Chega à tarde, eles estão muito cansados, eles fazem as coisas que pede mas dá para ver que o desânimo deles está bem maior, mas ajuda bastante na parte de educação, aprender mais rápido.

Para mim, eu já dava aula na escola de Franca, mas não é rural, para mim não tem muita diferença não, quase que nenhuma, a única diferença é que lá tem mais alunos, aqui tem bem menos, mas tanto lá quanto aqui tem aqueles alunos que dão mais trabalho, mas para mim não tem diferença não. É mínima, aqui dá para ver que eles dão até mais valor nas atividades que eu dou do que lá, porque lá em Franca eles já estão acostumados a ter essas coisas, jogos diferentes, aqui não, eu não dou por exemplo, a bola e falo vai a jogar futebol, joga basquete. Eu dou os jogos que eles não têm conhecimento, jogos inventados mesmo e eles dão até mais valor, por isso não estou tendo tanto problema, porque eles dão valor e gostam.

Acho que não, tanto aqui quanto na cidade, tem que ser o mesmo projeto, seguir a mesma linha, porque os meninos aqui são muito inteligentes, as professoras falam. Tem menino aqui que faz conta de cabeça, mas não sabe por no papel, mas se fizer de cabeça ele sabe certinho, eles acompanham. Aqui se usa até o mesmo método de Restinga, Projeto Ler e Escrever (Projeto do Estado), não tem que ser diferenciado não.

**Vanessa (Professora do 4º ano. Tem quatorze anos de experiência em docência e sempre em escola particular. Primeira escola de projeto integral ).**

Eu acho que o projeto de escola integral é válido quando você tem outras atividades no período da tarde. Para ela ficar com um professor só sem atividade, tipo informática, um projeto de leitura, ou mesmo de Educação Física aí é desmotivante para criança. É ficar oito horas com um professor na sala de aula, ele é válido se tiver outros projetos inseridos para a criança estar trabalhando, se não é muito cansativo a criança não rende e depois fica cansada demais e nem quer participar do período da tarde. Teve informática, Educação Física e tinha um voluntário que veio umas três semanas para trabalhar meio ambiente com as crianças e faz umas duas semanas que não vem. Agora, com esse projeto Educart com essa professora nova, tem sido muito bom para as crianças, porque são outros horários. A criança constrói brinquedo, fazem que coisas que motivam eles estarem aqui. A informática também está sendo muito boa, porque além de estar digitando, eles estão montando um livro na parte de leitura. É um projeto que vai dar continuidade esse ano todo e para o final do ano, vai estar pronto o livrinho de cada criança. Eles escolhem uma história, chega lá eles contam da maneira deles, digitam e fora disso assim, trabalhamos na sala de aula. Temos nosso projeto também que é Ler e Escrever eu também mexo com música, então eu canto trago instrumentos e canto com eles também.

Eu acho positivo, eu acho que para essas crianças é ótimo, porque além deles terem a alimentação nos horários certos, é tudo balanceado, então as crianças aqui tem horário, fora que trabalhamos higienização com eles também.

Que muitas coisas eles ficam a desejar em casa e nós que acabamos trabalhando com eles, principalmente a parte da afetividade. Eles são crianças que, eles vêem muito direito, dever a gente custou no começo, mas agora eles já estão bem encaminhados, andando bem do jeito nosso de trabalhar e estamos conseguindo bastante coisa com eles.

Olha, acho que poderia ter mais projetos diferenciados, agora assim essa professora de Educação Física vai dar ginástica olímpica também, eles poderiam fazer um campo de futebol e trabalhar mais esporte com as crianças, por exemplo, agora temos a copa e se tivesse um campo do lado de lá, uma cesta de basquete seria muito válido, vôlei, para eles aprenderem, porque muitos, assim, eles sabem as brincadeiras antigas, mas muitos esportes eles não entendem nem as regras e seria legal eles terem um espaço maior, como é campo daria para fazer.

Eu acho que até desenvolve, eu acho que todos os profissionais que tem vindo tem dado o máximo de si, vemos todas as professoras que estão aqui trabalharem com

bastante construtivismo, a gente trabalha com bastante projeto. As crianças aqui até o ano passado não tinham visto muita coisa, acho que estava meio parado e que nem esse ano conseguimos montar maquetes, coisas que eles aprendem muito no concreto e são crianças que tem um conhecimento muito grande em relação às crianças da cidade. Então tem muita coisa que dá para trabalhar com eles, que se consegue muito progresso e acho que depende de cada profissional que vem, acho que depende de cada um o que quer e a vontade de construir com eles. Eu acho que, um pouco, eles sempre tiveram falta de pessoas, mas hoje é difícil quem tem um projetos mesmo para trabalhar, porque você escrever um projeto no papel é uma coisa, mas uma projeto bem elaborado é difícil. Acho que falta profissionais, eles andaram buscando, mas as vezes vem e não é toda pessoa que vem para o assentamento com aquela visão, geralmente você fala “ah, eu dou aula no assentamento e as pessoas falam nossa você vai lá, o que é isso?”

A realidade é outra, eles não são assim, se eles gostam de você eles gostam de verdade, só não vão gostar de você se você não for legal com os filhos deles e se não fizer um trabalho bom, mas fora disso eles são pessoas ótimas, se eles gostam de você eles te defendem mais que qualquer pessoa. Eles participam, é qualquer escola, tem aqueles pais querem mais precisam, eles não vêm, são ausentes, mas eles são assim, o que você precisa eles vem. Que nem na festa das mães, vieram todas as mães, os meninos apresentaram, foi lindo, um trabalho muito legal e nós percebemos que os pais estão muito entrosados e tanto é que tudo o que é discutido aqui, conselho de pais, eles estão sempre participando, sempre abertos para o que você precisar. Sinto diferença, porque aqui eu sinto que estou fazendo algo, tudo que eu faço, seja num afeto, seja no aprendizado, dentro da sala de aula, já é uma conquista grande, no comportamento, até na parte higiênica para lhe falar a verdade. Tudo isso é uma conquista, o que eu consigo cada dia é assim muito valorizado, parece que eu vejo uma mudança no que eu faço, agora já no particular, você chega e já está tudo certinho. Você tem o apostilado e o caderno. Problema sempre tem , às vezes de comportamento em sala de aula, mas é coisa que em qualquer lugar tem, mas aqui você vê o que está construindo, aos poucos, é igual um alicerce que você vai construindo, aos poucos, pondo um tijolinho a cada dia e você vai vendo que desde o primeiro dia que estou aqui, até hoje, eu consegui muita coisa e isso pra mim é gratificante. É isso que me gratifica, por exemplo, eu leciono há quatorze anos e esse ano eu estou vendo o valor da minha profissão, porque eu vejo que o que eu faço e a diferença que faz.

Quando eu cheguei, eles eram muito agressivos e eu adoro desafios e quando eu cheguei eu pensei eu preciso mudar isso e eu comecei a trazer as crianças mais para o meu lado. O que eu fiz eles não sabiam jogar uma dama, um dominó, jogo de palito. Eu comecei a trazer jogos para a minha sala e isso os estimulou a respeitarem. Eles começaram a jogar comigo, eles não sabiam jogar, aí eu trouxe e comecei a fazer assim, eu dou aula e aí tem o tempo de jogos. Aí eu vi que com isso eles começaram a respeitar o outro, tinha que esperar a vez do outro para jogar, começou a respeitar o eu dele mesmo, a aprender a perder, que um dia pode ser dele e o próximo de outro e em que respeitar isso, um dia eu ganho e outro dia eu não ganho. Eu montei uma caixa de brinquedos, até massinha eu trouxe para minha sala, é quarto ano, mas eu trouxe, porque eles não tinham contato com isso. Montei um canto de leitura, aí eu vi que essas coisas foram modificando e minhas aulas são assim, tudo que eu dou, eu trabalho no concreto, por exemplo eu trabalhei lixo reciclado, aí eu montei um lixinho para cada um com todas as cores e eles sabiam o que tinha que colocar dentro de cada um e aí cada um tem o seu e agora nós vamos fazer um grande. Eles vão pintar vamos fazer um para a escola.

Aí eu trabalhei água, aí lutamos e conseguimos leva-los eles para a Sabesp. Eu mandei preparar um material para eles, primeiro eu ensinei na sala de aula, depois levei para lá. Então tudo que eu faço, como o aniversário de Restinga, eu já montei uma maquete do aniversário de Restinga com eles. Vamos ver o que tem na sua cidade e do índio, eu montei uma maquete com eles e memorizaram as matérias com essa maquete. Eles iam brincando e falando olha a gente está caçando, a aqui a oca do índio como que é então fomos montando junto e aí eu vi que eles gravam mais com o concreto. Eles foram aprender aresta agora, porque eu montei com palitos e aí cada vértice era a bolinha de biscoito e eles gravaram e não esquecem mais. Então tudo primeiro eu dou na prática, para depois colocar no papel e isso tem ajudado a eles e como tem facilitado esse aprendizado, eu vi que eles têm mais estímulo e estão prestando mais atenção.

Tinha criança que não tinha mochila e estojo, eu trouxe e isso incentiva, porque tem criança que chega e o pai comprou o material, mas tem criança que o pai não está, até hoje nem aí para o material. Às vezes até tem um pouquinho de condição, mas não está nem aí, porque está aqui o governo tem que dar, eles acham que tudo o governo, tem que dar e aí o que acontece, eu os incentivo a capricharem no caderno. Eu comecei a dar estrela, eu tenho criança que não fazia nada, agora faz tudo. Um dos alunos que era mais agressivo, agora é nota dez na sala, então são progressos muito grandes que eu tenho conseguido e eu acho muito valoroso. Tem escolas que tenho amigas que dão aula

e eu vejo que os alunos daqui são melhores que os de lá, de escola do estado, tem escola lá que está muito difícil, eu vejo professora sofrendo mesmo, entendeu. E eu acho que não é a maneira do profissional, você chega numa sala você planeja o que você quer dar e você tem um objetivo e você consegue tem que ter força de vontade. Olha como agora na nova pedagogia a gente tem mais sensibilidade nas propostas pedagógicas podemos mudar isso, que nem aqui, por exemplo em Restinga, eles estavam trabalhando planetas e eu não dei planetas aqui.

Porque aqui começou a aparecer cobras, aranha, então eu parti da realidade deles, eu só parto da realidade, eu acho que todo lugar para dar certo, você tem que partir da realidade deles. Você não vai deixar de dar conteúdo, igual aqui eu vou ensinar planetas, mas não agora, eu tenho que inserir aos poucos, porque primeiro eu vou trabalhar a realidade e depois você trabalha os outros contextos e aí fica melhor. Temos filmes, fazemos passeios, nós vamos na Colifran, então tudo tem que mostrar e tem que levar para poderem ter acesso. Eles querem saber tudo, quando eu falei que Pedro Alvares Cabral tinha vindo para cá por acidente, eles queriam morrer, ele era um péssimo navegador, ele ia para as Índias e veio parar no Brasil. Eles falaram que ele foi um intrometido e que os índios já estavam aqui, então ele não descobriu nada os índios já eram donos daqui. Tem diferença sim, eles gostam muito, principalmente de História e eles sabem dos direitos deles e eles perguntam mesmo, não deixam nada para trás.

#### **Carolina (Professora do 5º ano, da EMEIF Leonnor)**

Nós começamos a três, quatro meses. Eu tenho graduação, fiz Ciências Biológicas, então eu trabalhava de quinta até o Ensino Médio. Antes trabalhei com Fundamental, só que eu dei um tempo, fiz faculdade. Fiz biologia, agora eu dei uma desanimada com o Ensino Médio e voltei para o Fundamental. Com Ensino Integral eu não tinha experiência, é o primeiro ano. Acho assim, que é bem válido. Acredito que tem muita coisa que a gente tem tempo a mais que na escola normal de fazer.

Eu estava até comentando com as meninas lá da outra escola da Casemiro. Elas dizem nossa mas a “nossa, mas a nossa aula aula não rende”. Então tem coisa que elas têm vontade de fazer mas não fazem, devido ao tempo e nós, por ter um tempinho maior à tarde podemos fazer uma coisa a mais, acaba rendendo até. Olha eu acredito que o tempo está sendo bem aproveitado, sim. Agora tem Educação Física, tem Educart, tem outros projetos como informática e em questão se não tem alguma coisa,

complementamos com o nosso, um projeto de leitura, um projeto que é inserido, então vamos aproveitando com isso.

Passo. Combinei de uma vez por semana estar passando tarefa. Então hoje é dia de tarefa e aí pode entregar até a outra quinta. Por eles estarem no integral, não tem muito tempo, por que eles chegam em casa já é hora de jantar, tomar um banho e descansar para amanhã de manhã. Então eu costumo assim, nessas horas, assim que me resta igual eles não terminaram a matemática antes do almoço eles vão terminar agora, então a gente complementa sim, eu faço a distribuição do tempo assim.

Tem dificuldade, tem muitos pais que não sabem ler. Eu já faço igual assim meu trabalho que eu estou fazendo de exposição começamos num horário e terminamos depois do almoço. Então depois do almoço, dividimos o tempo assim, eles têm uma aula de Educação Física, depois eles voltam a ter aula comigo, finalizamos a atividade que ficou faltando. Depois mais uma hora, cinquenta minutos é um filme, é uma brincadeira livre, uma recreação e aí já encerra o conteúdo. Então eu aproveito muito bem esse tempo. Eu divido o tempo assim, o que não dá tempo de fazer de manhã jogamos para tarde, principalmente artes que eles gostam muito.

Todo lugar que vamos tem os meninos que tem problema de comportamento e isso tem em todo lado. Eu não senti muita diferença não, porque todo lugar tem. Às vezes nos esbarramos em um que se destaca mais, que o problema é maior. O que eu não notei muitas vezes é que é crítico, mas só querem direitos e não querem deveres. Então o que eu senti muita rejeição foi questão de regras, mas estou conseguindo muito com eles. Hora para isso, respeito, então o que eu senti dificuldade foi com relação a limites que eles não têm.

Gostam de História, Ciências, porque está tudo interligado realmente com o social, com a sociedade, a parte prática deles, o dia a dia.

Na minha sala eu não tive problema nenhum com pais, tudo que eu me propus a fazer, eles me apoiaram, achei que são presentes. Tem aqueles que não são mas também não ficam palpitando se estava certo, porque que fez, porque que não, mas a maioria são e gostam do que estamos trabalhando e eles falam não, é isso mesmo, você está certa, pode cobrar, pode falar, pode me chamar.

Entendo que o contexto é diferente, mas também não podemos deixar de inserir o outro lado. Entendo sim que é bem diferente trabalhamos muita coisa da realidade, mas também não podemos deixar, porque logo que eles estão aqui, mas eles tem uma vida muito ativa na cidade, eles tem carro, logo que eles estão aqui, eles estão na cidade,



então eles tem os dois lados, não é mais aquele tempo, que ia uma vez no ano na cidade, uma vez por mês, então tem vez que eles saem daqui e já vão para cidade. Eles têm contato com aquele trânsito caótico, eles tem contato com aquele fluxo grande de veículos, então a maioria da minha turma tem isso. Até tem uma menina da minha turma que faz música, de segunda ela fica até a uma hora, depois o pai busca e a leva para fazer aula de música em Franca. Então eles têm os dois lados, eles viram a página. Eu acho sim que tem que falar, eles contam que vão no restaurante almoçar, que vão na lanchonete comer um lanche, então eles têm o outro lado. Então eu acho importante falar dos dois. Aqui eu acho que é o habitat deles, mas eles tem outro convívio. E hoje o projeto de educação fala que temos que preparar o aluno para cidadania e para o exercício da cidadania e do trabalho. Eu acho que tem que ser seguido isso mesmo no projeto deles, projeto de vida.

Pretendo continuar, se der tudo certo o ano que vem. Apesar de ficar muito tempo longe das minhas filhas, eu acho que o ano que vem eu ainda fico. Então, é na vantagem de você ter uma seqüência, um começo, meio e fim e muitas vezes, como está havendo muita mudança na área da educação eu acho que não vale a pena porque tem professor, não era efetivo no Estado, mas de muitos pontos e que esse ano não conseguiu aula. Então, por esse lado, com certeza eu ia trabalhar meio período na cidade, eu não ia conseguir mais nada, por provas que ocorreram no fim do ano. Então com aquilo, classificou o professor lá embaixo, mesmos com pontos ele não tem uma boa qualificação, então muitos desses não pegaram nada. Então, se for pensar por esse lado tem dado certo, tem valido a pena.

**Benedita (Mãe de uma aluna do 3º ano, da escola Leonnor. Mora no assentamento há um ano e meio. Antes morava na cidade de Franca).**

Para mim não teve nenhuma diferença. Para mim eu acho assim, que ela adaptou melhor aqui do que lá, sabe assim, ela deu um pouquinho de trabalho, ela fez trabalho com psicólogo lá já, mas aqui foi melhor, ela teve mais amor da diretora, das professoras. Ela gosta demais das professoras, qualquer coisinha ela sente falta da mãe, então ela abraça professora. Então vir para cá fez muito bem a ela, a amizade com as pessoas, então está sendo muito bom.

Sobre a escola eu ao tenho o que reclamar, sobre o tempo integral, igual tem muitas mães reclamando, começaram a falar que o tempo é muito para as crianças, mas

eu não acho não, porque eles tem muitas atividades aqui, mais do que tinha em Franca. Então eu não tenho do que reclamar não.

Eu só cuido da casa mesmo, ajudo muito pouco, porque eu tenho problema de saúde então eu não posso. Eu e meu marido, mexemos com plantação, gado, galinha e porco. Já trabalhava com isso, sempre moramos na roça, sítio.

**Josiane (Aluna do 4º ano. Tem dez anos de idade. Sempre estudou nessa escola.).**

Antes era mais ruim, porque não aprendia quase nada, ficava só um pouquinho. Eu gosto de agora porque ficamos mais tempo, mais um período e que estudamos mais. Gosto das atividades. Gosto mais de Educação Física.

**João (Aluno, do quarto ano. Tem nove anos de idade. Sempre estudou nessa escola).**

Antes não ficávamos cedo e cedo é melhor para ficar aqui. Agora ficamos mais na escola e é melhor para aprender. Eu gosto mais de Artes. Gosto mais de desenhar.

**Joaquim (Assentado, quarenta e quatro anos de idade).**

Eu já morava aqui, fui nascido e criado aqui. Tenho quarenta e quatro anos, nasci na fazenda. Aí chegaram aqui faz doze anos, a escola estava abandonada, era só mato. Aí começou meio período e depois começou o período integral e para as crianças foi bom, porque elas têm o que fazer, porque fora da escola aqui não têm nada para fazer, lazer, diversão para as crianças não tem. Então a única coisa que elas tem é a escola, eu acho que para as crianças foi a melhor coisa que teve no assentamento até hoje.

Aqui era da Fepasa. Nós éramos funcionários da Fepasa, aí privatizou a Fepasa. Quando eles chegaram aqui eu era funcionário da Fepasa, aí foi privatizado, aí eles ocuparam aqui e conseguiram o assentamento, aí por direito que nós tínhamos porque éramos funcionário se quisesse ficar, ficava e aí nós éramos em nove e somente eu permaneci e os outros saíram todos. E agora parece que está tomando um rumo, mas estava meio perdido o assentamento, porque quando veio financiamento, então tinha eucalipto e não tinha terra para plantar, então um comprou carro velho, foram gastando o dinheiro sem saber aproveitar. Então estão correndo atrás pra ver se recuperam o tempo perdido.

Quando ocupou era um só. Quem chegou foi o Sindicato dos Sapateiros e um Sindicato de Barretos, depois veio o MST e aí teve um racha entre eles, aí surgiu esse novo que é o MLST. Aí repartiu a agrovila, a parte de baixo ficou para o MLST e a parte de cima para o MST, que não foi bom para o assentamento, só prejudicou o assentamento. Melhoraria mesmo não teve nenhuma, porque o racha mesmo é entre os líderes, entre os assentados, a população não tem nada disso, se você perguntar aí quem é MST e MLST ninguém vai te falar nem que é um nem que é outro, só que tem as duas organizações e o Estado só escuta eles. Se não tiver organização o Sindicato não escuta, mas até hoje não trouxe benefício nenhum esse racha, só piorou, porque lá em cima eles tem uma visão, aqui em baixo eles tem outra e aí fica aquele jogo de poder entre um e outro e acaba não levando a lugar nenhum. O MLST é novo aqui, era o MST, só repartiram a agrovila, então as famílias que eram MST preferiram ir lá para cima, só que foram porque o lote já era lá em cima mesmo, não porque o movimento era lá em cima.

Para as famílias não tem esses dois movimentos, eles não se intrometem nessas coisas de movimento não. Agora eles estão mexendo mais com hortaliças, feijão, eucalipto, café, conforme pode, a pessoa planta. Aí tem a queima do carvão que ajuda a manter, só a agricultura não mantém não, se for só ficar na agricultura não tem jeito de manter não. Agora que tem esse projeto da horta que está ajudando no salário, mas antes nem isso tinha, era mais o carvão mesmo que sustentava o assentamento e continua sendo a renda mais forte.

Ficou defasado, ninguém confia. Tem o Itesp então os moradores vão direto procurar o Itesp, que é o Estado. É errado mas eles preferem ir direto no Estado do que esperar o movimento. Antigamente quando eles chegaram aqui tinha de quinze em quinze dias uma reunião dos líderes, aí saía para São Paulo, Brasília, chegava e passava os informes. Mas hoje não existe mais. Se hoje você perguntar para mim para que o MLST saiu daqui para fazer reivindicação, eu não sei te falar. Se eles saem fica entre eles, aqui em baixo tem uns seis, oito que faz parte do movimento, mas as famílias não sabem nem que foi, nem que não foi e aí prefere ir direto no Estado, que não é bom mas, mau ou ruim eles preferem o Estado, não participam do movimento não.

Hoje no assentamento o que pode falar que andou foi a educação e a saúde. A educação ainda é melhor que a saúde, a saúde ainda deixa a desejar. Tem o posto de saúde, falta melhorar um pouco, não é tão ruim não, mas precisa mais umas mexidas. Antes tinha força, agora se você sair para reivindicar alguma coisa ninguém acompanha. Sai uma família aqui reclama ali, cada um reclama o que acontece com ele, com vizinho

ninguém quer saber o que acontece não. Não tem mais esse negócio de formar um grupo como tinha antes. Aqui na escola tem um grupo de pais que compõem a escola, então aqui é diferente. Tem o grupo de pais que faz reunião, acho que duas vezes no mês, mas é só também. A única coisa que anda aqui é a educação.

O Estado veio e cortou os terrenos, acho que é dez por vinte e cinco, cada família na agrovila. Igual essa aqui mesmo, a maioria está no lote e preferiu ir para lá e abandonaram a agrovila, agora lá em cima eles tem um hectare de agrovila e o lote, aí eles moram na agrovila lá em cima.

### **Gilberto (Coordenador Nacional do MLST e assentado na fazenda Boa Sorte)**

O Movimento de Libertação dos Sem Terra teve início em 1992. Bom, o MLST antigamente era conhecido como ML, e ele deu início naquela região do Triângulo Mineiro onde tínhamos a maior concentração. Então tínhamos o Triângulo Mineiro, um grupo em Pernambuco, um grupo na Bahia e um grupo mais ou menos na região de Goiás, que tinha as mesmas idéias e discutia um pouco sobre o ML, mas nada ainda muito organizado, uma organização nacional. Em 1997 teve o primeiro Congresso Nacional do ML e aí esses grupos decidiram se tornar um movimento maior. O ML era o Movimento de Libertação, então era um movimento, mas não era aquele movimento nacional, eram movimentos regionais, o pessoal que dirigia em Minas Gerais, pessoal em Pernambuco, no Maranhão e outras lideranças. Então se conheciam e se discutia em torno do ML, mas nada como uma estrutura nacional como hoje. Em 1997 foi feito o primeiro congresso, com mais ou menos cinco mil pessoas, foi feito em Brasília, nos dias 21, 22 e 23 de agosto e aí desse congresso que foi constituído o Movimento de Libertação dos Sem Terra, passando de ML, para MLST. De 1997 para cá começamos a discutir nos estados, que hoje nós temos doze estados onde o movimento é organizado e de lá para cá começamos a discutir como seria feita as primeiras organizações, como que iríamos montar uma organização nacional dentro de doze estados. Então hoje o Movimento de Libertação dos Sem Terra, é antipartidário<sup>16</sup>, as pessoas falam, “a mais o pessoal do MLST muitos são direção do PT”, por exemplo Bruno Maranhão que é direção nacional do PT e outros dirigentes que acabam ficando mais próximos ao PT. Porque hoje o PT é um partido que representa os trabalhadores de uma forma geral,

---

<sup>16</sup> Entendo que o Gilberto quis se referir ao termo apartidário.

lógico que com um monte de coisas para se discutir no governo Lula, não se avançou em reforma agrária como queríamos, mas muitos desses dirigentes do MLST tem aí também a sua militância no partido e o movimento não questiona a participação desses companheiros. Dentro disso montamos uma estrutura nacional do MLST, composta pelo coletivo nacional, tem os coletivos regionais, os coletivos estaduais, depois o coletivo de assentamento e o coletivo de acampamento. Há um entendimento um pouco diferente talvez de algumas pessoas, que não entendem porque a coordenação regional é uma instância maior que a estadual. A estrutura do MLST é um pouco diferente do MST. A do MST é o estadual e depois o regional, a nossa é regional que é composta por estados. Por exemplo, aqui nós temos a região Sudeste e Centro- Oeste que é composta por São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná, para poder ficar mais fácil para uma reunião de emergência reunimos esses estados e denomina coordenação regional e depois da coordenação nacional. A instância maior é o congresso nacional que é feito de quatro em quatro anos. Agora nesse ano, em agosto ou setembro devemos ter nosso congresso nacional, que aí tira a nova direção e algumas diretrizes para os próximos três, quatro anos. Agora vamos ter reunião da coordenação nacional que acontece no próximo mês, para discutirmos também sobre campanha, sobre tudo isso. Hoje no Brasil nós temos mais ou menos noventa movimentos que lutam por reforma agrária. Desses noventa movimentos, tem quatro que basicamente tem uma estrutura nacional, que é o MLST, o MST, a Contag, tem a Fretaf, que são esses movimentos que articulam a nível nacional. Tem uma coisa interessante, mesmo tendo esses quatro movimentos a nível nacional, apenas dois deles que realmente representam os Sem Terra, de uma forma diferenciada. Por exemplo, a Contag ela é uma entidade formada por Sindicatos, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e a Fretaf também. O MLST e MST, que são dois movimentos que realmente lutam por reforma agrária. A Contag e a Fretaf são mais representantes dos Sindicatos, fazem as ocupações, organizam as ocupações, tem os grupos organizados, mas é muito restrito a essa parte da luta por reforma agrária.

Hoje o MLST ele tem uma visão de que no governo Lula não avançou na reforma agrária, que tinha uma meta de assentar uma média de quatrocentas e cinquenta famílias, em média duzentas famílias foram assentadas nacionalmente. A questão da luta, a questão das metas da reforma agrária, financiamentos, o nível de inadimplência tem sido muito alto. Tem aí nos assentamentos um índice de quarenta por cento, então há uma dificuldade muito grande em relação a isso. A luta por reforma agrária, por exemplo, eu também fui coordenação estadual do MST, comecei minha militância no

MST em 1993, minha primeira experiência eu tinha dezesseis anos. Então, foi uma coisa interessante a minha ida para o MST. Na época tinha uma reunião no centro comunitário da onde eu morava, que era na área urbana do município de Barretos, organizada por lideranças, dirigentes do MST. Nessa época tinham alguns dirigentes que estavam fazendo o trabalho de base, que começaram a discutir com o pessoal dos bairros, e meu pai gostava muito, meu pai veio da roça, sempre gostou de mexer com roça, cavalo, gado e aí ele começou a participar dessas reuniões. No primeiro momento fomos meio contra lá em casa, também tínhamos aquela visão, como a sociedade tem hoje, que o Sem Terra é baderneiro, aquele preconceito. Porque você que está de fora não entende como que é essa estrutura e no primeiro momento fica com medo, com receio e até preconceito mesmo de ingressar na luta. E aí meu pai foi para luta e aí as crianças, que nem eram mais crianças, um com dezesseis, outro com quatorze e outro com quinze decidimos ficar em casa e não participar. Um belo dia eu fui numa atividade no bairro, que me chamaram para conhecer como funcionava e eu sempre mexi com rádio e aí o movimento tinha um projeto de rádios comunitárias nos assentamentos e eu fui pego por aí e assim eu comecei a me interessar por essa questão da comunicação e dali que eu fui vendo mesmo o objetivo e as coisas sobre o MST. Que na época no primeiro momento, você pega de uma forma geral, os princípios, os conceitos, a luta do MST, na teoria ela é muito bonita, quando eu entrei eu tive que passar por uma formação. Uma coisa que eu acho importante no MST e que os outros movimentos precisam fazer também, tem algumas experiências do MST que o MLST levar adiante, é importante. Mas temos visto algumas coisas. Por exemplo, a formação do MST é muito legal, muito boa, a parte teórica você consegue fazer uma boa formação. E aí o quadro da militância, por exemplo, a direção estadual do MST em cada estado, eles conseguem observar esses militantes que tem interesse em continuar a luta, na coordenação regional, na coordenação nacional, e dão vários cursos. Você aprende a dirigir, faz curso de línguas. São cursos muito interessantes de participar, mas não são todos que tem esse privilégio, é só para quem se interessa e se destaca. A maioria é formada nos acampamentos e assentamentos. Então tem umas diferenças de formação, tem a formação que é para quadros e dirigentes e aquela para assentamento. Um dos motivos que me levaram a sair do MST, eu era direção estadual na região em Barretos, em 1997 tivemos a marcha a Brasília, que foram sessenta dias de caminhada e foi uma coisa muito interessante, nós conseguimos colocar em Brasília umas cem mil pessoas, nessa época eu fazia parte da coordenação tínhamos um grupo que fazia debates nas

escolas, nas Faculdades, então era um grupo que ia na frente para fazer esses debates. aí Eu tive oportunidade de participar de algumas reuniões da coordenação nacional do MST, e o pessoal falava algumas coisas que eu não concordo, com relação ao MST, às vezes uma palavra vale mais que mil gestos. Tinha um pessoal da direção que falava, “com o povo na rua dinheiro ajuda”, “assentamento com mais de dois anos não trás recurso para ninguém” e na época eu tinha familiares que eram acampados e tínhamos oportunidade de fazer assentamento com seis meses e tínhamos que esperar dois, três anos para realmente fazer o assentamento, por orientação do próprio movimento. Ou seja, era um sofrimento desnecessário dos acampados, fora outras coisas como perseguição política. Cada integrante que vai para o assentamento tem uma cultura, uma idéia e tem que ser respeitado, cada um tem o livre arbítrio de escolher.

Então nesse período de 1997 saiu do MST um grupo muito grande aqui da região. Saiu um militante que era diretor do Sindicato dos Sapateiros e na época nós começamos a discutir uma ocupação na região de Franca, região industrial, que tem grandes fábricas de sapato e procuramos vir para cá na época, na região de Franca e Ribeirão Preto. Tínhamos um apoio muito grande do Sindicato dos correios que sempre acompanhou a luta. Tínhamos um grupo muito grande aqui em Ribeirão Preto, pessoal do Sindicato, pessoal do PT, o Sinsprev sempre foi nosso parceiro na luta. Com relação a apoio político tivemos um apoio muito grande, e aí nessa época fizemos a ocupação da Boa Sorte que foi no ano de 1998, no dia primeiro e foi muito interessante. Reunimos todo mundo no Sindicato dos Sapateiros e falamos, “olha essa vai ser a virada na vida dos trabalhadores, nós vamos passar o ano novo com vida nova” e realmente foi isso, nós fizemos à ocupação meia noite e meia. Uma coisa interessante, na época o governador do estado era o Mário Covas e nós tivemos vários problemas com ele e sempre colocávamos para as famílias o seguinte, que a criança ia nascer antes dos nove meses, falava que o assentamento ia sair antes de nove meses e realmente saiu, com oito meses e meio conseguimos fazer o assentamento na fazenda Boa Sorte, hoje com cento e cinquenta e seis famílias, cento e uma famílias são ligadas ao MLST e uma parte ligada ao MST, no assentamento, na agrovila dois, tem lá umas dez, quinze pessoas que são individuais. Então hoje temos um grupo, a partir do grupo de Franca conseguimos fazer os contatos e aí já ocupamos e formamos também o assentamento Santo Dias da Silva que hoje é um assentamento definitivo, que é um outro procedimento de assentamento. Porque hoje temos lotes na fazenda Boa Sorte com quinze hectares, no Santo Dias você tem um hectare, só que são projetos diferentes. O projeto no Boa Sorte

era para criação de gado, produção de grande escala, agora no Santo Dias, em Ribeirão Preto já foi feito um projeto de desenvolvimento sustentável e isso é o INCRA que determina. As primeiras discussões de como vai funcionar o acampamento e o assentamento é discutido com a coordenação e se chegou num determinador, que por ser numa cidade, está dentro da cidade, que só tem um muro que dividi assentamento e bairro. Então, dentro disso começamos a fazer outras discussões em relação a isso, como no Pontal do Paranapanema, temos assentamentos do MLST dentro de bairro e uma coisa importante que é um ponto central no MLST.

O MLST hoje é muito mais preocupado com a produção do assentamento, do que especificamente formar um monte de assentamento, somente para ficar fazendo o que chamamos de “favelas rurais”. O MLST hoje diferenciado de alguns anos atrás, que pensava que a luta tinha que avançar fazendo assentamento, ocupação, para fazer a coisa movimentar, então no governo Lula fazíamos o seguinte, íamos lá fazíamos um assentamento, fazia outro e na parte da produção mesmo, para mostrar os resultados dos assentamentos mesmo, não conseguíamos mostrar. Então o movimento hoje é muito mais sensível a essa questão da produção, com a preocupação de formar novos profissionais em outras áreas, médico, que o pessoal vá fazer Universidade. Hoje só do MLST temos mais ou menos vinte e oito pessoas, somente nesse ano, estudando em Cuba. Já o MST não, ele quer avançar na luta, porque você avançando na luta você tem mais visibilidade e não é a toa que é o maior movimento, mas porque tem essa visão de só fazer ocupações e o resultado principal para mostrar para a sociedade que dá resultado, você tem pequenos grupos dentro dos assentamentos, que avança na educação, que avança na cooperativa, mas pelo tamanho que é o movimento, o resultado é pequeno. Eu acho que dentro dessa visão precisamos rediscutir a questão da reforma agrária no país, o que realmente queremos com reforma agrária, onde realmente queremos chegar. É difícil você juntar todos os movimentos que lutam por reforma agrária para discutir isso, porque cada um tem a sua idéia, cada um tem o seu interesse, sua concepção, seus princípios e aí dentro dessa luta cada movimento luta para fazer o melhor. Eu acho que o MLST, nós precisamos avançar agora nessa questão da produção, que já temos tido alguns resultados, já estamos com algumas cooperativas funcionando, que está conseguindo dar uma nova visão para os assentamentos. Agora o governo lançou o programa que é da merenda escolar que obriga que o fornecimento de trinta por cento dos alimentos venha dos assentamentos e isso dá um salto de qualidade



para o pequeno produtor. Tem algumas falhas no governo Lula até tem, mas algumas coisas vieram realmente para somar, como esse projeto.

Há quatro, cinco anos atrás começamos a discutir sobre abrir uma unidade, montar um instrumento para os trabalhadores que possa fazer a comercialização, que possa criar interesse numa nova visão, novos valores, para essas famílias nos assentamentos. Uma coisa que achamos interessante era montar uma unidade de agregação para organizar a produção. A partir de várias reuniões conseguimos ter no papel a Empresa Agrícola Comunitária (EAC). Para muitos era uma visão diferente, alguns tinham receio por causa do nome ser empresa, mas na verdade é uma empresa dos trabalhadores. Hoje a agricultura, o assentado, por exemplo, o agricultor que ingressa na luta hoje, que vai com uma visão, a eu vou pegar meu lote, comprar minha vaquinha, vou construir minha casinha, construir meu galinheiro, então ele pensa muito no inho dele, só no mundinho dele e muitas vezes a luta como movimento, na parte organizativa, quando o assentado, quando ele passa de sem terra para pequeno agricultor, chamado de com terra, ele toma um susto muito grande, porque ele passa a gerir uma coisa que ele não está acostumado no dia a dia dele, as vezes você passa no assentamento e vê um agricultor que consegue ter uma renda familiar um pouquinho diferenciada do vizinho aqui do lado, porque tem uma visão maior de crescimento, as vezes você vê aquele que tem uma casinha melhor e aquele que ainda está no barraco de lona, talvez aquele agricultor pegou o recurso e não conseguiu mexer de uma forma objetiva, a maioria do pessoal ele vem para o acampamento, ou assentamento porque na cidade ele é excluído. Então você vê pessoas que ficam dois, três anos dentro de um barraco de lona e aquilo que ele tinha ele perde tudo, móveis, se tem geladeira ela fica parada porque aqui não tem energia, etc. Então o que ele pensa quando tem um recurso, nossa vamos comprar uma televisão nova, uma parabólica, aí vamos comprar um carrinho e isso não é o certo. Ele tem que ter isso, mas qual que é a visão, se ele pegar o recurso que ele tem que investir primeiro na agricultura para ele poder tirar da agricultura o recurso pra isso, se ele pegar esse recurso dentro de casa ele não vai conseguir fazer mais nada. Então são essas coisas que a EAC de um modo geral deve fazer, tem varias formas de intervir no assentamento, de organizar a produção, facilitar a formação, os cursos de formação, a proximidade com os jovens, então de uma forma geral ela consegue avançar. Então o papel é organizar a produção, porque o produtor hoje ele sai daqui e vai num supermercado por um pé de alface vai pagar sessenta centavos, agora dentro de uma organização, como a EAC, por exemplo, conseguimos

vender mil, dois mil porque tem aquela organização maior, a gente pega do João dez pés de alface, da Francisca quinze, então conseguimos tanto através da cooperativa, como da associação, da EAC, que na verdade estatutariamente ela é a mesma coisa que uma cooperativa, só que com visões diferentes. Quando começamos a discutir a EAC, cooperativa, como o MST já é um movimento com uma certa bagagem, trabalha muito com cooperativa, o pessoal tinha um certo medo de cooperativa, então falava em comercialização o pessoal já ficava com o pé atrás, porque já estão calejados e falavam que a cooperativa ia pegar o dinheiro deles. Então eles acreditavam que seria um instrumento que iria tirar o dinheiro deles, ia comprar o trator da cooperativa, como nós vemos algumas experiências. Nós começamos em cima disso discutir a EAC, e o pessoal por nós estarmos numa sociedade capitalista do nome empresa ele já tem o entendimento, porque ele sabe que a empresa é para se organizar e ter lucro, retorno, então eles já começaram a ter uma visão diferente, mas que na verdade tem o mesmo papel da cooperativa, mas que para a aceitação do agricultor é melhor usar essa denominação. Nós estamos engatinhando ainda com relação à EAC. No papel não temos ela, mas nos primeiros atos já temos em alguns assentamentos que funciona, por exemplo, no assentamento Boa Sorte já tem ela a EAC não com esse nome, da sua forma estrutural, mas em algumas coisas ela funciona como a EAC, o agricultor entra com a produção, já manda para o fornecedor final, já começa a cooperar. A associação hoje, que a Associação Nacional de Apoio a Reforma Agrária (ANPRA), no estado de São Paulo ela já faz o papel da EAC, ela é do MLST. A nível nacional temos duas NARA e ANPRA. Então pretendemos formar profissionais de áreas diferenciadas que sejam assentados e que possam trabalhar na EAC prestando assistência técnica trazendo assim uma visão diferente para empresa ao contrário de um técnico que vem de fora e a gente não quer que ele coloque a mesma metodologia que usa no agronegócio, é difícil fazer mas a gente está conseguindo aos poucos. Como formar uma nova sociedade, socialista, sem fazer isso, tem que começar. No primeiro momento tem que contratar pessoas de fora e depois quando nós conseguirmos formar os filhos dos assentados aí ele que vai gerir. A EAC tem que estar na mão dos trabalhadores.

No processo de acampamento para assentamento se você não fizer uma boa formação, ali na base mesmo você não consegue organizar as pessoas mais quando se forma o assentamento. E isso é uma dificuldade de todos os movimentos em geral. E isso é um ponto fundamental que não conseguimos avançar e não conseguimos ainda criar uma alternativa para isso, porque ele tende a ser individualista. E aí você tem

peças que vieram de diversas regiões do país e cada região tem uma tradição, uma visão diferente e quando você une todo esse povo fica bem difícil e aí eu digo, dentro das dificuldades o pessoal se une. A acampamento é uma experiência muito interessante, com todas as suas dificuldades, já no assentamento a mobilização é mais difícil, para as pautas mais gerais educação, saneamento básico, energia é de uma facilidade imensa você trazer o pessoal para trabalhar, brigar, agora quando é para curso de formação, coisas que para o agricultor na cabeça dele não é muito interessante você não consegue trazer e isso é uma dificuldade de todos os movimentos. Temos assentamento no estado de São Paulo com mais de vinte anos e que passou por toda uma história de conquista, então tem assentamentos antigos que foram ocupados pelo MLST e hoje você vai lá o MLST não está mais lá, porque tem um desgaste muito grande. Agora aquele grupo que é forte que fez formação direitinho na base, desde o início, que começou discutir a EAC ou a cooperativa desde o trabalho de base nos bairros que ele veio já sabendo que ia acontecer aquilo, a forma de organização, já é uma forma mais tranquila, mas se levar tudo no oba, oba, só na agitação, com certeza terá problemas. Um exemplo disso é a fazenda da Barra que existe cinco grupos, com várias formas de organização. Várias pessoas que eram do MLST foram para outros grupos e você pode perguntar se tem perseguição política. Nós acreditamos que cada um tem seu livre arbítrio, se não está bom no MLST, tem que ficar aonde se sente bem.

Temos um coletivo de formação política, que é um coletivo nacional e dentro dos estados ele tem vários coletivos, dentro disso tudo passa pela educação, pelo setor da educação, se tem a parte prática, curso de especialização, curso que é usado no dia a dia do produtor. Uma coisa que é importante, no assentamento dificilmente você consegue dar um curso de formação política, já no acampamento você consegue, porque discute o porquê da luta, como se organiza a sociedade, o que é o êxodo rural. Porque acontece isso, porque tudo passa pela sua necessidade e a partir disso tentamos discutir os cursos de formação, a partir da necessidade de cada assentamento. Na parte de organização nacional temos mais ou menos a mesma metodologia do MST, por exemplo, o pessoal que é responsável pela parte de formação política, temos curso de três em três meses e aí nesse tempo introduzimos em algum estado que o pessoal vai fazer a formação política. É uma visão de realmente militância no MLST. Então você tem cursos para formar esses militantes para que a luta continue. Então temos como objetivo colocar no nosso próximo congresso nacional umas vinte mil pessoas e que pelo menos dez mil sejam militantes do MLST.

Hoje a maioria dos militantes do MLST foi do MST, foram formados no MST ou foram do PT, mas o MLST não é uma dissidência do MST, é aquela coisa se não está bom para você e você decidi ir para outra organização tudo bem. O principal motivo da formação do movimento foi a existência de movimentos isolados que decidiram se unir formar um movimento nacional.

No estado de São Paulo nós temos assentamentos na região de Franca e do Pontal. A primeira ocupação do MLST foi em Colômbia na região de Franca.

Mas temos uma visão de que vamos conseguir avançar, mas para isso temos que repensar tudo o que fizemos até agora e aí depende dos outros movimentos também. Aonde queremos chegar, o que vamos mostrar para a sociedade de concreto, porque foram investidos milhões, até trilhões pelo governo federal, estadual, mas o que vamos mostrar de concreto.

Na verdade temos várias experiências no MLST, mas temos dificuldade de formular e mostrar pra sociedade os avanços, colocar para fora o movimento a gente tem dificuldade. Temos organizado um site, mas é inicial. Se conseguíssemos ter uma proximidade maior com a sociedade para o cara poder entender o movimento, a questão da reforma agrária.

**Solange (coordenadora nacional do MLST, assentada na fazenda Boa Sorte).**

Na época não era a Aparecida, era o Gilberto e a sua família, eles eram acampados na região de Colina e meu marido era diretor do Sindicato dos Sapateiros de Franca e costumávamos ir lá ajudar o pessoal, fazíamos arrecadação de alimento aqui e ir levar para os acampados de Colina, num domingo estávamos voltando para Franca tava eu, o Valdir, o Tiago e o Piauí e o Valdir falou assim, “gente Franca está um desemprego danado e isso foi em 1997, o que vocês acham de procurarmos uma área em Franca e fazermos uma ocupação”, nós concordamos e começamos a correr atrás das coisas. No dia seguinte, segunda-feira, o Valdir foi trabalhar teve reunião da coordenação do sindicato pegou conversou com o pessoal da diretoria e o pessoal falou que tudo bem que iam ver o que podia ser feito. Aí na segunda mesmo eles colocaram no jornal, na rádio que quem quisesse lutar por um pedaço de terra era para procurar o Sindicato do Sapateiros e fazer inscrição. O Piauí, barbeiro de lá, tinha um amigo que conhecia essa área do horto , aí falamos com ele e aí ele contou que tinha o horto Boa Sorte que eu conheço, está mais de trinta anos abandonado porque vocês não dão uma

ida lá. Aí o Valdir veio aqui numa das casas, para quem acompanha acampamento e assentamento sabe como é o esquema, perguntando se tinha área pra alugar, pasto para colocar gado, espaço pra plantar milho e tudo isso pra mapear a área, aí veio já viu a área tudo certinho, depois nós viemos mais umas três vezes sem ninguém ver, aí vimos o lugar onde tem a represa pra fazer o acampamento. Quando foi no final do ano, sempre fizemos reunião com quem tinha feito a inscrição, com queria vir, isso com sindicato e a CUT, porque não tínhamos noção de movimento nenhum, a não ser que a gente ia lá levar alimento para os pessoal acampado, quando chegou no final do ano o pessoal colocou a gente contra a parede, vocês vão levar a gente pra terra ou vocês vão falar onde é e a gente vai, aí nós falamos então vai. Aí juntou o Jorgino que hoje é do PSOL ele era da CUT na época e aí ele falou vamos fazer a ocupação seja no dia trinta até dia primeiro vamos fazer. Aí montamos uma equipe no Sindicato, cada um correu atrás de uma coisa, um vai atrás de lona, outro de alimentação, outro de panela, remédio, e o Jorgino ligando pra todos os Sindicatos ligados a CUT pedindo recurso para pagar caminhão, ônibus, comprar alimentação, lona tudo e aí resolvemos dia primeiro de janeiro, de 1998, às duas e meia da manhã nós estávamos dentro da fazenda, enquanto estava todo mundo comemorando o reveion estávamos aqui. Aí o pessoal do MST de Barretos, por nós estarmos lá sempre visitando eles, vieram e ajudaram, que na época era o João e o Gilberto, na época ele tava começando a integrar o MST fazendo alguns cursos de radialismo, aí veio e foram tudo embora depois e quem ficou o Gilberto. Ocupamos aqui com uma duzentas famílias na época, com o passar do tempo apareceu o Paraná que conhecia um pouco o MST, que ele fez parte do MST na época no Pontal do Paranapanema, depois chegou o Ismael e o Valdir que era direção do MST e foi aonde a gente começou a entender um pouco mais a questão do movimento e começamos a falar na época a questão do MST. Ficamos acampados de janeiro até quinze de março, no dia quinze tivemos uma reintegração de posse, enquanto isso teve várias negociações para estender o prazo, aí tivemos uma reintegração de posse porque o Betão ferrou com a gente na época. O Betão deu um documento pra gente falando que a estrada era municipal e deu outro pra polícia dizendo que era de servidão, aí a polícia veio com oitocentos homens, com aparato de helicóptero, ambulância e resgate. Aí daqui não tínhamos lugar para ir, porque a gente tinha um documento em mão e confiamos nesse documento, aí fomos para o Clube Sindicato dos Sapateiros de Franca, porque não tinha outro lugar para ir, de lá fomos para o horto em Batatais, de Batatais ia ter reintegração de posse e aí fomos para um área em Tirapuã foi ter reintegração de

posse de novo, aí nós viemos para o município de Restinga mesmo numa fazenda pequeninha chamada Gigante aonde a gente conseguiu negociar com o advogado do proprietário que não queríamos a área, que só estávamos esperando a área aqui sair. Quando foi no dia três de setembro de 1998 tivemos uma reunião na época em São Paulo, que o governador era o Mário Covas, mas ele estava afastado e o Alckimin estava substituindo ele, com todos os outros hortos do estado de São Paulo aonde destinou todos os hortos pra reforma agrária. Quando foi dia dez de setembro voltamos definitivo, quando foi em outubro o Itesp já veio assumiu o horto e já fez direto o assentamento, então estamos aqui desde 1998, apesar dessas andanças comemoramos o assentamento dia primeiro de janeiro de 1998, que foi quando começamos toda essa luta aqui. Aí começaram as lutas de fato de assentados. Era um horto cheio de eucalipto e aonde brigávamos para tirar a madeira, para limpar a área pra plantar, depois começamos a discutir a questão da moradia mesmo. Tínhamos um coletivo grande que todo mundo sabia, mas não sabia o que era de fato um movimento social, um dia sentados numa reunião, uma pessoa pegou o outro e falou um monte de besteira, eles pegaram o Piauí a traição enfiaram uma faca nele, diz que mandados por pessoas da coordenação na época e o Piauí quase morreu e agente se revoltou com a situação, como que companheiros mandam fazer isso com companheiros, então não são companheiros. Aí ficamos sabendo do MLST, um amigo nosso de Franca o Airton de Franca conhecia várias pessoas do MLST que na época tava na região de Uberlândia. Eu tive vontade de ir conhecer o movimento, aí saiu daqui eu o Mário, o Guilherme e o Airton conhecer o MLST e aí ficamos conhecendo o pessoal da coordenação e pedimos para que eles viessem até o assentamento. Porque quando aconteceu isso com o Piauí, no outro dia fizemos uma assembléia e falamos para o pessoal “é o seguinte nós estamos fora do MST e quem quiser ficar com a gente que nos acompanhe , tal dia e horário nós temos uma reunião”. Já na primeira reunião estava com quarenta e oito famílias, que hoje são cento e uma famílias. Aí nós fomos conhecer o pessoal em Uberlândia, eles vieram até aqui, fizeram vários cursos, porque aí a gente quis saber de fato o que era um movimento, para não acontecer a mesma coisa que aconteceu com o MST. Aí começamos a fazer parte da coordenação desse movimento, MLST e estamos até hoje, discutindo o movimento. E hoje a gente fica muito feliz, por exemplo, não esse final de semana, mas o outro eu estava em São Paulo discutindo reforma agrária dentro do PT, porque o PT discutia a questão agrária mas só no estado de São Paulo e não a nível nacional e agora montamos uma secretaria agrária nacional, porque agora a discussão

dentro do partido vai realmente aparecer porque tem pessoas envolvidas dentro dos movimentos e que está dentro da secretaria agrária, são vários movimentos que fazem parte e nós do MLST temos cinco pessoas dentro dessa secretaria agrária nacional.

Voltando a questão da escola, como começamos com a escola. A Aparecida já tinha feito curso, na época ela ainda não era pedagoga, ela tinha feito magistério, aí ela começou a discussão dentro da prefeitura de que crianças daqui precisavam fazer reforço, mas era muito difícil levar as crianças para Restinga e aí começou a dar reforço na garagem da casa dela. Estavam estudando em Restinga, mas precisavam de reforço, pela questão de ficar acampando aqui e ali eles perderam alguns dias de aula e ficaram atrasados na escola. Aí ela começou a dar reforço na casa dela, enquanto isso a comunidade, aí isso coordenação do MLST e coordenação do MST começamos a brigar para ter a escola no assentamento, aí a gente conseguiu projetos com o Itesp para conseguir materiais para a reforma da escola e a prefeitura entrou com a mão de obra. A discussão do projeto que hoje existe na escola, de período integral é uma discussão dos movimentos sociais, que todos os assentamentos que tem escola boa parte tem o projeto de período integral, só que quando a gente discutiu o projeto de período integral e a escola para dentro do assentamento, a gente discutia a escola, para ser uma escola rural, só que o prefeito de Restinga e a Secretaria de Educação de Restinga nunca tiveram interesse, já trouxemos pessoas, diretores de escola, de Araraquara, de Matão, pra sentar com a Dona Mariana que na época era ela diretora, com o Jorge que era secretário de educação de Restinga não resolveu nada, porque eles não tem interesse. Porque que eles não tem interesse, e eu falo isso na cara deles, nós conseguimos uma biblioteca para a escola e ficou em Restinga, nós conseguimos no Incra uma brinquedoteca que também ficou em Restinga, então tudo que conseguimos via movimento social para escola vai pra Restinga e só vem o que sobra. Então é por isso a revolta da gente dentro do assentamento, com várias coisas que acontecem dentro dessa escola, porque essa escola era para estar mil vezes melhor do que está, mas para o resto a gente parou de pedir projeto para escola, pede projeto pra ficar em Restinga depois. Então, por isso que brigamos e luta até hoje é que desmembre a escola daqui, da escola de Restinga, porque enquanto não desmembrar não vamos conseguir nada, porque consegue no MEC, no Incra, no Itesp, vários órgãos e o projeto vem para dentro do assentamento só que vem ele vem via prefeitura e aí barra. Igual a Regina briga por uma biblioteca e uma brinquedoteca para escola, tem, nós já ganhamos, em nome da escola não vem mais porque já ganhamos isso, só que foi para Restinga. Então e isso prejudica

o crescimento da escola. Igual agora começou os projetos de período integral, só agora no meio do mês passado e nós brigamos desde o começo do mês. Porque que várias mães desanimam em deixar seu filho em período integral, porque o projeto que foi construído com a comunidade, foram as mães, foram os pais que opinaram não está sendo feito. Era um projeto pra trabalhar com as crianças um projeto de ciências, então vamos trabalhar lá fora, na terra, no campo. Um outro projeto, de História, por exemplo, vamos trabalhar as história do assentamento, para toda a criança saber o que aconteceu no assentamento e isso não existe. Vamos trabalhar com artesanato, não existe. Professora de teatro, nos primeiros anos veio, mas começou-se a pisar no vermelhão não vem mais. Capoeira, eu conversei com o moço que dava capoeira ele disse que queriam fazer ele de gato e sapato pra ganhar duzentos reais por mês, o cara tem família, três filhos pra criar e falou “Solange não tem jeito de eu ir eu tenho que tratar da minha família“, sendo que tem gente lá em Restinga que ganha uma absurdo para não fazer nada. Aí vai desmontando, todos os projetos que discutimos, foi desmontando. A discussão para montar uma horta para as crianças cuidarem da horta, as crianças entre aspas porque os pais na época foram os pais, para que as crianças cuidassem da horta e começassem a trabalhar para que elas começassem a entender, mas parou. Então tudo que é projeto eles vão lá e cortam. Falta de interesse de quem ta na direção da escola e na direção da prefeitura isso é real. É a única coisa. Porque quando falamos vamos fazer isso na escola, o Betão fala não, não vou fazer. O Betão não apareceu nessa escola nenhuma vez nesse ano pra reunir com os pais. O Betão é como se diz, o coronel de Restinga, ele ficou dezesseis anos dentro da prefeitura e aí no mandato passado ele tava fora e era o Arnaldo que ainda fez alguma coisa pela escola, porque quer queira quer não ele pelo menos atendia os pais, ele ouvia e o que dava pra fazer ele fazia e o que não dava ele falava na cara. E o Betão está agora de novo. Enquanto tiver o bendito do Betão lá, essa escola não vai para frente, portanto várias famílias, mães já vieram me procurar pra fechar essa escola e levar as crianças pra Restinga. A má vontade que a prefeitura tem com aquela escola não adianta continuar do jeito que está. Inclusive já tem pais que estão levando seus filhos pra Restinga, que poderiam estar estudando aqui, porque está complicado a questão daquela escola.

Hoje aqui no assentamento é completamente daquilo que acontece em Ribeirão Preto, aqui nós somos amigos, de irmos para casa um do outro. Por exemplo, hoje estamos discutindo a questão da merenda escolar, a ANPRA, associação nossa, está discutindo a merenda escolar e aí o pessoal do MST está incluído no projeto, que a



única associação que vai trabalhar a merenda escolar. São cinco associações que trabalham com PAA, mas merenda escolar só a ANPRA vai trabalhar, aí foi aberto para o assentamento todo. Tem festa lá em cima nós vamos, tem festa aqui eles vem. Quando aconteceu aquele problema com o Piauí e que nós nos revoltamos e fomos para o MLST, foi por causa da Kate e do Leonardo que é o problema de Ribeirão Preto só que aqui eles não conseguiram fazer o que eles fazem lá, na idéia deles eles queriam fazer a mesma coisa. Aqui eles não conseguiram porque antes deles chegarem a gente já tinha um elo de amizade, então o pessoal da coordenação do MLST já conhecíamos, já tínhamos um elo de confiança. E hoje a Kate está afastada e agora temos uma inserção maior lá dentro com a Naira que já ta tentando mudar essa situação em Ribeirão. Aqui cada um tem sua ideologia política de seu movimento, mas quando precisa de reivindicação para o assentamento e para a comunidade os dois movimentos estão juntos. Aqui todo mundo se identifica mais como agrovila um, agrovila dois. O ano passado mesmo tivemos vários cursos em Ribeirão e que várias pessoas foram para lá. Igual agora a gente tem esse curso amanhã em Restinga, inclusive o Nei que é do MST ficou de trazer gente até do assentamento de Orlândia, para você ver a união que nós temos aqui. Tem ato em Orlândia nós vamos, o Marcio já foi em vários atos lá. Fizeram uma ocupação agora dia dezesseis e dezessete de abril, que é o mês vermelho do MST, o Valério e meus meninos foram tudo na ocupação com eles. Então aqui nós temos essa liberdade, se nós precisamos de alguma coisa eles vão e se eles precisam nós vamos. Nacionalmente é a mesma coisa. Nacionalmente a questão do MST, do MLST e de outros movimentos principalmente na região nordeste, que a questão é mais forte, que nós do MLST estamos mais espalhados, norte e nordeste, junta todos os movimentos, ocupa uma área, por exemplo, a área é do MTL garante a ocupação e a hora que conquista a causa cada um vai para sua área. Aí tem uma área do MST junta todo mundo de novo e ajuda na ocupação, então o movimento é assim a nível nacional. Tivemos aquele episódio em Brasília e os advogados do MST que tão ajudando a gente até hoje com os processos. Agora qual é a diferença. Tem suas diferenças, a diferença entre o MST e o MLST e que nós não somos de fazer ocupação e deixar virar favela rural, assentou nós procuramos projetos para os assentados para a sobrevivência e não é abandonar aquelas famílias, então nós temos projeto para trabalhar e as famílias sobreviver do seu trabalho, sem dependência de ficar aí virando favela rural, e outra coisa temos o projeto de empresa Agrícola Comunitária, então é essa diferença. Na educação dos assentados nós trabalhamos com a idéia de escola rural, nós tínhamos um

outro um projeto para essa escola aqui. A questão da educação dentro do MLST é um projeto muito pequeno ainda, porque quem sempre pegou mais nessa questão dentro do movimento foi a Aparecida e o Mauricio. Os outros não têm muito conhecimento. Como a Aparecida é pedagoga e o Mauricio trabalhava dentro da prefeitura na parte de educação eram os que mais falava de um projeto de educação dentro do movimento, mas até hoje é muito fraca a discussão, orgânica mesmo dentro do movimento. Existem vários papéis com idéias, mas um projeto de fato ainda deixa muito a desejar no movimento. Agora o que começamos a discutir, e eu tive uma reunião em São Paulo da coordenação nacional no começo do mês, aonde tiramos que todos os estados tem que fazer o encontro estadual até começo de julho porque até a primeira quinzena de agosto nos vamos fazer o congresso nacional do movimento. Hoje temos muito o que aprimorar mas por ser um movimento novo e pela questão do método de trabalho com as famílias depois de assentadas, de cada um ter sua sobrevivência, trabalhar e tudo eu acho um projeto bom. Porque o MLST é o Movimento de Libertação dos Sem Terra e aí algumas pessoas que vem para o MLST com a mesma cabeça de quando tava no MST, de autoritarismo, de mandar acaba prejudicando o desenvolvimento do assentamento, que é um dos problemas que nós temos com o Jose e isso é um problema sério. Ele veio do MST com aquela cabeça e não desenvolveu, não percebeu que aqui é diferente. O MLST é um movimento onde as famílias tem o direito de falar o que elas pensam o que elas acham, se ta certo ou não você vai conversando com as pessoas até achar um denominador comum que fique bom para todos e não você impor se tem que ser assim e assado.

#### **Aparecida (coordenadora regional do MLST, ex-coordenadora escola Leonnor)**

Nós descobrimos que os meninos estavam tendo menos horas de aulas e aí nós precisávamos achar uma alternativa para que eles tivessem o mesmo número de aulas e não tivessem defasagem de conteúdo e começamos a pensar no assunto e pensa dela e pensa de cá. E por sua vez a merenda era feita em Restinga e vinha para cá através da cozinha piloto eles mandavam para cá a merenda naquele carrinho da cozinha piloto e várias vezes essa merenda chegou tipo duas horas, era para eles tomarem a merenda e chegava as três ou quatro horas da tarde, às vezes o motorista tinha outro compromisso com prefeitura e não vinha trazer a merenda. Tiveram vezes dos professores terem que

pegar o carro ir até o asfalto porque o carro quebrou, aí porque sempre vinha sopa, depois só vinha pão e suco. E nós percebemos que tinha alguns professores, porque só tinha duas salas era uma pré- escola com uns trinta alunos e uma primeira e segunda série tudo junto.

Em 2002 logo quando começou a escola e essa época eu dava aula pra adultos a noite e aí com essa situação os pais começaram a reclamar os assuntos começavam a fluir porque as crianças reclamavam em casa e nós passamos esse primeiro ano nessa situação e quando foi no segundo ano eu já fazia o curso de pedagogia e já comecei a entender um pouco mais da estrutura de como funcionava, das obrigações do município. Nesse segundo ano tinham três salas por que aí desmembrou, que antes era pré um e pré dois na mesma sala e primeira serie e segunda serie na mesma sala. Quando foi em 2003 os alunos que estavam no pré um foram pra primeira série e quem estava na segunda série que foi para terceira série foram pra Restinga, então ficou uma sala de pré porque nós já não diferenciávamos pré um pré dois, ficou uma sala de primeira e uma de segunda série e nós trabalhávamos com a tendência de sempre aumentar o número de salas.

Nessa época nós continuamos trabalhando no período da tarde e só, mas nós já sabíamos que os nossos alunos estavam com defasagem de aprendizado, pela quantidade de horas que eles estavam trabalhando, porque os professores saiam de Franca que eles davam aula lá e até chegar aqui chegavam num horário mais atrasado e até começar a aula até dispensar a aula, porque não podia dispensar depois das dezessete horas, porque o motorista do ônibus que trazia as crianças aqui também leva as crianças do período da tarde que chegam de Restinga e tem que estar no ponto as dezoito horas Então não tinha jeito de dar aula no período da manhã, eles teriam que entrar seis horas e trinta minutos ou sete horas e aí não tinha professor para dar aula nesse horário e se fosse para dar aula das treze horas às dezessete horas e trinta minutos não teria ninguém para leva-los embora.

E com o passar do tempo nós começamos a perceber também que na sala de pré escola essas crianças dormiam e tudo indicava que era fome, então debruçavam não tinham bom rendimento, principalmente na pré escola, nós tínhamos uns alunos muito magrinhos, então nós fizemos campanhas na escola demos remédio de verme para todos com a autorização dos pais, nós fizemos a campanha do piolho passamos veneno na cabeça de todo mundo, fizemos uma limpeza na escola. E como nós tínhamos esse problema da merenda nós tínhamos uma cozinha que era bem pequena nós começamos,

junto com os pais uma campanha para a ampliação e reforma da cozinha, para que a merenda fosse feita aqui na escola, para eles comerem comida de fato. Só que eles colocavam o seguinte, que não tinha necessidade de ter um refeitório numa escola que funciona meio período. Então nós começamos a pensar no projeto de tempo integral e nós fomos pra Araraquara, que eu já conhecia, e levei as professoras para conhecerem a escola de lá e conversamos só que lá não funciona tempo integral mas ela funciona das sete da manhã às onze da noite, e as refeições de lá as crianças comiam de garfo e faca e no prato de vidro. Porque não as nossas também e começamos uma campanha em prol da mudança junto com os pais. E aí teve um dia que os pais paralisaram a escola deixaram as crianças para o lado de fora fecharam a escola e entraram. Eu liguei para o prefeito e falei, olha as mães estão aqui e não vão deixar os professores dar aula hoje enquanto você não vir aqui e aí o prefeito falava “não Aparecida resolve isso para mim” e foi quando uma mãe pegou o telefone e falou “não a Aparecida não resolve nada aqui quem resolve é você, se você não descer aqui os professores não vão embora” e aí ele desceu mais que depressa, ele, a Silvia e a Dona Mariana abolindo a idéia que estava acontecendo. Aí ele chegou, na época era o Betão o prefeito, aí as mães fizeram a colocação nós queremos a escola, porque assim a escola não tinha nem mesa, eram mesas que a gente juntava de quatro em quatro para os meninos poderem comer, os meninos não sabiam comer, jogavam boa parte da comida no chão, então era assim muito difícil, então com o processo educacional que nós fizemos junto com os professores o Betão se comprometeu a fazer a cozinha. Só que até fazer a cozinha uma mãe, a Nair, arrumou um fogãozinho de duas bocas mandou lá para escola.

Depois de toda essa situação o João me chamou e aí nós compramos todas as panelas, em 2003 e aí compramos todas as coisas pra montagem da cozinha só que a reforma não saía. E aí era muito difícil fazer a comida ali e assim foi, então assim teve pais que doaram sacos de arroz pra gente fazer a merenda, o almoço, tinham pais que doavam verduras, só vinha carne mesmo de Franca, nós fizemos bazar na escola pra arrecadar dinheiro pra gente ter uma caixinha pra poder mandar limpar os sacos de arroz que chegavam, então chegou época que a gente tinha estoque de um saco de arroz por mês, nós tivemos esse estoque durante um ano, então era pai que mandava feijão e tudo que a gente pedia pra escola eles ajudavam, nós fizemos feijoada na escola e eles compravam, nós fizemos bazar eles compravam, bingo eles participavam, muita festa e arrecadamos dinheiro para a escola, inclusive a comissão de pais foi montada na época pra essas coisas, pra que a gente conseguisse angariar recursos para a escola. Aí nós

fizemos um ofício pedindo telefone, que aí foi a Ariane de Araraquara que nos orientou que tem escola rural, que é um serviço que tem que ter, então a telefônica tinha que vir instalar o telefone, aí o menino do Itesp me deu todas as coordenadas, nós fomos na prefeitura e brigamos lá uns quatro meses e discutimos e aí acabei eu mesma pedindo a linha telefônica em nome da prefeitura para instalar aqui, aí instalou aqui, tanto que é que o posto de saúde não tem telefone até hoje, a escola tem, tem até antena.

E aí recomeçamos a campanha pra construir o refeitório, só que a cozinha já tinha sido reformada, eles tinham fechado uma porta e aberto outra, só que assim aonde as crianças ficavam batia muito sol, então não tinha como servir refeição ali. Nós fizemos o seguinte, na época tinha muita madeireira aqui dentro porque foi na época do leilão do eucalipto, nós arrumamos uma oitenta árvore de eucalipto doadas pela madeireira, levamos para o serralheiro e mandamos fazer seis mesas de madeira e nós colocamos tudo lá na escola, não tinha mais espaço para molecada brincar no pátio em frente a secretaria, porque era tudo mesa e fizemos os bancos também, ele fez tudo muito bem acabado, lixado por causa das crianças. Aí o secretário de educação da época virou pra mim e falou assim, que as mesas de madeira eram antihigienicas,mas nós não tínhamos outra alternativas a não ser elas, então eram elas que nós iríamos usar. Mas assim, fazíamos reunião de pais pelo menos uma vez ao mês. A primeira comissão de pais foi por voto secreto, nós fizemos uma coisa bem democrática, montamos a chapa quem queria participar montou sua chapa participou, na época foram três chapas montadas, aí num sábado nós fizemos a eleição, fiz a apuração dos votos, eles foram eleitos, assumiram, fizemos toda aquela festa, com som, mostrando para os alunos quem eram os pais que tinham ganhado, inclusive tinha um aluno que fazia parte da chapa e assim foi.

Diante disso nós fomos cobrando as outras coisas do município, mais carteiras, mais armários, mais arquivos, inclusive tem três estantes na escola que são da Elaine e nem da escola são, ela emprestou e acabou ficando. O Itesp de Araraquara fez uma doação de livros pra gente, o Itesp de Bebedouro fez doação de livros e também o Centro Paulo Freire de São Paulo doou uma biblioteca inteira para nós, mas não são livros infantis, inclusive na minha época tinha gente da comunidade que precisa de livro e iam lá buscar e eu acredito que estejam lá ainda. Aí quando foi na eleição que o Arnaldo ganhou como prefeito, então de 2004 a 2008 foi o Arnaldo, quando foi em 2004 quando ele assumiu nós fomos lá e cobramos dele a ampliação do refeitório aí ele

pegou e fez o refeitório, reformou a cozinha inteirinha. Mandou colocar piso, azulejo, fez a bancada, a pia maior, porque antes lavávamos as panelas no tanque.

Então nessa época nós fizemos ele assumir esse compromisso e começamos a discutir com ele a escola de tempo integral e a dona Mariana junto, e nós mostramos pra ele por A mais B que a escola de tempo integral iria economizar para a prefeitura, aumentaria a qualidade de ensino e nós seríamos a primeira escola a nível de estado integral, principalmente rural, porque na época o estado ainda não tinha lançado as escolas de tempo integral, eles lançaram em 2005, 2006 e nós em junho de 2004, quando teve o energia pra todos , luz pra todos, nós fizemos o lançamento da placa que está lá da escola de tempo integral. Essa época foi muito tumultuada porque não se tinha um projeto político pedagógico para a escola que era o essencial que a gente tinha que seguir , os professores vieram com vontade de trabalhar, mas nós não tivemos direcionamento pra trabalhar e nós acabamos nos perdendo um pouco no processo e aí foi um processo muito doloroso pra gente. Aí montou cozinha, comprou todo material que precisava pra cozinha, inclusive o espremedor de suco, o liquidificador fomos nós que compramos com as atividades que fizemos na escola, com dinheiro nosso, da comunidade, por isso que não sai de lá e nem adianta a prefeitura querer emplacar, que é patrimônio da escola e não da prefeitura e outras coisa que a gente comprou também com os bazares. Chegou uma época que nós montamos uma banca com calçados e roupas e o pai podia ir lá a qualquer hora do dia pra ver o que tinha, então virou um ponto também. Aí com o tempo integral o Arnaldo bancou todos os materiais que precisava pra fazer os projetos, porque como ia ter a inauguração do luz para todos a gente ia fazer também a inauguração da escola de tempo integral, aí teve o pessoal de Furnas, o pessoal do Inbra de São Paulo, teve gente do Inbra de Brasília, gente do ministério, tanto da reforma agrária, quanto do de minas e energia , aquele monte de gente muito importante e então nós fizemos o lançamento da escola de tempo integral, o Arnaldo fez a colocação dele e nesse dia foi apenas formalizado. O Arnaldo cobrou de nós a montagem do projeto no papel e foi aonde nós não conseguimos fazer por causa das divergências que se teve no processo de montagem do projeto. Entre nós mesmos, os professores, coordenadores, a gente não conseguia ter um entendimento do que seria um projeto político pedagógico de uma escola de período integral. Nós sabíamos o que queríamos, mas não sabíamos transmitir isso para o papel, não tivemos a sensibilidade e nem a humildade, eu reconheço isso, de escutar a proposta do outro ou a opinião do outro e acrescentar isso no projeto.

O que pensávamos era o seguinte, e eu não sei se eles pensam isso hoje, se levam a frente, na minha época a gente pensava o seguinte, nós vamos montar um a escola onde dá condições de alimentação em primeiro lugar, porque uma criança bem alimentada ela tem capacidade de desenvolver mais, então esse era nosso propósito inicial, dar uma boa alimentação para os meninos, porque eles iriam ter um bom café da manhã, uma boa refeição na hora do almoço, uma fruta na volta do dia e o lanche no final do dia pra poder ir embora, então eles fariam quatro refeições na escola, isso se não fosse cinco porque dependendo do contexto eles comiam fruta duas vezes ao dia. E nos quatro anos de mandato do Arnaldo ele manteve isso, todos os dias as crianças tinham uma fruta, uma banana, ou maçã, mamão. Então no primeiro momento nossa idéia era proporcionar uma boa alimentação a essas crianças. No segundo momento fazer com que essas crianças aprendessem a se comportar no coletivo e em outros lugares, que foi a questão deles aprenderem a sentar na mesa, comer com prato de vidro sem quebrar, comer de garfo, porque até então eles tinham costume de comer de colher. No terceiro momento pensamos na aprendizagem. A aprendizagem pra gente ela não foi o ponto central no nosso projeto de tempo integral ela veio diante da situação de que a gente precisava ter uma grade que complementasse e justificasse esse tempo integral, porque o pano de fundo nosso era a alimentação, principalmente naquela época, hoje não, porque o contexto mudou. E aí não podíamos chegar na prefeitura e dizer a gente precisa de uma escola tempo integral porque os meninos precisam fazer quatro ou cinco refeições. Não, precisávamos ter uma escola de tempo integral porque as crianças precisavam aprender isso, isso e isso. O que era isso, era eles terem às cinco horas aula igual o município tem, eles terem todas as disciplinas, Português, Matemática, História e Geografia dentro da grade e ter quarenta minutos cada aula, ter o tempo de descanso, refeição e tudo mais e voltado pra projetos. Foi onde entramos com o bordado, eles aprenderam a fazer tapete, tela, fizeram pintura em tela, eles aprenderam a escrever livro de receita. Cada projeto tinha seu objetivo. Então, em Português precisava desenvolver a interpretação de texto, a escrita, fala e leitura e aí eles aprenderam a escrever livros de história, teve a capoeira, a Educação Física, teve a música, que eles aprenderam flauta doce e foram esses projetos.

Então do tempo que estive na escola de 2004 a 2007 todos esses projetos foram implantados e a nossa briga depois que conseguimos o refeitório, as crianças ficaram bem acomodadas, vieram as mesas de mármore, nós mudamos o leque, começamos a brigar por mais uma sala que foi o que conquistado no último mandato do Arnaldo que

foi em 2008 , foi a última coisa que ele fez na escola. Em 2003, 2004 nós compramos uma televisão e um DVD pra escola através do dinheiro arrecadado da feijoada que nós fizemos e quando foi em 2006 o Arnaldo mandou buscar a televisão e o DVD porque ele comprou uma nova e mandou pra gente. Então nesse aspecto, por exemplo, a gente precisava de cinquenta telas não era problema, pra ele era só passar a listagem antes. A gente tinha que começar o ano eu já tinha que saber que eu iria trabalhar com Portinari e o que eu iria desenvolver com Portinari até o final do ano, então eu tinha que pedir todos os materiais necessários para a prefeitura tudo no começo do ano, não dava pra pedir picado, na prefeitura do Arnaldo não dava pra ficar desvirtuando muito e não tinha desperdiço também. E nós tivemos outras parcerias, nós conseguimos uma brinquedoteca com o Incra, uma biblioteca através de doações de livros, eu consegui além das telas da prefeitura, telas com molduras que o Itesp de Bebedouro doou. Então, assim todo período que eu estive lá de 2004 a 2008 desde que foi implantada a escola de tempo integral todos os projetos foram aplicados, portanto os projetos pensados em 2004 quando nós discutimos o porque do tempo integral, como música, artes e educação física foram desenvolvidos. As crianças que puderam estudar aqui nesse período aprenderam bastante, tanto é que teve até uma aluno nosso que conseguiu uma bolsa numa escola em Franca pra poder estudar pintura pelo fato dele ter uma boa desenvoltura na sala de aula, a professora levou os trabalhos dele, a própria dona Mariana usou os conhecimentos que ela e conseguiram a bolsa e hoje ele mora em Franca com a tia dele pra poder fazer os cursos.

A Dona Mariana já era diretora quando eu entrei na área da educação, ela é diretora da escola desde 1998. A idéia da prefeitura era que ela ficasse responsável pelas duas escolas, mas ela me passou os poderes pra mim dessa escola e falou faça e não tenha medo de errar e se tiver problemas e se arrepender me ligue e eu fui tomando conta. Ela ficou aqui direto depois de 2004, porque em 2004 eles colocaram o vice lá em Restinga , o Paulo que era o vice assumiu a responsabilidade da escola de Restinga e ela ficou direto aqui e ela trabalhou aqui se eu não me engano de 2004 a 2009.

Então hoje nós tivemos e temos uma escola onde as crianças tem uma boa alimentação, de quatro a cinco refeições por dia, um conteúdo curricular no mesmo nível da cidade hoje eles só não estão tendo acho que as atividades extracurriculares, mas até o ano retrasado eles tinham. O que eu vejo é que são duas pessoas completamente diferentes o Arnaldo e o Betão, cada um tem uma forma de administrar. O Arnaldo é um administrador, o Betão é político. O Betão é um pouco mais difícil e a



gente sempre teve que brigar mais, já o Arnaldo é o tipo de pessoa que ele fala que vai colocar uma cortina e você pode escrever que ele vai colocar, tanto é que foi ele que mandou colocar aquelas cortinas na sala dos professores, aquelas divisórias, porque era uma sala bem grande, que era sala de aula, então não tinha como o coordenador ou diretor ter uma conversa mais reservada com um pai e foi o Arnaldo que fez tudo aquilo e fez visando o tempo integral. Tem uma certa dificuldade tem, porque é poder público tem que mexer com burocracia, mas o Arnaldo foi uma pessoa mais fácil de trabalhar. Na época do Arnaldo ele pediu para que não fizéssemos mais nenhum bazar porque ele iria manter a escola, inclusive não peçam mais nenhum recurso para os pais, nenhum centavo, porque a prefeitura tem obrigação de bancar isso aqui, porque vem verba da educação específica pra manter essa escola também, então nesse aspecto ele cumpriu com os propósitos. O Betão já é uma pessoa mais difícil de lidar nesse aspecto, porque ele fala que nunca tem recurso, não que ele não faça, mas o que era pra ter feito o ano passado ele vai acabar fazendo no final desse ano, se fizer. Então, tem essas coisinhas assim. Desde que eu sai da escola em 2008 eu não tive mais contato com o pessoal da escola, eu sei assim porque eu ouço alguns comentários, porque eu moro no assentamento e é inevitável não ficar sabendo das coisas. Mas eu vejo assim, que nem a Solange falou a depois que a Aparecida saiu da escola aquela escola virou tal coisa, não, não é assim. Eu acho que as pessoas que estão ali dentro elas tem uma qualificação muito própria e elas são formadas para aquilo, então elas podem não agradar publicamente, politicamente, mas na parte técnica elas tem conteúdo pra isso, não é por acaso que elas estão ali, a Regina tem um cargo de confiança e as professoras são concursadas, pra você passar num concurso em primeiro, segundo, terceiro lugar para efetivar não é fácil, mesmo que seja específico pra cá, a concorrência é muito grande. Então elas tem sim conteúdo pra estar onde estão, elas tem bagagem pra isso. E com relação aos projetos da escola eu vou a semana que vem conversar com a Regina por causa dos computadores que eles tem um projeto de inclusão digital, que tem aula de sexta-feira e os professores quando estão mais tranquilos eles usam também. Então tem algumas coisas que estão caminhando, mas a Regina é nova ainda, tem algumas coisas que ela vai ter que lidar no dia a dia.

Eu acho que o Betão é mais difícil mesmo, mas eu vou ser bem sincera eu acho que não é descaso, mas há uma certa comodidade pelo fato de aqui ser um assentamento, por exemplo, o Betão se comprometeu a reformar o campo que é uma área de lazer para o assentamento, ele não reformou o campo, poderia ter feito uma quadra também.

Por exemplo, aquela estação que tem em frente a escola, ali era pra ser uma brinquedoteca, uma biblioteca, uma videoteca, uma série de coisas ali e ele não mexeu com reforma, ele quer parcerias e as parcerias demoram. Eu não sei se na cidade ele é assim, eu não tenho muito contato, mas eu acredito que seja um problema comum, porque é uma característica do prefeito, então ele não deixaria de fazer aqui e faria na cidade. Eu acho que as mesmas dificuldades que os pessoal daqui encontra, ele também encontra nas outras escolas. Até porque se você pega uma experiência da saúde, tem uma casa do lado do postinho de saúde que é pra fazer um centro de atendimento da fonoaudióloga, psicóloga, mas faz quatro , cinco anos que essa casa está lá e não saiu e é uma questão do que, de reformar, pintar e mobiliar, é difícil pra uma prefeitura, não é. Nós conseguimos na época que foi implantado o PSF conseguimos para transporte uma van e cadê a van, não tem mais a van quebrou , está encostada não arruma. Então não é só uma questão da escola, eu não pegaria por essa visão do descaso e da discriminação, eu acho que nós não somos mais aquelas pessoas que são discriminadas porque é assentamento e aceita qualquer coisa, não nós já mostramos porque viemos aqui, tanto é que os meninos são críticos, eles falam mesmo, não abaixam a crista pra ninguém e se fazem respeitar.

Os adultos, na aérea da produção, nós estamos com uma produção muito boa, por exemplo, nós temos hoje aqui associações que entregam em São José da Bela Vista, nós fechamos o cerco, entregamos em Restinga, Franca, São José da Bela Vista e Batatais e nós estamos no meio. Então existe uma visão favorável a respeito do assentamento. Hoje você não vê mais quase pessoas indo na prefeitura pedir cesta básica ou ajuda , a conjuntura do assentamento é outra, a fase do assentamento é muito propícia pra isso. Então eu não vejo que seja por motivos de discriminação ou por darem menos importância, é que quem está lá dentro na cobrança ele acaba se sentindo menos mesmo, eu vejo que por causa da administração desse prefeito que deixa muita desejar em todos os aspectos. E agora dizem assim, a Carolina foi embora pra Piracicaba que era professora de artes e não teve ninguém que passou no concurso e ele não pode fazer contratação, o professor de música passou no concurso em Franca e não teve interesse em vir pra cá, o professor de capoeira por sua vez ele não passou no concurso então como que vai contratar ele também, porque antigamente você fazia o contrato de prestação de serviço, hoje não é só concurso e quem exigiu isso foi a própria população do município que queriam que abrisse concurso, então são algumas coisa que você faz lá atrás e não sabe o preço que vai pagar lá na frente e você não consegue fazer

uma previsão disso e agora o pessoal está sentindo o que foi reformulado, que teve um concurso a pouco tempo e ele tem que colocar no lugar quem passou no concurso.

É um caso complicado, eu acho que a escola tem que ter a sua autonomia, porque por exemplo, nós fizemos um projeto pra secretaria de cultura de São Paulo na época eu fui numa atividade do governo do estado e conheci bastante gente e acabei conhecendo o secretario de cultura do estado e ele me deu email e todas as dicas e juntos nós fizemos um projeto de biblioteca, essa biblioteca chegou até Restinga, mas ela não chegou até o Boa Sorte, nós também fizemos um projeto para o Incra o “Arca das letras “ e a gente não conseguiu o projeto porque a escola não regulamentada, então nesses aspectos a gente perde muito. Porque se a escola aqui for regulamentada como escola de tempo integral, de área rural, uma escola no campo, não precisa ser uma educação do campo, que tenha uma proposta. Existem duas coisas que podem ser feitas, um deles é simplesmente tirar o pai do poder da prefeitura, se os pais contribuíssem, se eles falassem que contribuiriam com duzentos, trezentos reais por mês e nós vamos tornar essa escola particular, nós tiramos ela da prefeitura, é só você fazer o projeto, organizar junto com a DE, mostrar porque você quer transformá-la em escola particular , mas não é interessante, porque qual pai vai contribuir com esse dinheiro todo, tem gente que tem cinco filhos.

Por outro lado se existisse a boa vontade política do prefeito ele aprovaria o projeto na câmara, ele tem um bom acesso na câmara e ele poderia aprovar o projeto de desmembramento da escola Leonnor Mendes de Barros colocando ela como uma escola de tempo integral, no campo e pronto, com certeza os vereadores iriam aprovar esse projeto. A per capita que vem por aluno não seria dividida com a Lázaro e viria só pra cá. E tem outras vantagens, por exemplo, projetos que poderia fazer com a Fundação Itaú, Fundação Abrinq , poderia pegar alguns espaços como a estação e fazer um tombamento de patrimônio que eles fazem a restauração, conseguir outros projetos que seria realmente encaminhados para a escola e por outro lado você teria de fato uma escola com professores, o coordenador pedagógico , que seria um pedagogo e um diretor. Isso aconteceu a época que eu estava lá como coordenadora e a Mariana como diretora, depois eu sai e ficou a Cássia no meu lugar em 2008 e foi muito bom também ela tinha uma visão muito tranqüila, tinha vinte anos de experiência, tinha uma boa aceitação por parte dos professores e eles conseguiram fazer um elo maravilhoso, os professores também tinham bastante comprometimento, só que a hora que o negócio está fluindo e que vai engrenar, aí volta tudo a estaca zero e aí tiraram a coordenadora

pedagógica, colocaram a Regina como coordenadora pedagógica , depois ela assumiu a direção e hoje ela faz tudo sozinha, ela não dá conta.

Sabe qual é o problema dessa escola, é simplesmente porque não se tem, porque por exemplo, a minha visão de educação é uma, a visão dos pais é outra, que eu tive oportunidade de conversar com alguns deles e a dos professores e do coordenador é outra, todo mundo caminha num mesmo objetivo que é o bem estar físico, psíquico e social dessas crianças, mas ainda não consegui direcionar essa energia toda para um único objetivo, falta um imã pra fazer essa junção e o município por sua vez que ele que tem o recurso, que tem o financeiro ele não olha pra escola e não é só pra escola, mas pra educação num todo, porque não tem nenhum político que quer ver uma população bem formada, que tenha conhecimento histórico, que tenha conteúdo, eles querem pessoas que eles prometam , as pessoas acreditam que eles vão cumprir, não questionam e fica por isso mesmo. Então eu vejo que falta uma visão mais ampla do que é a educação, não é a educação no Boa Sorte não, é a educação num todo. Uma visão mais ampla do município do que é a educação. Não é simplesmente você fazer uma parceria com o COC para trazer um sistema apostilado pra dentro da escola, onde as crianças não estão aprendendo muito bem e não aprendem a pensar, são treinados, aonde tem uma escola de tempo integral e ela não funciona dentro da sua programação, onde você tem uma escola com seiscentos e oitenta alunos de primeira a quarta série onde falta material e tem muitas dificuldade e onde você tem uma pré escola com mais de cem alunos que é o caso da Fabricia e não consegue definir uma direção direta, conseguiu em 2008 ter um diretor e um coordenador, porque antigamente o coordenador pedagógico da Lazaro respondia também pela Fabricia e pela Leonnor. E aí muda o prefeito, muda-se também os diretores e coordenadores. Então você pensa eu vou fazer um trabalho nesses quatro anos e depois vou embora e vou ter que começar tudo de novo em outro lugar, então porque que eu vou começar aqui, então vamos tocar o barco.

Tudo culminou. Nesse ano de 2003, porque todo ano tem a prova Brasil e todos os alunos da antiga quarta série eles fazem essa prova e em 2003 nossos alunos ficaram em último lugar, então foi mais um motivo que levou a proposta de tempo integral. Porque assim um aluno que não se alimenta bem ele não rende e se não rende ele não passa bem nas provas e quando for pra Restinga como ele vai ficar, então precisa ter a base e essa escola é a base, porque é da pré-escola ao quarto ano.

Eu acho que com essa nova coordenação, com esses outros professores ela está realmente com cara de escola, porque antes era uma extensão da casa deles, a gente

cumpria outros pais, a vezes até levava no médico, com a autorização dos pais, até onde uma escola pode fazer, qual é a responsabilidade da escola e qual é a da família , porque nós chegamos a um ponto que nós assumíamos todas as responsabilidades , então precisava ter essa mudança e isso foi muito importante pra escola, para as crianças enxergarem a escola como escola e não como a varanda da casa deles.

Os pais participaram muito nessas atividades de cobrança, agora reunião pedagógica eles não participam muito não, nas festas de comemorações eles vem. Hoje quem toma mais partido é a comissão de pais, mas os pais em si não vem muito.

Eu dei aula em casa em 1999 , 2000, em 2001 eu fui pra agente de saúde e em 2002 eles inauguraram a escola e eu desci pra lá. Porque o ônibus sai nove e meia de Restinga aí ele sai catando os meninos ele passa aqui em casa umas dez e dez e vai pra outra fazenda Sapucaí pra pegar duas crianças e ele volta, quando ele sai lá da sede já é onze horas e chega em Restinga doze horas e quinze minutos. Então para uma criança que sai de casa dez horas, tem criança de pré- escola, com o ônibus abarrotado de gente, porque a quantidade de aluno é muito grande , a criança vai dormindo , vai balançando, ela chega na escola ela está cansada, ela não quer estudar. Então por isso a reivindicação da escola no assentamento sempre existiu. A idéia era ter um posto de saúde e uma escola.

No programa de aquisição de alimentos, trabalhamos da seguinte maneira, você é produtor e você escolhe o que quer produzir, aí quer plantar feijão, pimentão, quiabo e jiló , então é isso que eu vou por no seu projeto. Agora para o projeto da merenda escolar diferente. Sai um edital e lá vai estar estipulado quais os produtos nós devemos entregar , então, por exemplo, eles estão pedindo cenoura e ninguém tiver produzindo cenoura, eu vou ter que arriscar e plantar cenoura, então eu vou ter escolher um produto o qual eu me enquadro pra poder fornecer para a merenda escolar. Tem vinte pessoas dentro desse projeto. São seis associações e todas as associações do assentamento tem o programa de aquisição de alimentos que é o PAA, então todas elas estando nesse projeto os produtores estão investindo, estão produzindo e entregando para as associações, aquilo que excede eles arrumam um comercio. No PAA nós temos cinquenta e três produtores, agora no merenda escolar nós temos vinte produtores . Tem gente que tem até estufa, tem produção de tudo que você imaginar aqui dentro, acelga, chuchu, quiabo, cenoura, alface, abóbora, batata doce. Assistência técnica quem dá é o Itesp, que muito raramente dá assistência, então eles correm atrás, por exemplo, o pessoal queria ver o

plantio de batatinha, então eles foram na casa da semente procuraram a casa do agrônomo e assim vão se virando.